

# Relatório de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

## **Unidade Auditada: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA**

Exercício: 2012

Processo: 21148.013821/2013-34

Município: Brasília - DF

Relatório nº: 201305827

UCI Executora: Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – DRAGR/SFC/CGU

---

## **Análise Gerencial**

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201305827, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA.

### **1. Introdução**

Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 12/08/2013 a 06/09/2013, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

### **2. Resultados dos trabalhos**

Verificamos na Prestação de Contas da Unidade a não conformidade com o inteiro teor das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN/TCU n.º 63/2010 e pelas DN/TCU n.ºs 119/2012 e 124/2012, tendo sido adotadas, por ocasião dos trabalhos de auditoria conduzidos junto à Unidade, providências que estão tratadas em itens específicos deste Relatório de Auditoria.

Em acordo com o que estabelece a DN/TCU n.º 124/2012, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:



## 2.1 Avaliação da Conformidade das Peças

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item consideraram-se as seguintes questões de auditoria: (i) A Unidade Jurisdicionada elaborou todas as peças a ela atribuídas pelas normas do Tribunal de Contas da União para o exercício de referência? (ii) As peças contemplam os formatos e conteúdos obrigatórios nos termos da DN TCU nº 119/2012, da DN TCU nº 124/2012 e da Portaria-TCU nº 150/2012?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na análise censitária dos itens que compõem o Relatório de Gestão e as peças complementares.

Com objetivo de avaliar a conformidade das peças do processo de contas da Embrapa foi analisado o Processo nº 21148.013821/2013-34, e a versão preliminar do Relatório de Gestão, sendo observadas desconformidades que foram na maioria corrigidas pela EMBRAPA.

## 2.2 Avaliação Geral sobre o Ambiente de Gestão

Em delimitação do escopo definido conjuntamente com o TCU, o Órgão de Controle Interno optou por efetuar a avaliação do item considerando a seguinte questão de auditoria: Os controles internos administrativos relacionados ao ambiente de gestão da Embrapa estão instituídos de forma a acompanhar a estratégia de atuação da empresa, identificando e corrigindo eventuais desvios de atuação?

A metodologia da equipe de auditoria consistiu na análise de estudos desenvolvidos pela Embrapa acerca do ambiente de gestão e na avaliação da coerência do modelo de gestão adotado com relação à estratégia de atuação da Empresa.

Com base nas informações prestadas pela Unidade em seu Relatório de Gestão, nos dados extraídos do sítio eletrônico da Empresa, e ainda, nas informações colhidas durante os trabalhos de campo de auditoria, foi possível traçar um esboço do ambiente de gestão da Embrapa, conforme sintetizado nos subitens a seguir relatados.

### Estrutura da Embrapa

Conforme explanado no Relatório de Gestão da Empresa referente ao exercício de 2012, sua missão é viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.

A Empresa está estruturada em Unidades de Serviço, Centros de Pesquisa e Unidades Administrativas, estando presente em 24 das Unidades da Federação. A Embrapa coordena o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, constituído por instituições públicas federais, estaduais, universidades, empresas privadas e fundações, que, de forma cooperada, executam pesquisas nas diferentes áreas geográficas e campos do conhecimento científico. Entre as suas principais parceiras estão as 18 Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária - OEPAs, integrantes do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária - CONSEPA.



No âmbito internacional, a Embrapa contava em 2012 com 78 acordos bilaterais com 56 países e envolvendo 89 instituições estrangeiras, notadamente de pesquisa agrícola, principalmente a pesquisa em parceria e a transferência de tecnologia. Possui parcerias com laboratórios nos Estados Unidos, França, Reino Unido, Alemanha, China, Japão e Coreia do Sul para o desenvolvimento de pesquisas em tecnologias de ponta. Os “Laboratórios no Exterior” (LABEX’s) da Embrapa contam com as bases físicas do Serviço de Pesquisa Agrícola (ARS) dos Estados Unidos, em Washington, da Agrópolis, em Montpellier, na França, e do Instituto de Pesquisas de Rothamsted, na Inglaterra. Mais recentemente, instalou-se o LABEX-Coréia, em Seul, na Coréia do Sul e o Labex China. A Unidade assegura que tais iniciativas têm permitido o acesso de pesquisadores da Embrapa, e desses outros países, às mais altas tecnologias em áreas como recursos naturais, biotecnologia, informática, agricultura de precisão, etc.

Na esfera da transferência de tecnologia para países em desenvolvimento (Cooperação Sul-Sul), a Embrapa destaca a abertura de projetos de transferência de tecnologia no Continente Africano (Embrapa África, em Gana), no Continente Sul-Americano (Embrapa Venezuela), e na América Central e Caribe (Embrapa Américas, no Panamá), com maior disseminação das tecnologias e inovações da agricultura tropical desenvolvidas pela Empresa, e um melhor atendimento às solicitações e demandas dos países desses continentes por colaboração da Embrapa com vistas a seu desenvolvimento agrícola.

#### Sistema Embrapa de Gestão - SEG

Com o objetivo de organizar as suas atividades, integrando os níveis de gestão estratégico, tático e operacional, a Embrapa instituiu o Sistema Embrapa de Gestão - SEG. No SEG estão definidos os processos de planejamento, indução, execução, acompanhamento, avaliação e realimentação das atividades vértices da Empresa, quais sejam: Pesquisa e Desenvolvimento, Comunicação Empresarial, Transferência de Tecnologia e Desenvolvimento Institucional.

O processo de gestão da Empresa, segundo natureza de seus procedimentos e atividades, e de acordo com as atribuições de suas instâncias, é constituído pelas seguintes fases:

- a) inicia-se com a elaboração dos Planos Diretores da Empresa (PDE) e Planos Diretores das Unidades Descentralizadas (PDU) para períodos de quatro anos;
- b) com base no PDE e PDU, complementados por outros estudos e mecanismos prospectivos pertinentes, o Comitê Gestor de Estratégias (CGE) elabora proposta de diretrizes para composição de agenda institucional que será validada pelo Comitê Assessor Nacional (CAN), segundo procedimentos definidos pela Diretoria Executiva (DE);
- c) a DE e o CONSAD (Conselho de Administração) aprovam os Planos Diretores e a agenda institucional da Embrapa;
- d) com base nas diretrizes estratégicas definidas nos Planos Diretores e na agenda institucional, o CONSAD e a DE definem as metas institucionais da Embrapa;



- e) com base nas metas institucionais o Comitê Gestor da Programação (CGP) negocia com a DE a alocação de recursos financeiros necessários para execução da programação;
- f) a partir das metas institucionais o CGP define as metas técnicas e a carteira de projetos e processos a serem acompanhados, procedimentos de indução e a alocação de recursos para cada um dos macroprogramas; essa definição também deve levar em conta os resultados obtidos em cada macroprograma e sua contribuição ao alcance das metas institucionais;
- g) por iniciativa do gestor, cada macroprograma inicia o processo periódico de indução de projetos para a formação da carteira de projetos, considerando as orientações do CGP;
- h) as equipes elaboram as propostas de projeto ou processo que são analisadas e aprovadas pelos Comitês Técnicos Internos (CTIs) e encaminhadas aos macroprogramas;
- i) por iniciativa do gestor, cada macroprograma realiza a análise de projeto ou processo e a sua conseqüente priorização;
- j) as carteiras de projetos e processos, tecnicamente aprovados pelos macroprogramas, são analisadas em conjunto pelo CGP, com o objetivo de garantir o balanço estratégico e a consolidação do esforço global da Empresa;
- k) a programação consolidada e aprovada pelo CGP é homologada pela DE;
- l) é iniciada, pelos líderes e equipes nas Unidades, a execução dos projetos componentes da carteira dos macroprogramas;
- m) periodicamente, de acordo com procedimentos sistemáticos pré-definidos, os projetos e processos vinculados a cada macroprograma têm sua execução avaliada, com a finalidade de identificar resultados de grande impacto, propor correções em sua execução ou cancelá-los, conforme o caso;
- n) ao final da execução de um projeto, o gestor e a respectiva Comissão Técnica de Macroprograma - CTMP devem realizar a avaliação final, por meio de procedimentos definidos para esse fim;
- o) periodicamente, cada macroprograma realiza uma avaliação e síntese da sua programação em relação ao cumprimento das metas técnicas estabelecidas;
- p) periodicamente, o CGP realiza uma avaliação e realinhamento da programação, referenciando-se nas análises e sínteses dos macroprogramas e no cumprimento das metas institucionais.

### IDEARE

Para implementação do Sistema Embrapa de Gestão - SEG, a Embrapa utiliza a ferramenta informatizada batizada por IDEARE. Tal Sistema foi construído para



atender a demanda corporativa de gestão da carteira de projetos da Embrapa e está em produção desde fevereiro de 2011. Engloba todos os projetos de pesquisa da Embrapa, apoiando as atividades de submissão, gestão da programação, descentralização orçamentária e monitoramento dos resultados finalísticos.

Embora, conforme demonstrado no Relatório nº 50/2012 elaborado pela Auditoria Interna da Embrapa, que o sistema necessite de manutenções corretivas/evolutivas para tratar de questões pontuais, de maneira geral, a ferramenta representou um avanço na gestão da Empresa. Isso porque o IDEARE consolida informações sobre os projetos de pesquisa executados ou em execução, permitindo aos diversos atores envolvidos uma visão mais ampla do processo, e ainda, integração efetiva entre o Planejamento Estratégico da Empresa e a operacionalização de sua atividade finalística.

Merece destaque o Sistema “Agropensa”, instituído em dezembro de 2012 com os objetivos de produzir e difundir conhecimentos e informações em apoio à formulação de estratégias de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a Embrapa e instituições parceiras, e em apoio à tomada de decisão dos setores público e privado; e de mapear e apoiar a organização, integração e disseminação de base de dados e de informações agropecuárias.

A criação do Agropensa é parte da estratégia da Embrapa para responder aos grandes desafios da agropecuária nas próximas décadas. Segundo a Empresa, o Sistema auxiliará no delineamento de cenários prospectivos e na identificação de tendências do setor agropecuário. O conhecimento gerado e difundido por meio de diferentes meios de comunicação tem potencial para orientar a decisão e o planejamento da Embrapa, com externalidades positivas aos parceiros e à sociedade de modo mais amplo.

Voltando à questão de auditoria proposta, configura-se, diante das informações apresentadas que os controles internos administrativos relacionados ao ambiente de gestão da Embrapa permitem acompanhar a estratégia de atuação da empresa, identificando e corrigindo eventuais desvios de atuação.

### **2.3 Avaliação Geral do Ambiente de Negócios**

O Órgão de Controle Interno, em delimitação do escopo definido conjuntamente com o TCU, optou por efetuar a avaliação do item considerando as seguintes questões de auditoria: Os controles internos administrativos da Unidade são suficientes, quanto à execução de Acordos de Cooperação? Os controles internos administrativos da Unidade são suficientes quanto às estratégias de produção, promoção, comercialização e licenciamento de ativos? Qual foi a atuação da Embrapa no Programa Brasil sem Miséria? Quais foram as estratégias de divulgação de informações científicas e tecnológicas e controles relacionados? Para tanto foram identificadas as Unidades da Embrapa responsáveis pelo Tema, suas atribuições, situação geral e fonte da informação que subsidiou o Relatório de Gestão.



A metodologia utilizada se baseou no levantamento de informações, avaliando os controles internos da Unidade e as informações prestadas no Relatório de Gestão 2012, complementada por respostas a questionamentos efetuados a Unidades da EMBRAPA.

O tema foi apresentado no subitem 2.2 do Relatório de Gestão pelas Unidades: Secretaria de Negócios (SNE), Embrapa Produtos e Mercados (SPM), Departamento de Transferência de Tecnologia (DTT), Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento (DPD) e Embrapa Informação Tecnológica (SCT).

Verificou-se, em análise aos documentos apresentados, que a SNE foi atuante quanto à proposição de orientações normativas, modelos, procedimentos, métodos e mecanismos relativos a negócios, a propriedade intelectual, segurança da informação, e a legislação de inovação tecnológica, quanto ao assessoramento de Unidades Centrais e Descentralizadas da Embrapa no desenvolvimento de negócios e quanto à gestão administrativa de suas finalidades. A atuação da SPM, no que tange à elaboração de estratégias de produção, promoção, comercialização e licenciamento de ativos e à análise dos pontos críticos dessas estratégias, foi positiva no exercício de 2012. Não foram detectadas falhas de controle quanto às estratégias de produção, promoção, comercialização e licenciamento de ativos.

No que se refere ao Programa de Governo “Plano Brasil Sem Miséria” no biênio 2011/2012, a Embrapa disponibilizou quantitativo significativo de sementes, embora não tenha atingido a meta estipulada. O não atingimento, segundo a SPM, justificou-se pela seca ocorrida no Nordeste. Porém, parte das sementes foi disponibilizada no ano de 2013.

Em relação à estratégia de divulgação de informações científicas e tecnológicas da Embrapa, verificaram-se os seguintes pontos positivos: embasamento legal para divisão de custos, receitas, direitos morais e autorais e distribuição de exemplares; controle das publicações patrocinadas pela Embrapa; e processo bem definido de prestações de contas.

Quanto aos Acordos de Cooperação, a ausência de normativos internos fragiliza os controles da gestão, podendo dificultar o tratamento equânime com parceiros, a uniformização dos termos e a condução convergente da gestão das parcerias.

## **2.4 Avaliação das ações destinadas a novos caracteres e novas variedades**

Em delimitação do escopo definido conjuntamente com o TCU, o Órgão de Controle Interno optou por efetuar a avaliação do item considerando a seguinte questão de auditoria: Os controles internos administrativos são adequados? Para tanto foi identificada a Unidade da Embrapa responsável pelo Tema, suas atribuições, situação geral e fonte da informação que subsidiou o Relatório de Gestão.

A metodologia utilizada se baseou no levantamento de informações, avaliando os controles internos mantidos, com enfoque em Projeto de Pesquisa, elemento de referência para implementação do tema pela EMBRAPA. Foi priorizado, para análise e verificação, o projeto de pesquisa de maior materialidade preferencialmente realizado nas imediações do Distrito Federal.



Os resultados do subitem 3.2 da Parte “C” da DN TCU nº 119/2012 foram consolidados e apresentados no Relatório de Gestão pela Unidade Central técnico-administrativa Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento - DPD, subordinada ao Presidente da Embrapa.

O DPD é responsável pela gestão do processo de compatibilização da Agenda Institucional de P&D, pela gestão da programação global de P&D do Sistema Embrapa de Gestão (SEG), bem como pelos processos de articulação técnica e gestão da informação de P&D; responsável, também, pelas informações constantes do Relatório de gestão quanto ao tema.

As principais ações em andamento no exercício de 2012 que envolveram coleta, caracterização, conservação, organização de informação e disponibilização de recursos genéticos estão descritas a seguir:

**Quadro: Principais Ações de P&D desenvolvidas pela Embrapa em 2012**

<b>Ação</b>	<b>Descrição/Resultados</b>	<b>Número do Projeto</b>	<b>Recursos Investidos total (R\$)</b>	<b>Recursos Investidos em 2012 (R\$)</b>
Sequenciamento de genoma de raças zebuínas leiteiras	Primeiro projeto de sequenciamento de um grande genoma realizado totalmente no Brasil, apresentou os primeiros resultados do sequenciamento do genoma de animais de raças zebuínas para leite (Gir Leiteiro e Guzerá).	02.09.07.00 8.00.00	1.008.386,4 0	79.348,60
Organização da Rede Nacional para Desenvolvimento e Incorporação de Informações e Ferramentas de Genômica Animal	Para avanço dos processos de melhoramento genético e produção pecuária.	01.06.09.00 1.00.00	0,00	0,00
		01.11.07.00 2.03.00	794.362,50	0,00
Caracterização e melhoramento voltado ao ovino da raça Morada Nova, em parceria com universidades	Para restabelecer a importância econômica da raça, que esteve em risco de extinção. Os resultados permitiram a revitalização da raça e a melhoria do índice de variabilidade genética.	02.07.07.00 3.00.00	450.000,00	63.892,52
		02.12.02.00 3.00.00	610.000,07	87.196,84
Implantação do banco de germoplasma de tungue (uma espécie perene e oleaginosa de clima temperado)	As principais ações foram: seleção de genótipos com excelente produtividade e rendimento de óleo; sequenciamento de parte do genoma; e estudo da expressão do gene DGAT2 ao longo do desenvolvimento da semente. O tungue apresenta óleo com propriedades interessantes para processamento na indústria, e a torta (resíduo da prensagem para extração do óleo) tem sido utilizada como substrato para a produção de mudas frutíferas, florestais e em floricultura.	02.09.01.00 4.00.00	399.600,00	78.300,00
Identificação de cultivares crioulas de diferentes espécies para o fortalecimento dos bancos de germoplasma da Embrapa	Resultaram, até o momento, na obtenção de 350 cultivares de leguminosas de duplo propósito e de hortaliças que têm permitido a diversificação dos sistemas produtivos e indicação, por melhoramento participativo, de variedades de milho, feijão, mandioca e plantas de cobertura adaptadas aos diferentes locais para a composição de sistemas diversificados de produção.	06.08.06.00 9.00.00	274.990,00	43.730,00
		06.09.01.00 1.00.00	350.000,00	113.218,00



Desenvolvimento de ferramentas moleculares para análise de DNA para uso no programa de melhoramento genético de arroz	Visa ao desenvolvimento de novas cultivares de arroz com resistência ao herbicida imidazolinona e à brusone do arroz.	02.06.10.04 5.00.00	277.000,00	0,00
Identificação e validação de variedades de mandioca de mesa mais produtivas e com melhor qualidade culinária e de pós-colheita para agricultura familiar.		06.08.06.00 3.00.00	150.367,79	2.000,00
Caracterização de bactérias quanto à diversidade e aos mecanismos de tolerância ao níquel	Para uso potencial como promotoras de crescimento em plantas ou como ferramentas em processo de biorremediação de solos contaminados com metais.	03.09.06.01 6.00.00	121.355,19	3.183,72
Seleção de microrganismos celulolíticos	A exploração da biota existente no sistema de tratamento de efluente da bovinocultura leiteira, com vistas à seleção de microrganismos celulolíticos, pode ser uma alternativa potencial às dificuldades associadas ao uso de enzimas no tratamento de material ligninocelulósico para produção de etanol. Como resultado desta ação de pesquisa, dois microrganismos degradadores de xilana e um degradador de celulose foram prospectados, tendo uso potencial para produção de etanol.	03.09.06.01 0.00.00	73.411,90	1.446,00
Plataforma Nacional de Recursos Genéticos	Envolve as redes nacionais de recursos vegetais, de recursos animais, de recursos microbianos, além de ações de documentação e informatização, curadorias e intercâmbio de materiais.	01.09.01.00 4.00.00	0,00	0,00
Desenvolvimento de ferramentas de apoio ao melhoramento genético e avaliação de germoplasma de milho	Resultou na seleção dos melhores materiais para responder a estresses abióticos (seca) e bióticos (mancha branca e Puccinia).	03.09.00.07 9.00.00	0,00	0,00
Prospecção de proteínas relacionadas à resistência ao nematoide <i>Meloidogyne enterolobii</i> em amendoim	A proteína expressa em plantas inoculadas foi sequenciada e identificada como sendo uma lecitina. Identificou-se um potencial gene candidato à resistência ao patógeno.	03.10.00.00 3.00.00	0,00	0,00
Coleta e preservação de genótipos de pinha	Permitiu o acesso à variabilidade genética e, assim, a identificação de matrizes superiores que contêm as características desejadas.	03.10.00.01 3.00.00	0,00	0,00
Seleção dos genótipos de	Resultou na identificação e recomendação de cultivares de mandioca mais produtivas e	03.09.00.11 9.00.00	0,00	0,00





mandioca tipo mesa e indústria com melhor desempenho produtivo em diferentes regiões	adaptadas às condições edafoclimáticas de diferentes regiões, trazendo grandes benefícios aos agricultores familiares, principais produtores.			
Seleção de genótipos de soja resistentes ao nematoide reniforme ( <i>Rothylechulus reniformis</i> ), ressaltando-se a BRS 359RR e a BRS 360RR, cultivares de soja com boa adaptação agrônômica e potencial produtivo competitivo para a região Centro-Sul do Mato Grosso do Sul; seleção de genótipos de soja transgênica tolerantes ao glifosato.	Utilização de estratégias de melhoramento convencional.	03.09.00.15 6.00.00	0,00	0,00
Caracterização molecular do banco de germoplasma de mandioca da Embrapa Amazônia Oriental	Realizado por meio de marcadores microssatélites.	03.10.00.03 4.00.00	0,00	0,00
Pesquisa participativa para avaliação e seleção de variedades tradicionais ("crioulas") de milho junto a agricultores familiares da Paraíba.	O mapeamento das variedades crioulas permitiu a identificação e caracterização de 24 variedades tradicionais de milho visando à melhoria da qualidade da semente produzida.	06.10.00.00 3.00.00	0,00	0,00
<b>Total</b>	-	-	4.509.473,8 5	472.315,68

Fonte: Relatório de Gestão 2012 e IDEARE.

De acordo com a metodologia proposta foi efetuada a análise do Projeto nº 06.09.01.001.00.00 – Manejo de agrobiodiversidade com enfoque agroecológico em comunidades de pequenos agricultores, tendo em vista sua materialidade e o fato de a Unidade Líder (CPAC) localizar-se no Distrito Federal, o que permitiu a vistoria *in loco* de seus resultados, bem como a comunicação com os responsáveis do Projeto.

Com base na análise dos documentos e informações apresentados pela Unidade Líder, os controles internos do Projeto apresentaram os seguintes pontos positivos e impropriedades:



- Pontos positivos: mecanismos de controle e apresentação de resultados por meio de documentos comprobatórios e integração das equipes, de forma a garantir a interatividade necessária para articular, implementar e acompanhar os Planos de Ação previstos para alcançar os resultados esperados; exigência de prestação de contas nos deslocamentos realizados no decorrer do Projeto.

- Impropriedades: descentralização de recursos para o Projeto no período em que estava com relatório em atraso; desatualização de informações no IDEARE; relatório com o status “Concluído”, porém não preenchido e ausência de registros dos custos no SIC – Sistema de Custos atraso na apresentação de Relatórios no IDEARE.

## 2.5 Avaliação dos conhecimentos destinados a atividades agropecuárias e industriais

Em delimitação do escopo definido conjuntamente com o TCU, o Órgão de Controle Interno optou por efetuar a avaliação do item considerando a seguinte questão de auditoria: Os controles internos administrativos são adequados? Para tanto foi identificada a Unidade da Embrapa responsável pelo tema, suas atribuições, situação geral e fonte da informação que subsidiou o Relatório de Gestão.

A metodologia utilizada se baseou no levantamento de informações, avaliando os controles internos mantidos, com enfoque em Projeto de Pesquisa, elemento de referência para implementação do tema pela EMBRAPA. Foi priorizado, para análise e verificação, o projeto de pesquisa de maior materialidade preferencialmente realizado nas imediações do Distrito Federal.

Os resultados do subitem 3.4 da Parte “C” da DN TCU nº 119/2012 foram consolidados e apresentados no Relatório de Gestão pela Unidade Central técnico-administrativa Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento - DPD, subordinada ao Presidente da Embrapa.

As principais ações em andamento e os resultados no exercício de 2012 que envolveram a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos destinados às atividades agropecuárias e industriais e desenvolvidos para empreendimentos de pequeno e médio porte estão descritas a seguir:

**Quadro: Principais Ações desenvolvidas pela Unidade e resultados em 2012**

Ação	Descrição/Resultados	Número do Projeto	Recursos Investidos total (R\$)	Recursos Investidos em 2012 (R\$)
Desenvolvimento de sistemas de produção de base ecológica de hortaliças para a agricultura familiar	Foram gerados conhecimentos e tecnologias sociais de base ecológica para a produção de hortaliças, objetivando a sustentabilidade dos sistemas de produção agrícola familiares.	06.08.06.0 07.00.00	413.500,00	102.500,00
Monitoramento e avaliação de espaços coletivos para a	Foram geradas informações técnicas, sociais e econômicas para apoiar a construção de estratégias que permitam a inserção favorável dos agricultores	06.09.06.0 04.00.00	336.490,00	100.402,00



construção social dos mercados pela agricultura familiar de Unaí, MG	familiares de Unaí nos mercados.			
Rede de transferência de tecnologias sobre as cadeias produtivas de oleaginosas e do biodiesel	Buscou-se fortalecer redes de TT para cada uma das regiões geográficas brasileiras, compostas por pesquisadores de Unidades da Embrapa, OEPAS, ATERs, cooperativas, ONGs e, principalmente, das usinas de biodiesel implantadas nas regiões, com foco na produção de óleos vegetais que tenham aptidão regional. Foram utilizados conceitos de rede de TT (parcerias intra e interinstitucionais, valorizando as competências locais/regionais e otimizando os recursos) e de capacitação contínua de grupos de agentes de TT. O projeto teve como foco os cultivos regionais. Foram realizadas diversas reuniões de articulação, instalação de URTs, dias de campo e palestras sobre o tema.	04.07.06.0 02.00.00	250.820,00	0,00
Bases técnicas e estratégias para implementação e certificação da produção integrada de arroz no Brasil	Foram realizadas ações no intuito de inserir a produção integrada na cadeia produtiva de arroz por meio de estratégia de sensibilização de produtores e agroindústrias. As ações também tiveram como foco a capacitação técnica e a validação de seus requisitos normativos, visando à sustentabilidade e à maior competitividade do setor e das bases para a certificação do processo.	04.10.01.0 09.00.00	250.650,00	122.645,00
Capacitação de profissionais da assistência técnica rural em manejo integrado de insetos-praga e de doenças (MIP) associadas à cultura do milho no Brasil; e Organização da informação e uso de novas mídias para o fortalecimento da comunicação e do processo de transferência de tecnologia do projeto Balde Cheio	Capacitação de estudantes, produtores rurais, técnicos e extensionistas na correta identificação dos principais insetos-praga e fitopatógenos da cultura do milho; avaliação da possibilidade de uso integrado das medidas de controle baseadas na resistência genética, na adubação equilibrada, na rotação de culturas e na utilização de inseticidas e fungicidas, com os seguintes objetivos: viabilidade econômica do agronegócio do milho, otimização do uso de produtos químicos, redução dos riscos existentes na utilização isolada dessas estratégias de manejo e obtenção de níveis mais elevados e estáveis de controle desses agentes bióticos redutores da produtividade na cultura do milho. Visou fortalecer as ações de comunicação e de transferência de tecnologia do projeto Balde Cheio por meio da organização das informações e do uso de novas mídias, como a criação de um canal de comunicação com clientes do projeto em ambiente web.	04.09.06.0 01.00.00	239.820,00	33.860,00
Transferência de tecnologias para	Foi viabilizada a apropriação de tecnologias geradas e/ou adaptadas pela	04.08.08.0 06.00.00	200.000,00	27.130,00



consolidação dos polos agroflorestais estaduais no território do Alto Acre e Capixaba, com foco na proposta de desenvolvimento sustentável para o Acre	Embrapa, que contribuiu para as iniciativas de desenvolvimento sustentáveis no território do Alto Acre e Capixaba, visando melhorar a qualidade de vida dos produtores familiares dos polos agroflorestais estaduais. Os principais resultados do projeto foram os seguintes: a implantação de sete bancos de materiais genéticos de banana e mandioca; a capacitação de 139 produtores familiares e a formação de 16 extensionistas multiplicadores para atuarem na prestação de assistência técnica às culturas da banana e mandioca, no território do Alto Acre e Capixaba. Com isso, houve aumento da produtividade de ambas as culturas em relação à produtividade média estadual.			
Rede de transferência de tecnologias para revitalização das áreas cultivadas com coqueiros nos tabuleiros costeiros e baixada litorânea do nordeste	A eficiência dos sistemas de produção adotada por pequenos produtores de coco que utilizam a variedade Gigante do Brasil foi melhorada, por meio do treinamento de técnicos e produtores e da instalação de unidades demonstrativas em pequenas propriedades localizadas nos principais estados produtores de coco da região Nordeste. As unidades demonstrativas foram utilizadas para realização de dias de campo, como parte dos treinamentos realizados para técnicos e produtores de coco nos estados envolvidos.	04.08.01.0 03.00.00	188.054,00	20.096,00
Desenvolvimento de métodos participativos para a otimização da transferência de tecnologia na agricultura de base familiar no Rio Grande do Sul	Os métodos visaram aumentar a eficiência do processo de apropriação, pelos agricultores familiares, das tecnologias e conhecimentos gerados pela pesquisa por meio de métodos participativos.	04.09.06.0 18.00.00	150.500,00	48.200,00
Comunicação para a popularização da ciência e da tecnologia de alimentos	O principal insumo para o incremento de iniciativas agroindustriais empreendedoras é a educação ou informação qualificada para os agentes envolvidos. Conhecimentos foram gerados e disponibilizados pela Embrapa para subsidiar iniciativas que utilizem as ferramentas de popularização de ciência e tecnologia (C&T). Foram realizados 25 cursos ministrados a 478 alunos, professores e funcionários de quatro escolas técnicas agrícolas do Estado do Rio de Janeiro; houve a construção de um espaço de comunicação “online” e a realização de 12 fóruns de discussão, que mobilizaram 1.115 pessoas, entre produtores, técnicos, agentes públicos, alunos e interessados em geral. Foi construída uma rede de relacionamentos e comunicação que incluiu 93 instituições interessadas no desenvolvimento das	04.07.06.0 07.00.00	149.500,00	0,00



	localidades alcançadas pelo projeto e produzidos materiais de divulgação das ações.			
Transferência de tecnologias e conhecimentos para a melhoria da cadeia produtiva da ovinocultura em Mato Grosso do Sul	Visa elevar capacidade de produção, produtividade e qualidade da ovinocultura em Mato Grosso do Sul.	04.09.02.0 14.00.00	142.028,07	30.679,69
Desenvolvimento de metodologia para simulação de decisões de investimento em tecnologias de produção de bovinos de corte	Foram desenvolvidas metodologias que possibilitaram simular o impacto econômico de diferentes tecnologias em sistemas de produção de bovinos de corte. Disponibilizou-se software para auxiliar nas decisões relacionadas à transferência de tecnologia para a produção de bovinos de corte.	04.09.06.0 15.00.00	119.525,00	63.200,00
Apoio à promoção da segurança alimentar na cadeia produtiva de pescados no Estado do Rio de Janeiro	As ações desenvolvidas buscaram soluções tecnológicas para que o pescado proveniente da pesca artesanal se torne mais seguro por meio da aplicação das BPF. Realizou-se o diagnóstico do contexto das BPF na cadeia produtiva artesanal de pescados e a implantação de manual com procedimentos operacionais padronizados. Além disso, foi avaliada a qualidade dos pescados no que se refere aos aspectos microbiológicos, à composição centesimal e às propriedades funcionais.	04.09.06.0 17.00.00	106.777,50	34.290,00
Avaliação da eficácia da transferência de tecnologia via residência zootécnica em gado de leite	Visa desenvolver estratégia de integração pesquisa-extensão por meio da residência zootécnica. Objetivou-se especificamente avaliar o grau de adoção de tecnologias transferidas durante o período de residência na prática profissional, identificar demandas tanto para TT quanto para PD&I e criar canais de comunicação com os profissionais treinados, as empresas que os contrataram e instituições de ensino provedoras dos estagiários para a residência zootécnica.	04.09.06.0 06.00.00	106.122,00	27.862,00
Capacitação de técnicos para apoiar o desenvolvimento sustentável de agricultores familiares em assentamentos de reforma agrária	Com objetivo de capacitar técnicos em metodologias participativas de diagnóstico para a elaboração e implementação do planejamento estratégico participativo visando ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental de comunidades de assentados, estabelecendo estratégias conjuntas entre instituições, envolvendo MDA, INCRA, EMATER e CATI.	04.09.06.0 07.00.00	75.498,33	25.290,50
<b>Total</b>	-	-	2.729.284,90	636.155,19

Fonte: Relatório de Gestão 2012 e IDEARE.



Registre-se que a Embrapa firmou parcerias no exercício de 2012 com instituições como a CNA, SENAR, CONTAG, OEPAs, OCB e Itaipu Binacional. Essas parcerias visaram ao desenvolvimento de atividades de Pesquisa e Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia para empreendimentos de pequeno e médio porte.

De acordo com a metodologia proposta foi efetuada a análise do Projeto nº 06.09.06.004.00.00 – “*Monitoramento e avaliação de espaços coletivos para a construção social dos mercados pela agricultura familiar em Unaí – MG*”. O critério para seleção da amostra baseou-se na materialidade do Projeto, bem como parte de sua realização em Unidades localizadas no Distrito Federal, a qual permitiria a vistoria *in loco* de seus resultados, bem como a entrevista dos responsáveis do Projeto.

Tendo sido o Projeto conduzido pela mesma Unidade Líder que o Projeto 06.09.01.001.00.00, os controles internos do Projeto 06.09.06.004.00.00 apresentaram pontos positivos e impropriedades semelhantes, a saber:

- Pontos positivos: exigência de prestação de contas nos deslocamentos realizados no decorrer do Projeto; mecanismos de controle e apresentação de resultados por meio de documentos comprobatórios e integração das equipes, de forma a garantir a interatividade necessária para articular, implementar e acompanhar os Planos de Ação previstos para alcançar os resultados esperados.

- Impropriedades: atraso na apresentação de Relatórios no IDEARE; descentralização de recursos para o Projeto no período em que estava com relatório em atraso e ausência de registros dos custos no SIC – Sistema de Custos.

## **2.6 Avaliação das ações para desenvolvimento de novas tecnologias de energia**

Em delimitação do escopo definido conjuntamente com o TCU, o Órgão de Controle Interno optou por efetuar a avaliação do item considerando a seguinte questão de auditoria: Os controles internos administrativos são adequados? Para tanto foi identificada a Unidade da Embrapa responsável pelo tema, suas atribuições, situação geral e fonte da informação que subsidiou o Relatório de Gestão.

A metodologia utilizada se baseou no levantamento de informações, avaliando os controles internos mantidos, com enfoque em Projeto de Pesquisa, elemento de referência para implementação do tema pela EMBRAPA. Foi priorizado, para análise e verificação, o projeto de pesquisa de maior materialidade preferencialmente realizado nas imediações do Distrito Federal.

Conforme disposto na Deliberação nº 11, de 11/09/2012, a Embrapa Agroenergia–CNPAE, Unidade responsável pela maior parte das informações constantes do Relatório de Gestão quanto ao tema, possui as seguintes atribuições: apoiar, no âmbito da Embrapa e das demais instituições integrantes do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, as ações inerentes à pesquisa, ao desenvolvimento e a inovação em agroenergia; coordenar a plataforma da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I em agroenergia; gerar e transferir conhecimento e tecnologias que contribuam para a sustentabilidade, a competitividade e maior equidade entre os agentes das cadeias de agroenergia, em conformidade com os anseios da sociedade; atender as demandas dos clientes e as políticas públicas das áreas energética, social, ambiental, agropecuária e de abastecimento; promover o desenvolvimento sustentável do negócio da



agroenergiado Brasil, para atender as demandas nacional e internacional de biocombustíveis e de biomateriais; promover a formação e o aperfeiçoamento contínuo dos agentes das cadeias produtivas do negócio da agroenergia; e contribuir para a formulação de políticas em agroenergia e de ciência e tecnologia.

As principais ações em andamento no exercício de 2012 que envolveram o desenvolvimento de novas tecnologias em energia e os resultados alcançados estão descritos a seguir:

**Quadro: Principais Ações desenvolvidas e resultados alcançados em 2012 - Agroenergia.**

<b>Ação</b>	<b>Descrição/Resultados</b>	<b>Número do Projeto</b>	<b>Recursos Solicitados Total (R\$)</b>	<b>Recursos Solicitados em 2012 (R\$)</b>
Cultivares de plantas oleaginosas lançadas, registradas, protegidas ou com extensão de recomendação de uso em 2012 para atender o processo tanto de fortalecimento da produção quanto de diversificação de matéria-prima.	a) Soja – 14 cultivares protegidas e 17 registradas;	02.09.03.004.00.00	6.960.000,00	1.358.311,69
	b) Girassol – extensão de recomendação de 3 cultivares de girassol;	02.07.07.010.00.00	435.725,48	73.470,57
	c) Mamona – BRS Gabriela – material precoce, com alto teor de óleo e com ampla adaptação em relação às existentes no mercado;	02.09.07.005.00.00	2.080.000,00	579.878,00
	d) Amendoim – registro de proteção da BRS Pérola Branca, única no Brasil com película branca e destinada para o mercado de óleo. A cultivar foi testada em cinco estados do Nordeste, durante 3 anos e apresenta média de produção de vagens de 2,6 t/ha e 1,6 t/ha, em regime dependente de chuvas. A cultivar tem entre 50% e 52% de óleo nas sementes.	02.06.02.011.00.00	319.019,35	Último orçamento solicitado em 2009
Transgenia em cana-de-açúcar com vistas à tolerância à seca	Grande parte da área disponível para aumento do plantio de cana-de-açúcar no Brasil encontra-se em regiões onde a regime pluviométrico apresenta alto grau de heterogeneidade. A Embrapa selecionou, em 2012, cinco eventos elite de cana-de-açúcar expressando o gene DREB2A, os quais apresentaram grande tolerância à seca durante experimentos realizados em laboratório e em casa-de-vegetação.	02.09.01.013.00.00	4.107.648,00	692.016,00
Metodologia de conservação de pólen de cana-de-açúcar	O método foi desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Alagoas e a RIDESA. A conservação de grãos de pólen é uma ferramenta importante porque permite preservar a viabilidade dos gametas masculinos por longos períodos, e possibilita ultrapassar barreiras como a assincronia floral além de viabilizar a execução de cruzamentos raros. É exatamente nessa condição, no Estado de Alagoas, que a metodologia de conservação de pólen desenvolvido pela Embrapa, em parceria com as instituições citadas, poderá ter maior aplicação.	03.11.07.006.00.00	95.337,00	43.195,00
Desenvolvimento de metodologia de ACV para a produção de biodiesel no padrão da ISO 14040, ISO 14044 e UNEP	Com o objetivo de coordenar as ações em ACV na Embrapa, a diretoria-executiva de P&D instituiu, em maio de 2012, um grupo de trabalho em ACV. Entre suas principais tarefas, incluíam-se a internalização dos conceitos relacionados à ACV na Empresa; o estabelecimento de uma rede de parcerias para estudos em ACV; e a elaboração de uma proposta de projeto para consolidação e gestão da rede ACV Embrapa. Em 2012, a Embrapa desenvolveu metodologia de ACV para a produção de biodiesel, nos padrões ISO 14040, ISO 14044	Grupo de Trabalho instituído pela Resolução do Diretor Executivo de P&D nº. 5, de 21 de	0,00	0,00



	e UNEP, considerando as etapas do berço ao portão (elos da cadeia agrícola, industrial e distribuição, sem o uso do biodiesel). Bancos de dados do inventário, e da análise de impacto do ciclo de vida da produção de biodiesel de pinhão-manso, também foram entregues em 2012, utilizando-se a base Ecoinvent. Além de serem utilizados como base para estudos socioeconômicos da cadeia produtiva do pinhão-manso, esses bancos estão sendo utilizados para referenciar outros estudos de ACV na Embrapa.	Maio de 2012.		
Ações para discussão de temas relevantes para o setor de produção de energia	Em 2012, a Embrapa organizou diversos eventos (congressos, simpósios, workshop, etc.) no tema, cabendo destacar: a) <i>Simpósio nacional de microrganismos em agroenergia</i> ; b) <i>Simpósio de destoxificação e aproveitamento de tortas de pinhão-manso e mamona</i> ; c) <i>Simpósio nacional de biocombustíveis de aviação</i> ; d) <i>VI Curso de capacitação e difusão de tecnologia em canola</i> ; e) <i>Simpósio estadual de agroenergia</i> (Rio Grande do Sul); f) <i>Seminário sobre energias renováveis</i> ; g) <i>Workshop sobre controle pleno da qualidade do biodiesel e mistura com diesel</i> ; e h) <i>V Congresso brasileiro de mamona</i> .		0,00	0,00
Produção de biodiesel no Brasil e caracterização do genoma de caiaué	A diversificação das fontes de óleo vegetal para a produção de biodiesel é uma das prioridades do setor. A palma de óleo é considerada a candidata mais forte para entrar no rol de culturas energéticas produtoras de óleo para biodiesel no Brasil, em virtude da alta produtividade de óleo – aproximadamente 10 vezes maior que a da soja. A palma de óleo americana, conhecida como caiaué, é resistente à doença conhecida como amarelecimento fatal. Em 2012 a Embrapa caracterizou o genoma de caiaué quanto ao seu tamanho e ainda produziu a primeira versão do genoma completo dessa espécie.	02.09.00. 019.00.00	0,00	0,00
Banco de dados de marcadores moleculares	A Embrapa gerou um banco de dados com mais de 10 mil marcadores moleculares (SNPs e DArTs) de caiaué, que serão utilizados em estudos futuros de diversidade genética, mapeamento genético e montagem do genoma.	02.09.00. 019.00.00	0,00	0,00
Construção de um banco de dados genômicos e genéticos com marcadores moleculares de pinhão-manso	Em 2012 a Embrapa gerou um banco de dados com mais de 5 mil marcadores moleculares (SNPs e DArTs) de <i>Jatropha curcas</i> , que serão utilizados em estudos de diversidade genética e mapeamento genético	02.10.00. 021.00.00 e 02.10.00. 006.00.00	0,00	0,00
<b>Total</b>			<b>13.997.729, 83</b>	<b>2.746.871, 26</b>

Fonte: Relatório de Gestão 2012 e IDEARE

Seguindo a metodologia proposta, foi efetuada a análise do Projeto nº 02.09.01.013.000.00 – “*Transformação genética de algodão, cana-de-açúcar, feijão, milho e soja com construções gênicas contendo o gene DREB2A visando tolerância à seca*”, tendo em vista sua materialidade e localização da Unidade Líder do Projeto (Embrapa Agroenergia) no Distrito Federal, possibilitando vistoria in loco de seus resultados.





No que se refere aos controles internos mantidos pela Unidade Líder, verificou-se como ponto positivo os Documentos do Sistema de Gestão da Qualidade-SGQ definidos pela Embrapa Agroenergia, quais sejam:

- Procedimento Operacional Padrão (POP): descreve os processos e atividades necessários para implementar o sistema de gestão referentes ao Sistema de Gestão da Qualidade.
- Plano (PLA): documento tático ou gerencial utilizado como suporte na gestão dos processos da Unidade.
- Instrução de trabalho (IT): documentos operacionais que descrevem o passo a passo para realizar uma atividade
- Instrução de uso (IU): documentos operacionais que estabelecem o procedimento de utilização de equipamentos de maneira clara e objetiva.
- Método de ensaio (MET): os métodos de ensaio são os documentos que detalham o passo a passo de um método analítico.
- Formulário (FOR): documentos desenvolvidos e mantidos para demonstrar a conformidade dos requisitos do sistema de gestão.
- Documento suporte (DS): documentos que podem ter nível estratégico, tático ou operacional e contém informações necessárias para o suporte das atividades.
- Documento externo (DE): Documentos obtidos de fontes externas, como por exemplo: regulamentos, normas, métodos de ensaio, manuais de equipamentos, e que o SGQ utiliza rotineiramente nos trabalhos da Unidade.

Dentre os Documentos, encontram-se aqueles referentes a aquisições de materiais e de bens patrimoniais e contratações de serviços para os projetos de pesquisa, procedimentos para o planejamento, realização e prestação de contas para viagens nacionais, gerenciamento de equipamentos, fluxo de contabilização de despesas, fluxo orçamentário, gestão de contratos administrativos, requisição e retirada de reagentes e materiais de laboratório e armazenamento de estoque no laboratório. Além disso, em meados de 2012, a Unidade instituiu a ata eletrônica para registro e controle das ações e experimentos realizados durante a execução de projetos.

Por outro lado, observou-se como ponto negativo a ausência de sistemas para controle de estoque e controle orçamentário, sendo realizados por meio de planilhas em Excel. Cita-se também os relatórios apresentados pelas outras Unidades envolvidas no Projeto nº 02.09.01.013.000.00, os quais não possuem um padrão necessário de informações e análises que devem ser apresentadas, sendo alguns bem resumidos, prejudicando o acompanhamento pelo líder do Projeto das metas e resultados alcançados. Por fim, verificou-se ainda o atraso na apresentação de Relatórios do Projeto nº 02.09.01.013.000.00 no Sistema IDEARE e a não aprovação do Relatório Anual do referido Projeto pelo gestor do Macroprograma, devido à carência de informações relatadas.

## **2.7 Avaliação das ações para desenvolvimento de sistemas integrados de produção em áreas degradadas**

Em delimitação do escopo definido conjuntamente com o TCU, o Órgão de Controle Interno optou por efetuar a avaliação do item considerando a seguinte questão de auditoria: Os controles internos administrativos são adequados? Para tanto foi identificada a Unidade da Embrapa responsável pelo tema, suas atribuições, situação geral e fonte da informação que subsidiou o Relatório de Gestão.



A metodologia utilizada se baseou no levantamento de informações, avaliando os controles internos mantidos, com enfoque em Projeto de Pesquisa, elemento de referência para implementação do tema pela EMBRAPA. Foi priorizado, para análise e verificação, o projeto de pesquisa de maior materialidade preferencialmente realizado nas imediações do Distrito Federal.

De acordo com o V Plano Diretor da Embrapa (2008 - 2011 - 2023), um dos desafios científicos e tecnológicos da Embrapa que compõe suas Diretrizes Estratégicas é *“Intensificar o desenvolvimento de tecnologias para o uso sustentável dos biomas e integração produtiva das regiões brasileiras”*.

Para o alcance do objetivo acima, uma das estratégias definidas pela Embrapa foi intensificar o esforço de PD&I para o desenvolvimento de sistemas integrados de produção em áreas degradadas nos diferentes biomas.

Os resultados apresentados em 2012 pelas ações relativas a essa estratégia foram consolidados e apresentados subitem 5.2 do Relatório de Gestão da Embrapa pelo Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento - DPD, Unidade Central, técnico-administrativa, subordinada ao Presidente da Embrapa.

As principais Ações em andamento no exercício de 2012 que envolveram o desenvolvimento de sistemas integrados de produção em áreas degradadas e os resultados alcançados estão descritas a seguir:

**Quadro: Principais Ações desenvolvidas e resultados alcançados em 2012.**

<b>Ação</b>	<b>Descrição/Resultados</b>	<b>Número do Projeto</b>	<b>Recursos Solicitados Total (R\$)</b>	<b>Recursos Solicitados em 2012 (R\$)</b>
Rede de intercâmbio e transferência de conhecimentos e tecnologias agroflorestais na Amazônia	Criação de uma rede de formação e atualização de técnicos, produtores e tomadores de decisão em temas agroflorestais para a Região Amazônica, com vistas a otimizar a transferência de tecnologias nessa área.	04.11.01.018.00.00	1.137.845,50	375.456,36
Produção, caracterização e utilização de biocarvão como condicionador de solo em sistemas florestais e de produção de mudas.	Avaliação do potencial de obtenção de biocarvão dos resíduos provenientes do processamento da madeira nos estados do Mato Grosso, Rondônia e Acre, sua utilização como substrato de mudas de espécies florestais e produção em campo dessas espécies.	02.12.01.022.00.00	373.203,55	0
As transformações na paisagem da bacia hidrográfica do rio Guapi-Macacu, RJ e sua relação com a vulnerabilidade das terras.	Identificação de manejo capaz de subsidiar o uso das terras em parte da bacia hidrográfica do rio Guapi-Macacu. Resultados preliminares também foram apresentados para o órgão ambiental estadual visando contribuir com a formulação de políticas públicas.	03.10.00.023.00.00	0	0
<b>Total</b>	-	-	<b>1.511.049,05</b>	<b>375.456,36</b>

**Fonte:** Relatório de Gestão 2012 e IDEARE.

Obs.: Os projetos que não possuem orçamento solicitado possuem financiamento externo



Seguindo a metodologia proposta foi efetuada a análise do Projeto n° 04.11.01.018.00.00, que possui com título: “*Rede de intercâmbio e transferência de conhecimentos e tecnologias agroflorestais na Amazônia*”, liderado pelo Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental, tendo em vista sua materialidade e em razão de nenhum dos projetos listados no quadro acima possuírem Unidade líder localizado no Distrito Federal.

O Projeto teve início em outubro de 2011, com duração prevista de 36 meses tendo como objetivo criar uma rede de formação e atualização de técnicos, produtores e tomadores de decisão em temas agroflorestais para a região amazônica, visando otimizar o processo de transferência de tecnologias relacionadas a esta área.

Com base na análise dos documentos e informações apresentados pela Unidade Líder, verificaram-se os seguintes pontos positivos quanto aos controles internos do Projeto em questão: mecanismos de controle e apresentação de resultados por meio de documentos comprobatórios e integração entre as unidades participantes do Projeto, favorecendo a descentralização de atividades com o intuito de aperfeiçoar os gastos dos recursos federais envolvidos no alcance dos resultados esperados.

As principais impropriedades constatadas no âmbito do Projeto são: atraso na apresentação de Relatórios no IDEARE, desatualização de informações no IDEARE e ausência de avaliação de impacto da realização do Projeto.

## **2.8 Avaliação das ações para desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias para a inserção social e econômica da agricultura familiar, das comunidades tradicionais e dos pequenos empreendimentos**

Em delimitação do escopo definido conjuntamente com o TCU, o Órgão de Controle Interno optou por efetuar a avaliação do item considerando a seguinte questão de auditoria: Os controles internos administrativos são adequados? Para tanto foi identificada a Unidade da Embrapa responsável pelo tema, suas atribuições, situação geral e fonte da informação que subsidiou o Relatório de Gestão.

A metodologia utilizada se baseou no levantamento de informações, avaliando os controles internos mantidos, com enfoque em Projeto de Pesquisa, elemento de referência para implementação do tema pela EMBRAPA. Foi priorizado, para análise e verificação, o projeto de pesquisa de maior materialidade preferencialmente realizado nas imediações do Distrito Federal.

De acordo com o V Plano Diretor da Embrapa (2008 – 2011 - 2023), um dos Desafios Científicos e Tecnológicos da Embrapa que compõe suas Diretrizes Estratégicas é “Intensificar o desenvolvimento de tecnologias para o uso sustentável dos biomas e integração produtiva das regiões brasileiras”.

Para o alcance do objetivo acima, uma das estratégias definidas pela Embrapa foi desenvolver conhecimentos e tecnologias que contribuam para a inserção social e econômica da agricultura familiar, das comunidades tradicionais e dos pequenos empreendimentos.

Os resultados apresentados em 2012 pelas ações relativas a essa estratégia estão consolidados e apresentados no subitem 5.4 do Relatório de Gestão da Embrapa pelo



Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento - DPD, Unidade Central, técnico-administrativa, subordinada ao Presidente da Embrapa.

As principais Ações em andamento no exercício de 2012 que envolveram o desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias que contribuem para a inserção social e econômica da agricultura familiar, das comunidades tradicionais e dos pequenos empreendimentos e os resultados alcançados estão descritas a seguir:

**Quadro: Principais Ações desenvolvidas e resultados alcançados em 2012.**

Ação	Descrição/Resultados	Número do Projeto	Recursos Solicitados Total (R\$)	Recursos Solicitados em 2012 (R\$)
Melhoria da produção, processamento e comercialização de queijo de coalho de agricultores familiares nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.	Melhoria na produção e comercialização do queijo de coalho nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Houve nesse contexto melhoria do processo de produção em virtude do uso de BPA e BPF; desenvolvimento de kit para produção de queijo coalham que se encontra na 4ª versão; desenvolvimento de kit para ordenha higiênica e melhoria no processo de comercialização, com eliminação do intermediário em mais 50% e elevação em pelo menos 30% no preço de venda dos queijos pelos produtores.	06.08.06.0 06.00.00	246.860,00	52.380,00
Avaliação de diferentes métodos de tratamento de água para consumo em comunidades rurais do semiárido brasileiro	Identificação de métodos e alternativas simples para tratamento de água de baixo custo para serem utilizadas em comunidades rurais do Semiárido brasileiro que não dispõem de sistemas convencionais de abastecimento de água e apropriação de alternativas de captação de água de chuva, por parte dos agricultores familiares.	06.09.01.0 02.00.00	176.594,00	29.370,00
Desenvolvimento de comunidades de agricultores familiares do Piauí por meio do gergelim orgânico	Desenvolveu-se novas formulações de produtos com valor agregado à base de gergelim e mel, soluções estas, agregadas a outras já desenvolvidas e validadas, envolvendo agricultores familiares. Essas soluções consistem em: a) processos agroindustriais - elaboração de extrusados não expandidos (pellets) de arroz e gergelim ( <i>Sesamum indicum</i> L.) in natura; elaboração de farinha instantânea de milho e de gergelim integral por extrusão; obtenção de extrusados não expandidos (pellets) de milho e de gergelim integral ( <i>Sesamum indicum</i> L.); desenvolvimento, aceitabilidade e intenção de compra de doce de gergelim orgânico e mel; cookie de gergelim: uma proposta para o aproveitamento da torta na merenda escolar.	06.08.01.0 04.00.00	155.845,00	0
Implantação e desenvolvimento da Produção Integrada de Mandioca em cinco das principais Regiões produtoras da cultura no Brasil	Foram difundidos sistemas sustentáveis de produção de mandioca por meio das Unidades Demonstrativas, integrando os membros da cadeia produtiva do setor, e agregando valor ao produto final, incluindo elaboração de cartilhas e normas técnicas sobre estas atividades e distribuídas ao público alvo.	04.09.00.0 04.00.00	0	0
Desenvolvimento	Construção de alternativas de produção	06.11.99.0	0	0



sustentável da agricultura familiar da região de Franca-SP.	agrícola que causem menor dano ambiental e representem opções de renda para os agricultores familiares da região de Franca. Os resultados desse projeto geraram relevantes impactos econômicos: expansão das alternativas de mercado, especialmente o orgânico; aumento de renda direta; redução do gasto com insumos; melhoria da segurança alimentar da família; agregação social por meio de diversas formas de associativismo e recuperação dos recursos naturais.	02.00.00		
<b>Total</b>	-	-	<b>579.299,00</b>	<b>81.750,00</b>

**Fonte:** Relatório de Gestão 2012 e IDEARE.

Obs.: Os projetos que não possuem orçamento solicitado possuem financiamento externo

Seguindo a metodologia proposta foi efetuada a análise do Projeto nº 06.08.06.006.00.00 – “*Melhoria da produção, processamento e comercialização de queijo de coalho de agricultores familiares nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte*”, tendo em vista sua materialidade e liderado pelo Centro Nacional de Pesquisa de Agroindústria Tropical, em razão de nenhum dos projetos listados no quadro acima possuem Unidade líder localizado no Distrito Federal.

O Projeto teve início em setembro de 2009, com duração prevista de 36 meses tendo como objetivo contribuir de forma participativa para o desenvolvimento sustentável da propriedade familiar através da melhoria na produção e comercialização do queijo de coalho nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

Com base na análise dos documentos e informações apresentados pela Unidade Líder, verificaram-se como pontos positivos quanto aos controles internos do Projeto em questão os mecanismos de controle e apresentação de resultados por meio de documentos comprobatórios. Ainda como pontos positivos, pode-se destacar a realização de 21 cursos de Boas Práticas de Fabricação de Queijo Coalho, superando a quantidade planejada (5 cursos) em 320%.

As principais impropriedades constatadas no âmbito do Projeto são: realização de atividades antes do período vigência do Projeto de Pesquisa, informações constantes de sistema de controle de projetos incompatíveis com a real execução das atividades e ausência de registros dos custos no SIC – Sistema de Custos.

## **2.9 Avaliação das ações de prospecção, caracterização e conservação de espécies da biodiversidade brasileira**

O Órgão de Controle Interno, em delimitação do escopo definido conjuntamente com o TCU, optou por efetuar a avaliação do item considerando a seguinte questão de auditoria: Os controles internos administrativos são adequados?

A metodologia utilizada se baseou no levantamento de informações e nos controles internos mantidos pela Unidade responsável pelo Projeto de Pesquisa, sendo priorizado para análise e verificação, o Projeto de Pesquisa de maior materialidade. Para tanto foi identificada a Unidade da Embrapa responsável pelo Tema, suas atribuições, situação



geral e fonte de informação que subsidiou o Relatório de Gestão no subitem 6.1 da Parte “C” da DN TCU nº 119/2012.

As principais Ações em andamento no exercício de 2012, que envolveram prospecção, caracterização e conservação de espécies da biodiversidade brasileira para a geração de produtos, desenvolvimento de tecnologias para sistemas de produção, e agroindustrialização; estão descritas a seguir:

**Quadro: Principais Ações desenvolvidas pela Unidade em 2012**

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Número do Projeto</b>	<b>Recursos Investido sem 2012 (R\$)</b>	<b>Recursos Investidos total (R\$)</b>
Inovação e aperfeiçoamento de tecnologias na produção de mudas do agronegócio de flores, plantas ornamentais e tropicais em micro e pequenas empresas componentes do arranjo produtivo local em Fortaleza, CE	Inovar e aperfeiçoar tecnologias na produção de mudas do agronegócio flores e plantas ornamentais tropicais em Micro e Pequenas Empresas componentes do Arranjo Produtivo Local em Fortaleza-Ceará. Com este nível de tecnologia, as mudas produzidas serão de alta qualidade e em quantidade suficiente, permitindo que as empresas do setor tornem-se mais competitivas, destacando-se no mercado e atendendo à demanda existente. A agregação de valor à muda produzida visa tornar o sistema produtivo autossustentável. Esta proposta visa atender a produção de mudas de espécies das três principais famílias de flores tropicais (Orchidaceae, Araceae e Bromeliaceae) comercializadas no mercado nacional e internacional, utilizando na formulação dos substratos resíduos agropecuários e agroindustriais regionais.	03.10.00.0 74.00.00	0,00	0,00
Síntese de ésteres para uso como padrão na identificação de componentes do aroma de frutas	Sintetizar e caracterizar bibliotecas de padrões para uso na identificação de componentes de aroma de frutas.	03.11.99.0 27.00.00	0,00	0,00
Estudo tecnológico de néctares de frutas tropicais com oligossacarídeos prebióticos	Desenvolver o processo tecnológico para a produção de néctares de frutas tropicais com oligossacarídeos prebióticos, com características funcionais, microbiológicas e sensoriais satisfatórias.	03.12.00.0 07.00.00	0,00	0,00
Técnicas de elaboração de produtos minimamente processados e de produtos diferenciados para a agregação de valor em frutas de clima temperado	Gerar informações sobre as técnicas de processamento que permitam a elaboração de produtos minimamente processados e produtos diferenciados de qualidade agregando valor às frutas de clima temperado.	02.10.01.0 01.00.00	124.360,00	400.000,00
<b>Prospecção de</b>	<b>Avaliar o potencial probiótico e</b>	<b>02.09.01.0</b>	<b>186.840,00</b>	<b>700.000,00</b>



<b>bactérias lácticas nativas com propriedades probióticas e elaboração de novos produtos lácteos com potencial funcional</b>	<b>tecnológico de cepas nativas de Lactobacillus, selecioná-las em função desse potencial e elaborar produtos lácteos funcionais empregando as bactérias selecionadas.</b>	<b>24.00.00</b>		
Biofortificação no Brasil desenvolvendo produtos agrícolas mais nutritivos (Fase 2)	Desenvolver produtos agrícolas biofortificados e avaliar sua qualidade nutricional.	02.12.07.0 01.00.00	15.200,00	449.975,00
Aprimoramento dos sistemas de produção da mamona para o Brasil	Aperfeiçoar sistemas de produção de mamona para maior sustentabilidade e competitividade da ricinicultura no Brasil.	02.12.01.0 17.00.00	113.864,10	568.774,26
Determinação de custos ambientais e de insumos na produção de palma de óleo no Estado do Pará	Identificar os parâmetros técnicos, econômicos e ambientais que afetam a estabilidade da produção de palma de óleo nos principais municípios produtores do Estado do Pará, para a determinação de políticas agrícolas apropriadas visando à redução de riscos.	03.12.00.0 01.00.00	0,00	0,00
Biodiversidade e bioprospecção de microrganismos da caatinga	Avaliar a diversidade de microrganismos (fungos, bactérias, leveduras, arqueias, cianobactérias e actinobactérias) de solos, rizosfera, filoplano e endofíticos; e prospectá-los quanto à produção de metabólitos secundários de interesse agrícola e medicinal.	02.09.01.0 08.00.00	140.275,00	450.000,00

Fonte: Relatório de Gestão 2012 e IDEARE.

De acordo com a metodologia proposta foi efetuada a análise do Projeto nº 02.09.01.024.00.00 – “*Prospecção de bactérias lácticas nativas com propriedades probióticas e elaboração de novos produtos lácteos com potencial funcional*”, tendo em vista sua materialidade (total de recursos investidos R\$ 700.000,00).

O Projeto teve início em junho de 2006, com duração de 48 meses. Foi realizado em região de cerrado, caatingas e florestas decíduais, tendo como público alvo consumidores, órgãos de proteção ao consumidor e indústria de insumos, ingredientes e embalagens.

O Projeto foi executado pelas seguintes instituições: Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos– CNPC, Universidade de São Paulo, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Universidade Federal do Ceará, Centro Nacional de Pesquisa de Agroindustrial.

A Unidade Líder foi a Embrapa Caprino e Suínos – CNPC, Unidade descentralizada, cuja missão é viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da caprinocultura e da ovinocultura em benefício da sociedade, estando localizada em Sobral, no Ceará.



O objetivo geral do Projeto é o de avaliar o potencial probiótico e tecnológico de cepas nativas de lactobacillus, selecioná-las em função desse potencial e elaborar produtos lácteos funcionais empregando as bactérias selecionadas.

As despesas realizadas no exercício de 2012 no âmbito do Projeto referem-se basicamente ao pagamento de bolsas de estágio, pagamento de diárias e aquisição de materiais para laboratório e insumos laboratoriais, além de pagamento de fretes para levar materiais às Unidades participantes do Projeto. As despesas da Unidade Líder são registradas no SIC (Sistemas de Custos), o que facilita o controle contábil desses gastos. Quanto à exigência de prestação de contas nos deslocamentos realizados no decorrer do Projeto, a Unidade utiliza-se do sistema corporativo da Administração Pública Federal para gestão de viagens, Sistema de Diárias e Passagens – SDP.

Com base na análise dos documentos e informações apresentados pela Unidade Líder, verificaram-se, quanto aos controles internos do Projeto, a utilização de mecanismos de controle e apresentação de resultados institucionalizados na Unidade mediante Manuais que formalizam o fluxo de andamento dos trabalhos, promovendo o acompanhamento satisfatório dos Planos de Ação previstos para alcançar os resultados esperados.

## **2.10 PAC/EMBRAPA**

Em delimitação do escopo definido conjuntamente com o TCU, o Órgão de Controle Interno optou por efetuar a avaliação do item considerando a seguinte questão de auditoria: Houve atingimento das metas do PAC/Embrapa?

A metodologia utilizada se baseou no levantamento de informações, análise dos relatos elaborados pela EMBRAPA sobre o alcance dos resultados, relatórios de ações de controle efetuadas pela Assessoria de Auditoria Interna da EMBRAPA e informações complementares apresentadas mediante questionamento.

O Programa de “*Fortalecimento e Crescimento da Embrapa*” – PAC Embrapa surgiu em 2008, com o objetivo de gerar um conjunto substancial de resultados finalísticos ou “produtos” tecnológicos com alto potencial de impacto sobre a economia brasileira, aliados a uma substancial melhoria na área de gestão e nas condições de infraestrutura para o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa na Embrapa.

Os recursos seriam destinados à ampliação do quadro de pessoal e da estrutura física da Empresa, à construção de novos centros de pesquisa, à modernização e adequação da infraestrutura para atender exigências internacionais e ambientais, investimentos em pesquisa e Transferência de Tecnologias (TT), e investimento nas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAs).

Inicialmente a Embrapa pleiteou, junto ao Governo, o montante de R\$ 913 milhões, no entanto, o crédito projetado no Plano Plurianual - PPA pela Lei nº 11.751/08 foi de cerca de R\$ 897 milhões e, segundo o Documento Portfólio PAC – Embrapa 2008 –





2011, o limite autorizado para a Empresa foi de aproximadamente R\$ 590 milhões, dos quais se executou 95%.

Para administrar esses recursos, foi criada, no âmbito do PAC/EMBRAPA, uma estrutura composta pelo Comitê Consultivo PAC- Embrapa e pela Secretaria – Executiva do PAC, sendo o Comitê a instância que assessoraria o Diretor Presidente e a Diretoria Executiva da Empresa na elaboração, na análise, e na aprovação dos Planos de Ação para execução das metas do Programa. A responsabilidade pela execução das atividades lançadas nos Planos de Ação caberia ao gestor da Unidade Central competente pela área, sendo sua execução acompanhada pela Secretaria – Executiva do PAC.

Entretanto, por meio do Documento M.ANC. n° 610/2013, de 30/08/2013, a Empresa informou que, por decisão da Diretoria-Executiva à época, não foram elaborados os Planos de Ação Anuais pelo Comitê Consultivo do PAC- Embrapa para os exercícios de 2010 e 2011, tendo a Embrapa deixado de utilizá-los como orientação na gestão do Orçamento do Programa. Tal fato comprometeu a aderência da execução do orçamento dos projetos e metas previstas no Planejamento inicial e dificultou o controle dos resultados alcançados pelo PAC- Embrapa durante os últimos exercícios.

O Programa teve como Planejamento o Documento intitulado “*Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa*”, versão de junho de 2008, constituído por 10 projetos, com 141 metas. Os projetos são os seguintes:

- **Projeto 1:** Agricultura amazônica sustentável
- **Projeto 2:** Segurança alimentar e alimento seguro
- **Projeto 3:** Aproveitamento dos recursos naturais e produção agrícola sustentável
- **Projeto 4:** Competitividade e sustentabilidade da agricultura familiar
- **Projeto 5:** Avanço na fronteira do conhecimento
- **Projeto 6:** Competitividade em Agroenergia
- **Projeto 7:** Inovação institucional e governança
- **Projeto 8:** Revitalização e modernização da capacidade intelectual e da infraestrutura física da Embrapa
- **Projeto 9:** Revitalização e modernização da infraestrutura física das Organizações Estaduais de Pesquisa Agrícola – OEPA
- **Projeto 10:** Monitoramento por satélite das obras do PAC e de seus impactos

Os Projetos de 1 a 6 referem-se a temas de pesquisa e, segundo o Documento M.ANC. n° 610/2013, de 30/08/2013, tais recursos oportunizaram aportes diretos a 209 projetos do Sistema Embrapa de Gestão, além do apoio indireto por meio de ações de capacitação para obtenção de competências institucionais, financiamento de bens, materiais e serviços constituintes da logística de suporte às atividades da Empresa.

Quanto aos impactos, que os resultados destes 6 projetos, causaram na economia brasileira, o Documento M.ANC. n° 610/2013, de 30/08/2013, informou que é altamente complexa a metodologia aplicada para se calcular esses impactos, devido à necessidade de se considerar toda uma cadeia multifatorial envolvida, mas informou que a Secretaria de Gestão Estratégica (SGE) da Embrapa calcula anualmente os impactos de um grupo selecionado de tecnologias, publicando os resultados no Balanço Social da



Empresa, embora não seja possível informar exclusivamente os impactos das pesquisas financiadas com o PAC-Embrapa.

No Projeto 7 - Inovação Institucional e Governança, segundo o Documento M.ANC. n° 610/2013, de 30/08/2013, houve um fortalecimento da ação internacional da Empresa por meio da ampliação do número de pesquisadores executando projetos em outros países, seja em cooperação científica ou técnica, e também pela presença da Empresa em continentes nos quais ainda não se fazia presente.

Quanto ao Projeto 8 - revitalização e modernização da capacidade intelectual, o Documento M.ANC. n° 610/2013, de 30/08/2013, informou que o Planejamento original do PAC-Embrapa considerava a possibilidade de gastos com pessoal, que deveriam advir da autorização para criação de 1.211 novas vagas no quadro da Empresa. Esta negociação só obteve êxito no final de 2009 com a publicação da Portaria DEST n° 25, de 25/11/2009, que autorizou aumento no quadro de pessoal a partir de cronograma escalonado. A ocupação de novas vagas foi oportunizada pelo concurso público n° 01/2009, cujas contratações só se iniciaram no segundo semestre de 2010, o que impossibilitou a realização do orçamento previsto inicialmente para os anos de 2008 a 2010. Embora não tenha havido gastos para ampliação do quadro de pessoal, houve gastos com capacitação de pessoal em cerca de R\$ 30 milhões, segundo registrado no Portfólio PAC –Embrapa 2008 – 2011.

Ainda referente ao Projeto 8, no quesito infraestrutura física da Embrapa, houve aplicação de recursos na ampliação e revitalização, com obras de grande porte, serviços de engenharia de menor escala e aquisição/manutenção de bens móveis e imóveis.

Para as obras de grandes portes, foram executados recursos na ordem de R\$ 49.361.000,00, do total previsto de R\$ 60.907.000,00, de acordo com o Documento MEM.CEA/DPS n° 99/2013, de 03/09/2013. Tais obras tiveram dificuldades na sua execução, uma vez que das 4 construções de sedes previstas (Embrapa Agroenergia, Agrossilvipastoril, Pesca e Aquicultura e Cocais), apenas as duas primeiras tiveram êxito. Tais dificuldades decorreram de problemas com a empresa contratada, como atrasos no cronograma, paralisação das obras e abandono de obra. Houve, ainda, dificuldades decorrentes do quantitativo insuficiente de pessoal na área de engenharia da Empresa, impossibilitando que fosse acompanhado com maior efetividade a execução das obras.

O Projeto 9 - revitalização e modernização da infraestrutura física das Organizações Estaduais de Pesquisa Agrícola – OEPA's financiou, de 2008 a 2010, recursos no montante de R\$ 217 milhões, repassados por intermédio de convênios celebrados entre a Embrapa e às OEPA's. Tal Projeto encontrou dificuldades quanto ao acompanhamento e fiscalização dos convênios, haja vista o quantitativo de pessoal reduzido nas áreas responsáveis pelos convênios da Empresa, além de carência de pessoal especializado na área de engenharia para prover um acompanhamento efetivo das obras. Essa carência se refletiu nas inúmeras falhas detectadas pela Assessoria de Auditoria Interna da Embrapa que foram desde a inobservância aos princípios básicos da Lei das Licitações (8.666/93), às disposições da Lei das Diretrizes Orçamentárias e às decisões/súmulas do TCU, até falhas de maior materialidade e risco.



O Projeto 10, referente ao Monitoramento por satélite das obras do PAC e de seus impactos, tinha como objetivo o monitoramento por satélite das obras do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal - PAC Federal e seus impactos, tal Projeto seria desenvolvido pela Embrapa Monitoramento por Satélite, centro de pesquisas localizado no Município de Campinas, SP. Segundo o Documento M.ANC. n° 610/2013, de 30/08/2013, o Projeto foi retirado do escopo por indisponibilidade orçamentária, haja vista que o pleiteado inicialmente pela Embrapa não teve o crédito efetivamente projetado no PPA. No entanto, os gestores do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal - PAC Federal consideraram o Projeto de grande importância e passaram a financiá-lo por meio de destaques orçamentários, efetuando aportes financeiros diretos à Embrapa Monitoramento por Satélite.

A Embrapa apresentou, em abril de 2011, como prestação de contas do Programa, o Portfólio PAC - Embrapa 2008 – 2011, registrando os principais resultados alcançados. No entanto, o mesmo não se refere às metas estipuladas no início do Programa, principalmente no que se refere aos Projetos 07 a 10, nem registra as principais dificuldades encontradas no Programa, a exemplo das dificuldades encontradas na execução dos convênios pelas OEPAs e no acompanhamento das obras realizadas pela própria Embrapa. Além disso, como o documento foi apresentado em abril de 2011, o mesmo não registra completamente o período de 2011, nem o de 2012, apesar de ter havido execução de orçamento naquele exercício, a exemplo dos convênios firmados em 2009 e 2010 com as OEPAs.

Por fim, de uma maneira geral, embora, nem todos os Projetos tenham sido implementados na íntegra, os controles fossem prejudicados pela ausência de relatório atualizado e consolidado da situação de todos os Projetos e de planos de ação, instrumentos importante para continuidade de acompanhamento do PAC- Embrapa, o Programa foi de importante para a Embrapa, devido ao aporte financeiro recebido que proporcionou crescimento e avanço, oxigenando as linhas de pesquisas e revitalizando e modernizando a infraestrutura da Empresa e das OEPAs.

## **2.11 Implantação do Plano de Gestão Estratégica**

Em delimitação do escopo definido conjuntamente com o TCU, o Órgão de Controle Interno optou por efetuar a avaliação do item considerando as seguintes questões de auditoria: (i) Qual o estágio de implantação da Gestão estratégica da Embrapa, destacando métodos de aferição e resultados? (ii) O Plano Estratégico da Embrapa está alinhado ao Planejamento do MAPA, ao Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 e ao PPA 2012-2015?

Para responder à primeira questão de auditoria, a metodologia consistiu na análise do Planejamento Estratégico vigente na Empresa e dos instrumentos utilizados para sua implementação. Quanto à segunda questão, foi realizada comparação entre os objetivos norteadores do Planejamento Estratégico da Embrapa com as diretrizes presentes nos demais Planos citados.



Com relação ao estágio de implantação do Planejamento Estratégico da Embrapa, cabe destacar que a Empresa tem tradição na utilização de Planos estruturados para orientar suas atividades, estando em vigor atualmente o V Plano Diretor Estratégico – “V-PDE”. Assim, além desse Plano que traça as diretrizes gerais da Empresa de médio e longo prazo, já estão consolidados outros instrumentos que limitam as atribuições das diversas áreas da Embrapa visando alcance dos resultados previstos no PDE, quais sejam o Plano de Ações Estratégicas da Sede (PAES) e os Planos Diretores das Unidades Descentralizadas (PDUs).

Também relacionado aos documentos de Planejamento da Empresa, está o processo de avaliação de suas Unidades, com indicativos anuais de metas a serem implementadas e acompanhadas. Especificamente no exercício auditado, 2012, embora estivesse vigente o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Desempenho (SMAD), aprovado pela Resolução Normativa nº 27/2010, o mesmo ainda não havia sido regulamentado. Assim, de maneira excepcional, para realizar avaliação dos resultados alcançados no exercício, a Embrapa se valeu de Relatórios Gerencias e Planilhas padronizadas preenchidas pelas Unidades.

Haja vista a estrutura do Relatório de Gestão da Embrapa 2012, e em consequência a do presente Relatório de Auditoria, ter sido modulada segundo os objetivos dispostos no Planejamento Estratégico da Empresa, a avaliação individualizada do estágio de implantação de cada objetivo estratégico será abordada nos tópicos específicos referentes aos itens 3 a 6 da DN TCU n.º 119/2012.

Quanto à segunda questão de auditoria, a análise efetuada comprovou a compatibilidade entre o Planejamento Estratégico da Embrapa e as diretrizes do Planejamento do MAPA, ao Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 e do PPA 2012-2015. Neste sentido, destaca-se a participação da Empresa no exercício de 2012 nos seguintes Programas de Governo: Plano Brasil Sem Miséria; Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para consolidação de uma economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC); Operação Arco Verde e Operação Xingu.

## **2.12 Alocação dos Servidores**

Em delimitação do escopo definido conjuntamente com o TCU, o Órgão de Controle Interno destacou para a avaliação da Unidade, quanto à alocação de servidores, a seguinte questão de auditoria: (i) Existem, na Unidade, iniciativas para a formação de banco de talentos visando atender à necessidade de dinamização interna, e estratégias de atuação referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitadas?

No Relatório de Gestão, exercício de 2012, a Unidade informou que: “A alocação dos empregados dá-se de acordo com a área/subárea e região para a qual prestaram o concurso, delimitadas anteriormente, em processo interno de mapeamento e delineamento de perfis necessários ao desenvolvimento das atividades na Empresa, e publicados em edital.”. Também informou que há um “Banco de Transferência, cujo objetivo maior é disponibilizar informações sobre demandas e interesse em realocação de empregados.”.



Questionada a respeito da perspectiva de implementação de um banco de talentos, visando à dinamização interna e ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, a Unidade informou, por meio do Memorando AUD nº 620/2013, de 03/09/2013, o que segue: “Quanto à proposta de composição do Banco de Talentos, a perspectiva para adoção dessa estratégia é posterior à elaboração do Novo Plano de Carreiras – PCE, em desenvolvimento, tendo em vista a necessidade de adequação dos respectivos processos de gestão de pessoas às políticas do PCE.”.

Portanto, a única estratégia atualmente existente, que leva em conta a experiência e a formação profissional dos empregados, é a exigência feita por ocasião da seleção de servidores, realizada via concurso público. Conforme informou a Unidade, há perspectiva para a composição de um “Banco de Talentos” somente após a conclusão da elaboração do Novo Plano de Carreiras, o qual se encontra em fase de desenvolvimento.

### **2.13 Acumulação de cargos, funções e empregos públicos**

Em delimitação do escopo definido conjuntamente com o TCU, o Órgão de Controle Interno destacou, para a avaliação da Unidade, análise referente às providências adotadas pela Unidade para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, assim como sobre as medidas adotadas nos casos identificados de acumulação indevida.

Para atender a este item, considerou-se a seguinte questão de auditoria: Existem, na Embrapa, casos de acumulação remunerada de emprego público, em desconformidade com o estabelecido pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal?

No que se refere à acumulação de cargo, a Empresa informa, no Relatório de Gestão, exercício 2012, que: “...*não cabe a Embrapa identificar eventual acumulação de cargos, mas a cada servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, que for nomeado para outro cargo acumulável...*”.

Entretanto, para responder à questão proposta, foi realizado o cruzamento de dados fornecidos pela EMBRAPA ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, com o objetivo de identificar os empregados que mantiveram, durante o exercício de 2012, dois ou mais vínculos trabalhistas regidos pela CLT.

As ocorrências encontradas foram confrontadas com a base de dados do SIAPE e divididas em dois subgrupos. O primeiro compôs-se de empregados que apresentaram, durante o exercício de 2012, mais de um vínculo entre Unidades da própria Embrapa. O segundo subgrupo compôs-se de empregados da Embrapa que mantiveram, durante 2012, um segundo vínculo empregatício com outra empresa ou instituição diversa.

Da amostra inicial, foram identificadas 55 ocorrências de empregados que mantiveram mais de um vínculo empregatício durante o ano de 2012. Desse total, 34 mantiveram vínculo entre Unidades da própria Embrapa; 21 mantiveram vínculos entre a Embrapa e entidades distintas. Os dados desse último subgrupo foram analisados, com o intuito de verificar se os cargos acumulados eram lícitos e se havia compatibilidade de horários entre as funções desempenhadas, de forma a atender o previsto no Art. 37 da



Constituição Federal. Ao fim da verificação, constatou-se que 17 ocorrências atenderam ao dispositivo constitucional, restando 4 casos que apresentavam indícios de acumulação irregular de cargos, os quais foram informados à EMBRAPA.

A Embrapa informou por meio do Memorando DGP nº 83/2013, de 03/09/2013, que a duplicidade de vínculos entre Unidades da própria Empresa ocorreu pelo fato de constarem, do SIAPE, duas datas de admissão, sendo uma delas referente à Unidade em que o empregado originalmente tomou posse, e outra relativa à transferência do mesmo empregado para outra Unidade da Empresa. Nesse caso, a data mais antiga refere-se ao primeiro caso e a data mais recente, ao último. Quanto às quatro ocorrências, relativas aos empregados que mantiveram vínculo entre entidades distintas e a Empresa, a Unidade informou que *“os empregados e as respectivas Unidades foram contatadas formalmente a fim de prestarem esclarecimentos em consonância com o disposto aos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal.”*

Os esclarecimentos apresentados foram analisados, sendo tratados em item próprio deste Relatório.

## 2.14 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item, considerou-se a seguinte questão de auditoria: (i) Os resultados quantitativos e qualitativos da gestão, quanto à eficácia das metas físicas e financeiras planejadas ou pactuadas para o exercício, foram cumpridos?

A metodologia consistiu na análise das Ações de maior materialidade do Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária da UJ.

No exercício de 2012, a dotação inicial consignada pela Lei Orçamentária Anual à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Gestão 13203, alcançou o montante de R\$ 2.099.911.501,00; a dotação final, que corresponde à soma da dotação inicial aos créditos adicionais, alcançou R\$ 2.530.820.462,00. Desse total, foram liquidadas despesas no valor de R\$ 2.021.278.789,14, as quais foram distribuídas entre dezesseis Programas de Governo. O quadro a seguir apresenta a distribuição dos recursos entre os Programas da Gestão 13203:

**Quadro: Despesas liquidadas, por Programa, pela gestão 13203, no exercício de 2012.**

Programa	Despesas Liquidadas	% Despesas Liquidadas
2105 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.795.484.541,49	88,83%
2042 – Inovações para a Agropecuária	207.584.710,42	10,27%
0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	6.802.876,43	0,37%
0906 – Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	5.835.873,56	0,29%
2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	3.302.799,44	0,16%
2012 – Agricultura Familiar	1.097.477,55	0,054%



2057 – Política Externa	450.000,00	0,022%
2052 – Pesca e Aquicultura	271.161,32	0,013%
2013 – Agricultura Irrigada	129.884,27	0,0064%
2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos	111.719,58	0,0055%
2018 – Biodiversidade	95.000,00	0,0047%
2038 – Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública	92.255,99	0,0045%
2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	8.041,00	0,0004%
2050 – Mudanças Climáticas	5.996,00	0,0003%
2101 – Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República	6.542,09	0,0003%
<b>Total</b>	<b>2.021.278.789,14</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI Gerencial, exercício de 2012.

No exercício de 2012, o Programa 2105 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento concentrou 88,83% das despesas liquidadas no exercício de 2012 pela Embrapa. Já o Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária representou 10,27% do total das despesas liquidadas em 2012.

No âmbito do Programa 2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Embrapa atuou em dez Ações, cujas despesas liquidadas são apresentadas a seguir:

**Quadro: Despesas liquidadas pela gestão 13203 em cada Ação do Programa 2105.**

Ações – Programa 2105	Gestão 13203	
	Despesas Liquidadas	% das Despesas Liquidadas
20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	1.597.708.668,10	88,98%
0110 - Contribuição à Previdência Privada	84.838.749,49	4,73%
2012 - Auxílio-Alimentação aos servidores e empregados	71.638.906,00	3,99%
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes	27.290.082,50	1,52%
2010 - Assistência Pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados	7.668.783,00	0,43%
20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	2.654.438,45	0,15%
4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1.682.895,97	0,09%
2000 - Administração da Unidade	1.198.599,02	0,07%
2011 - Auxílio-Transporte aos servidores e empregados	510.294,48	0,03%
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	293.124,48	0,02%
<b>Total</b>	<b>1.795.484.541,49</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI Gerencial, exercício de 2012.

A Ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União, que tem como objetivo garantir o pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União, concentrou, no exercício de 2012, 88,98% do montante de despesas liquidadas pela Unidade no âmbito do Programa 2105, com o valor de R\$ 1.597.708.668,10. Ressalte-se que não há previsão de execução física para essa Ação, constante da Lei Orçamentária Anual.



No âmbito do Programa 2042 - Inovações para a Agropecuária, a Embrapa atuou em dez Ações, cujas despesas liquidadas são apresentadas a seguir:

**Quadro: Despesas liquidadas pela gestão 13203 em cada Ação do Programa 2042.**

Ações – Programa 2042	Gestão 13203	
	Despesas Liquidadas	% das Despesas Liquidadas
4672 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias de Sistemas Inovadores para a Produção Agropecuária Sustentável	122.803.140,76	59,16%
4668 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia para Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos da Agropecuária	45.556.599,68	21,95%
8924 - Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária	22.885.602,29	11,02%
4680 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Sustentabilidade do Agronegócio e sua Adaptação às Mudanças Ambientais Globais	9.063.177,72	4,37%
4682 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para Competitividade da Produção Agropecuária de Base Familiar e das Comunidades Tradicionais com Sustentabilidade do Meio Rural	5.735.256,22	2,76%
8554 - Manutenção da Plataforma Nacional de Recursos Genéticos	1.484.030,75	0,715%
8949 - Fomento à Conservação e ao Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação	41.476,00	0,02%
2122 - Proteção e Fiscalização de Cultivares	7.510,90	0,004%
2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG	4.824,10	0,002%
8560 - Fomento à Inovação no Agronegócio	3.092,00	0,001%
<b>Total</b>	<b>207.584.710,42</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI Gerencial, exercício de 2012.

Em 2012, a Ação 4672 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias de Sistemas Inovadores para a Produção Agropecuária Sustentável obteve a maior parte dos recursos destinados ao Programa 2042, alcançando o montante de R\$ 122.803.140,76, correspondente a 59,16% das despesas liquidadas.

A Ação 4672 tem como objetivo disponibilizar conhecimento e viabilizar soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agropecuária, em benefício da sociedade; manter o desenvolvimento científico e tecnológico como um dos fatores de desenvolvimento do agronegócio e atender aos seguintes compromissos: apoiar a ampliação e consolidação da competitividade das cadeias produtivas já instaladas; acompanhar as alterações das bases técnicas da agropecuária mundial; elucidar vulnerabilidades da agropecuária brasileira; fazer melhor uso das oportunidades relacionadas à biodiversidade e prevenir retrocessos tecnológicos.

A Ação 4668 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia para Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos da Agropecuária - concentrou 21,95% do montante de despesas liquidadas pela Unidade no âmbito do Programa 2042, com o valor de R\$ 45.556.599,68.

O objetivo da Ação 4668 é disponibilizar conhecimento e viabilizar soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agropecuária, em benefício da sociedade, com foco nas cadeias de produtos de origem animal e vegetal, incluindo questões de defesa agropecuária, consideradas prioritárias para as estratégias de abastecimento interno, de comércio exterior e de produção de agroenergia.





Quanto ao cumprimento dos resultados quantitativos e qualitativos, quanto à eficácia dos objetivos e metas físicas e financeiras planejadas para o exercício, foram selecionadas para análise, pelo critério de maior materialidade, duas Ações finalísticas: a 4668 e a 4672, ambas pertencentes ao Programa 2042.

Juntas, as duas Ações responderam por aproximadamente 81,11% dos recursos executados no âmbito do Programa 2042.

A seguir, são apresentados os dados referentes às metas físicas estabelecidas para as duas Ações selecionadas:

**Quadro: Metas Físicas estabelecidas para as Ações 4668 e 4672.**

Ação	Meta Física			
	Prevista	Corrigida *	Executada	Executada /Prevista(%)
4672 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias de Sistemas Inovadores para a Produção Agropecuária Sustentável	396	170	242	61,11%
4668 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia para Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos da Agropecuária	633	430	186	29,38%

Fonte: Sistema SIOP.

\* A meta física corrigida se refere à Proposta de Lei Orçamentária Anual, realizada pela Embrapa.

Da análise dos dados apresentados, observa-se que as Ações de Governo não alcançaram as metas físicas estabelecidas. No Relatório de Gestão, a Unidade apresentou análise crítica com as justificativas, visando esclarecer as diferenças existentes entre as metas iniciais e as corrigidas, e entre as metas planejadas e as realizadas.

Para ambas as Ações, a Unidade argumentou que o incremento orçamentário não acompanhou o incremento de metas devido à adição de recursos à Lei Orçamentária Anual via emenda parlamentar. Decisões relacionadas ao aumento do montante dos recursos e quantitativo das metas competem exclusivamente aos propositores das emendas, que, por vezes, não observam a correlação adequada entre os valores financeiros acrescentados e as metas quantitativas a serem adicionadas.

Para a Ação 4672, a meta física proposta pela Empresa, por ocasião da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), estabelecia a realização de 170 projetos, para um orçamento inicial de R\$ 86.156.639; com advento da LOA, a Ação recebeu aproximadamente 21% de incremento em seu orçamento, saltando para R\$104.143.526 e mais de 100% de incremento com relação às metas, totalizando 396 projetos. Para a Ação 4668, a meta proposta no PLOA era de 430 projetos, para um orçamento inicial previsto em R\$ 282.711.878; a Ação recebeu na LOA aproximadamente 6,8% de incremento em seu orçamento, saltando para R\$ 302.188.939 e mais de 47% com relação à meta física, que passou a 633 projetos. Conclui-se, portanto, que de fato houve



disparidade ao se estabelecer a proporção entre o volume de recursos incrementados, destinados aos projetos, e o aumento das metas a serem alcançadas, justificando o alcance parcial das metas estabelecidas.

Quanto à compatibilidade entre os gastos realizados e a finalidade das Ações de Governo, foram selecionadas Notas de Empenho relacionadas às Ações 4668 e 4672, que apresentaram maior materialidade. No quadro a seguir são apresentados, resumidamente, os dados extraídos da análise:

**Quadro: Compatibilidade dos Gastos X Finalidade da Ação de Governo**

Ação	Quantidade de empenhos analisados	Volume total analisado (R\$)	Quantidade de empenhos cujo objeto do gasto foi incompatível com a finalidade da Ação	Volume de empenhos cujo objeto do gasto foi incompatível com a finalidade da Ação(R\$)
4672	112	3.401.372,29	71	2.076.902,70
4668	200	872.785,37	150	460.166,45

Fonte: Siafi Gerencial, exercício de 2012.

Da análise dos dados, verificou-se que a maior parte dos gastos, quando comparados à finalidade das Ações selecionadas, apresentaram incoerências.

Questionada, a EMBRAPA informou por meio do Memorando DAF/COF nº 029/2012, de 21/12/2012, que todos os gastos da Empresa em Custeio e Investimentos são alocados aos Projetos de Pesquisa, os quais compõem o custo final dos Projetos. Portanto, os gastos de manutenção com a infraestrutura física e as despesas fixas e variáveis referentes às atividades de administração e de apoio à pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia, também fazem parte do custo final de cada projeto.

Ressaltou, também, que, “A Embrapa desde o ano 2000, por ocasião da vinculação das despesas de projetos de pesquisa à ação orçamentária específica, executa os custos diretos e indiretos relacionados ao desenvolvimento do projeto, opção necessária para a contabilização de tais custos.”.

Embora a justificativa apresentada pela Empresa informe que os casos de incompatibilidade entre o objeto dos gastos e a finalidade da Ação se devem à existência de despesas de custeio que guardam relação indireta com os Projetos de Pesquisa, percebe-se que, em muitos casos, os gastos se correlacionam diretamente à manutenção da Unidade, conforme apresentado em item específico deste Relatório, sendo associados a Projetos de Pesquisa por conveniência administrativa.

## 2.15 Avaliação dos Controles Internos Administrativos da UJ

A fim de atender ao estabelecido pela Corte de Contas nesse item considerou-se a seguinte questão de auditoria: Os controles internos administrativos instituídos garantem o atingimento dos objetivos estratégicos?



A metodologia consistiu na avaliação dos controles internos administrativos referentes aos macroprocessos finalísticos e às áreas de gestão que foram objeto desta Auditoria, quais sejam, resultados quantitativos e qualitativos, gestão de pessoas, gestão de cumprimento às recomendações de órgãos de controle e recomendações da auditoria interna. A partir da avaliação comparada entre os controles internos por área de gestão e os macroprocessos finalísticos se emitirá opinião sobre os componentes: Ambiente de Controle, Avaliação de Risco, Procedimentos de Controle, Informação e Comunicação, Monitoramento.

### ***Ambiente de controle***

Com relação ao componente Ambiente de Controle, de maneira geral foi identificado que a Embrapa dispõe de arcabouço normativo para gestão dos principais processos finalísticos e das áreas de gestão avaliadas, bem como há definição papéis dos agentes envolvidos em tais atividades. Neste sentido, destaca-se a existência de documentos formais estabelecendo Políticas relacionadas ao negócio da Instituição - Política de Pesquisa e Desenvolvimento e Política Transferência de Tecnologia. Tais Políticas, somadas a outros instrumentos existentes, como Planejamento Estratégico, Regimentos Internos, Regulamentos e Manuais, dão a tônica da atuação da Empresa, seus princípios e valores.

No entanto, há necessidade de instituição ou aprimoramento de normativos definindo procedimentos e responsabilidades na celebração de Acordos de Cooperação e no gerenciamento dos projetos de pesquisa por parte das Unidades Descentralizadas da Empresa. A partir da avaliação de 30% das Unidades Descentralizadas da Empresa, foi constatado que não há normativos que uniformizem o acompanhamento e a execução financeira dos projetos pelas Unidades, bem como não há padronização de sistemas informatizados para gerenciamento local dos custos das atividades das quais a Unidade participa.

### ***Avaliação de risco e Procedimentos de controle***

Com base nas informações prestadas pela Embrapa no Relatório de Gestão 2012 e na avaliação dos documentos fornecidos pela Empresa, ficou demonstrado que a Instituição possui instrumentos para avaliação e tratamento dos riscos inerentes à sua atividade finalística, sendo considerados os ambientes externo e interno da Empresa. Faz-se ressalva, no entanto, à necessidade de implantação de instrumentos efetivos de avaliação de riscos identificados nas ações promovidas pela Auditoria Interna da Empresa.

### ***Informação e comunicação***

No que diz respeito ao componente Informação e Comunicação, foi evidenciado que a Embrapa possui Política de Comunicação formalmente instituída, embora detectada fragilidade de interação entre a Ouvidoria e a AUD/Embrapa, que as áreas de gestão avaliadas possuem indicadores de desempenho que possibilitam ao gestor identificar fragilidades no processo.

### ***Monitoramento***

Quanto ao componente de Monitoramento, todas as áreas avaliadas apresentam deficiências, pois não existem rotinas para atender às recomendações emanadas pelos órgãos de controle (CGU e TCU), refletindo-se principalmente em pendência de



implementação de recomendações nas áreas de gestão de compras e contratações, transferências voluntárias e execução financeira.

Ainda com relação ao Monitoramento foi identificada fragilidade no atendimento às recomendações proferidas pela Unidade de Auditoria Interna, tendo sido de 60% o índice de não saneamento das não-conformidades detectadas no exercício auditado. Cabe registrar, também, que não há critérios de ponderação para classificação das não-conformidades com base em risco, relevância ou materialidade, o que dificulta a identificação, pela alta gerência da Empresa, de forma consolidada das situações com maior potencial de causar prejuízos ao seu patrimônio.

Em resumo, pode-se afirmar que os controles internos administrativos precisam ser aperfeiçoados no que se refere aos componentes: Ambiente de Controle, Avaliação de Risco, Procedimentos de Controle e Monitoramento para assegurar o permanente atendimento dos objetivos estratégicos.

## 2.16 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU

O Órgão de Controle Interno optou por incluir a avaliação do cumprimento dos acórdãos pela UJ considerando a seguinte questão de auditoria: caso haja uma determinação específica do TCU à CGU para ser verificada na AAC junto à UJ, a mesma foi atendida?

A metodologia constituiu no levantamento de todos os acórdãos em que haja determinação para a UJ e em que seja citada a CGU, com posterior verificação de atendimento do mesmo.

O quadro seguinte mostra o resultado da análise:

**Quadro – Situação das Determinações do TCU**

Qtde.de Acórdãos com determinações à UJ em 2012	<b>5</b>
Qtde.de Acórdãos de 2012 com determinações à UJ em que foi citada a CGU	<b>1</b>
Qtde. deAcórdãos de 2012 em que houve menção para a atuação da CGU atendidos integralmente	<b>1</b>
Qtde. deAcórdãos de 2012 em que houve menção para a atuação da CGU atendidos parcialmente	<b>0</b>
Qtde. deAcórdãos de 2012 em que houve menção para a atuação da CGU não atendidas	<b>0</b>

Fonte: Portal do Tribunal de Contas da União

Desta forma foi verificado que o Acórdão **TCU nº 7605/2012 - 1ª Câmara** foi o único emitido pelo TCU em 2012 em que houve menção para atuação da CGU. Ressalte-se que esse Acórdão foi expedido em 10/12/2012. Após essa data e ainda no exercício de 2012, a Entidade lançou o edital relativo ao Pregão nº 51/2012, o qual atendeu a determinação de se abster de exigir que os produtos licitados sejam exclusivamente de fabricação nacional.

Cabe registrar que a Assessoria de Auditoria Interna – AUD da Embrapa, responsável pelo acompanhamento da implementação das recomendações do TCU, desconhecia o Acórdão TCU nº 7605/2012 - 1ª Câmara.



## 2.17 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da CGU

O Órgão de Controle Interno optou por incluir a avaliação do cumprimento das recomendações emitidas considerando a seguinte questão de auditoria: A UJ mantém uma rotina de acompanhamento e atendimento das recomendações emanadas pela CGU especialmente quanto: à instauração de TCE, à apuração de responsabilidade, ao fortalecimento do controle interno administrativo?

A metodologia consistiu na análise das providências adotadas para implementação das recomendações pela EMBRAPA, mediante amostra constituída de 74 recomendações do total de 143 efetuadas no Relatório de Auditoria Anual de Contas referente ao exercício/2010, visto que a Unidade não foi selecionada para apresentação de Processo de Contas em 2011. O Quadro seguinte mostra o resultado da análise.

**Quadro: Recomendações de 2010**

Status das Recomendações	Relatório de Auditoria nº 201109072	%
Atendidas	26	35,1
Parcialmente atendidas	21	28,4
Não atendidas	27*	36,5
<b>Total de recomendações analisadas</b>	<b>74</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Plano de Providências Permanente-PPP/Relatório de Gestão/Informações da EMBRAPA

\*Três recomendações referem-se à ocorrência de situações futuras, não sendo possível a verificação da implementação.

Diante do exposto, observa-se que há um percentual de pendência de 64,9% das recomendações da amostra, o que denota a ineficiência dos controles internos administrativos.

Cabe destaque à insuficiência de providências para atendimento a recomendações que se referem à apuração de responsabilidade, tendo em vista que as sindicâncias instauradas não apresentaram resultados conclusivos, mesmo após quase dois anos da constituição das comissões. Além disso, verificou-se que a UJ não mantém rotina de acompanhamento e atendimento das recomendações emanadas pela CGU, atribuição de competência da Assessoria de Auditoria Interna – AUD/EMBRAPA, a qual se comprometeu a, doravante, cumprir com essa finalidade regimental.

## 2.18 Avaliação do Cumprimento das Recomendações da Auditoria Interna

Em delimitação do escopo definido conjuntamente com o TCU, o Órgão de Controle Interno optou por efetuar a avaliação do item considerando as seguintes questões de auditoria: (i) existem rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna? (ii) existe sistemática de monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria interna? (iii) a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e aceitou os riscos pela não implementação de tais recomendações? (iv) existe sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna?

A metodologia consistiu na avaliação da estrutura de auditoria interna existente na Embrapa, além de avaliação da sistemática de acompanhamento dos resultados de seus trabalhos.



A Unidade de Auditoria Interna da Embrapa, denominada Assessoria de Auditoria Interna – AUD/Embrapa, de acordo com o item 2 da Deliberação nº 15, de 21 de outubro de 2010, está vinculada administrativamente ao Diretor-Presidente. Esta vinculação está em desconformidade com o disposto no artigo 15, § 3º do Decreto nº 3.591/2000 e, também, com o artigo 1º, alínea “a” da Resolução nº 02, de 31/12/2010, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, uma vez que os citados normativos determinam a vinculação da citada Unidade ao Conselho de Administração.

Ressalta-se que a subordinação administrativa da Auditoria Interna da Embrapa à Diretoria da Empresa, na prática, pode limitar a desejável independência de atuação da Unidade de Controle Interno.

O planejamento dos trabalhos da AUD/Embrapa não consideram informações gerenciais referentes a denúncias recebidas pela Ouvidoria da EMBRAPA devido a fragilidade de interação/comunicação entre as duas Unidades da Empresa.

As rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna são satisfatórias, uma vez que há um controle mensal junto às Unidades, que permite saber conhecer se estão sendo adotadas providências para sanar as Não-Conformidades - NCs. A fragilidade para implementação das recomendações ocorre a partir do momento em que as Unidades não atendem ao recomendado, uma vez que não há mecanismo eficiente que promova mudanças de atitude dos chefes das Unidades/Áreas da Embrapa quanto a possíveis responsabilizações que adviriam da omissão ou inação em adotar providências tempestivas em proteção à Administração Pública. Essa inexistência de método eficiente de cobrança propiciou que, em 2012, de quase 2.000 Não-Conformidades - NCs detectadas pela AUD/Embrapa cerca de 60% continuassem sem saneamento.

Por outro lado, embora o número de Não - Conformidades seja elevado, tal quantitativo pode não revelar a situação real das Unidades devido à ausência de critérios de ponderação na classificação das Não - Conformidades de acordo com o risco, relevância e materialidade, uma vez que as NCs podem variar possuindo conteúdo de caráter formal (falhas leves) ou de aspectos com maior gravidade. Tal fato impossibilita a alta gerência identificar de forma consolidada situações que envolvam maiores riscos à Empresa.

Quanto ao sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna, a Embrapa informou, no Relatório de Gestão 2012, que não há uma sistemática para monitorar os resultados.

Já no que se refere à certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e à aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações, e também quanto à sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna, a Embrapa informou por meio do Documento C.AUD.CPA Nº 54/2013, de 22/08/2013 que envia cópias dos Relatórios de Auditoria ao Presidente da Embrapa e ao Conselho de Administração Embrapa (CONSAD) e que quinzenalmente o Chefe da Assessoria de Auditoria Interna AUD/Embrapa tem levado à Diretoria Executiva de Administração e Finanças a relação de pendências de auditorias mais antigas, visando uma ação mais efetiva da alta direção da Embrapa na



busca ao atendimento das recomendações. Cabe ressaltar que, a sistemática descrita pela AUD/Embrapa, apresenta fragilidade, pois não há transmissão de informação gerencial consolidada, por Unidade/Áreas, com Não – Conformidades associada a riscos considerados elevados e com impactos na gestão da Embrapa. A importância desta consolidação de dados seria a de proporcionar, à Presidência da Embrapa e ao Conselho de Administração Embrapa (CONSAD), conhecimento dos pontos mais relevantes para que a alta gerência da Empresa tome atitudes mais efetivas, de modo a sanar os potenciais riscos pela não implementação das recomendações da AUD/Embrapa.

## **2. 19 Ocorrências com dano ou prejuízo**

Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

## **3. Conclusão**

Eventuais questões formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente Relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria

Informamos que os servidores listados, cuja assinatura não foi aposta neste Relatório, não estavam presentes quando da geração final deste documento por motivo previsto legalmente, apesar de ter efetivamente atuado como membro da equipe de auditoria.

Brasília/DF, 27 de Setembro de 2013.

**Nome:**

**Cargo:** Analista de Finanças e Controle

**Assinatura:**

**Nome:**

**Cargo:** Analista de Finanças e Controle

**Assinatura:**

**Nome:**

**Cargo:** Analista de Finanças e Controle

**Assinatura:**

**Nome:**

**Cargo:** Analista de Finanças e Controle

**Assinatura:**



**Nome:**  
**Cargo:** Analista de Finanças e Controle

**Assinatura:**

**Nome:**  
**Cargo:** Analista de Finanças e Controle

**Assinatura:**

**Nome:**  
**Cargo:** Analista de Finanças e Controle

**Assinatura:**

Relatório supervisionado e aprovado por:

---

Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Agricultura, Pecuária e Abastecimento





## **1 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTA**

### **1.1 Apoio à Ampliação, à Revitalização e à Modernização da Infraestrutura Física das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS**

#### **1.1.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO**

##### **1.1.1.1 INFORMAÇÃO**

**Informação básica da Ação de Governo 116Z - Apoio à Ampliação, à Modernização da Infra-estrutura Física das OEPAs.**

##### **Fato**

Trata-se da Ação 116Z - Apoio à Ampliação, à Modernização da Infra - estrutura Física das OEPAs, que tem por finalidade dotar as Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas - OEPAS, de infra-estrutura física adequada e de equipamentos necessários ao desenvolvimento de pesquisas agropecuárias.

Esta Ação se insere no contexto do Programa de Governo 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio, o qual tem por objetivo de incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos, necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos, o programa contribui diretamente para a Empresa cumprir sua missão de viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.

A implementação da Ação se dá de forma descentralizada pela UG, sendo a sua implementação realizada mediante projetos executados de acordo com o cronograma estabelecido pela Embrapa e pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agrícola – OEPAS.

#### **1.1.2 EFICÁCIA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS**

##### **1.1.2.1 CONSTATAÇÃO**

**Insuficiência de acompanhamento/fiscalização na execução de obras realizadas pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária - OEPAs, financiadas com recursos do PAC- Embrapa, mediante convênios.**

##### **Fato**

O Programa de Fortalecimento da Embrapa – PAC Embrapa financiou, de 2008 a 2010, com recursos no montante de R\$ 217.738.518,63 (Segundo informações do Portfólio PAC- Embrapa – fl. 285), o Projeto 9 – Revitalização e modernização da infraestrutura

física das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária – OEPA's, que foram repassados por intermédio de convênios celebrados entre a Embrapa e às OEPA's.

Em análise à documentação repassada pela Coordenadoria de Convênios e Empréstimos – CCE/EMBRAPA, quanto às fiscalizações/acompanhamentos executados nas OEPA's ao longo do Programa, verificou-se que houve 3 fiscalizações concomitantes à execução dos convênios e uma *a posteriori*, quantitativo reduzido considerando que foram celebrados convênios com 17 OEPA's. Além disso, nas fiscalizações realizadas, não havia componentes especializados na área de engenharia, impossibilitando que houvesse um maior detalhamento na fiscalização quanto à execução das obras realizadas pelas OEPA's.

Em pesquisa ao Sistema de Convênios do Governo Federal- SICONV, foi verificado que o mesmo empregado da EMBRAPA atuou como fiscal para todos os convênios celebrados no âmbito do PAC-EMBRAPA, indicando que a fiscalização pode ter sido ineficiente, considerando que foram aproximadamente 50 Convênios firmados entre 2008 e 2010. Segue Cláusula contida nos Convênios, editada apenas nos dados do empregado citado, a fim de preservá-los:

*“SUBCLÁUSULA TERCEIRA: A execução do Convênio será acompanhada e fiscalizada pela CONCEDENTE por intermédio do representante especialmente designado e registrado no SICONV, abaixo identificado, o qual deverá adotar os procedimentos constantes dos artigos 53 e 54 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, de 2008:*

*Nome: PPN*

*E. Civil:\*\*\*, Profissão: \*\*\**

*Inscrita no CPF sob o n.o:\*\*\*.003.957\*\**

*End. de Trabalho: Pq estação Biológica Final W3*

*Telefone(s): 61-3448\*\*\*\*.”*

c) Exigência de patrimônio líquido, cumulativamente com a prestação de garantia prevista no art. 31, inciso III, da Lei 8.666/1993, uma vez que o §2º do mencionado artigo permite tão somente a Administração exigir, alternativamente, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo ou as garantias previstas no § 1º do art. 56 do referido diploma legal, conforme estabelece o § 2º, art. 31, da Lei nº 8.666/1993 e o Acórdão nº 2.882/2008 – TCU – Plenário.

Verificou-se, ainda, em análise aos Relatórios de Auditoria elaborados pela Assessoria de Auditoria Interna - AUD/Embrapa, RA 10 – 2012 (Fepagro), RA 11- 2012 (Epagri), RA 12 – 2012 (Iapar), RA 13 – 2012 (Epamig), RA 14 - 2012 (Pesagro), RA 15 – 2012 (Emepa) e RA 16 – 2012 (Emparn), realizados em 2012, os quais tiveram como escopo os convênios celebrados entre as OEPA's e a Embrapa, que a AUD/Embrapa detectou um conjunto de falhas que vão desde a inobservância aos princípios básicos da Lei das Licitações (8.666/93) e às disposições da Lei das Diretrizes Orçamentárias e às



decisões/súmulas do TCU, até falhas de maior materialidade e risco à execução das obras. De uma maneira geral, as Não-Conformidades encontradas pela AUD/EMBRAPA nos convênios celebrados na execução de obras tratam do seguinte:

**- Ausência de lançamentos de dados no SICONV:**

- a) Ausência de lançamento de relatório sintético trimestral acerca do andamento da execução do convênio, contrariando o disposto no parágrafo terceiro do art. 53 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008;
- b) Ausência de lançamentos pertinentes aos contratos alusivos ao convênio, contrariando o disposto no § 2º do item V do art. 46 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127/2008; e
- c) Ausência de lançamentos referentes à contrapartida do conveniente, conforme preceitua a Cláusula Quinta – Obrigações dos Partícipes – do convênio;

**- Não aplicação dos recursos dos convênios em caderneta de poupança**, com aplicação em outros fundos, contrariando o Parágrafo Primeiro, art. 42, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008;

**- Planilhas orçamentárias não elaboradas com base no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi)**, conforme estabelece o disposto no art. 109 da Lei 11.768/2008 e no Acórdão nº 384/2010 – TCU – Segunda Câmara.

**- Ausência de exigência de garantia de execução contratual nas obras**, em desconformidade com a cláusula das condições gerais dos contratos;

**- Exigência em edital de licitação de condições que restringem a competitividade do certame:**

- a) Exigência de comprovação de prazo mínimo de vínculo empregatício do Responsável Técnico (RT), com a empresa licitante, na data da licitação, contrariando o disposto no inciso I, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 e no Acórdão nº 1.097/2007 – TCU – Plenário;
- b) Exigência de vistoria ou de visita técnica do licitante ao local da obra, sendo a apresentação da declaração de vistoria condição indispensável para participar da licitação; contrariando o inciso I, do § 1º, do art. 3º, da Lei nº 8.666/1993, e conforme entendimento do TCU, consignado no subitem 1.7.6, TC- 022.799/2010-9, do Acórdão nº 1.955/2011-2ª Câmara;

**- Ausência da ART do engenheiro responsável pela fiscalização da obra**, conforme estabelece os arts. 2º e 3º da Resolução Confea nº 1.025/2009, o art. 1º da Lei 6.496/1977 e a Súmula TCU nº 260.

**- Ausência de justificativa nos processos (Pregões Presenciais nºs 2 e 76 de 2011) para não utilizar o pregão na forma eletrônica**, contrariando o § 2º, art. 49 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 127/2008.



- **Ausência da designação formal de gestor do contrato**, contrariando o art. 67, da Lei nº 8.666/1993.
- **Ausência de comprovação da aplicação dos recursos da contrapartida no período analisado**, contrariando o inciso II do art. 43 da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 127/2008 e o inciso II da Subcláusula Primeira da Cláusula Oitava do Termo do Convênio.
- **Pesquisa de preços deficientes**, em desacordo aos Acórdãos nºs 3.963/2009 – TCU – Segunda Câmara e 252/2006 – TCU – Primeira Câmara;
- **Ausência de recebimento provisório e definitivo de obras**, em desacordo ao art. 73, inciso I, alínea “b”, combinado com o art. 74, inciso III, da Lei 8.666/1993;
- **Ausência de licença ambiental emitida por órgão competente**;
- **Material não localizado na obra**, embora pagos e atestados, conforme cronograma físico-financeiro e relatório de vistoria de obras;
- **Obra paralisada**, sem documento que justifique o atraso e/ou solicitação de prorrogação do prazo de conclusão da obra.
- **Rachadura em Obra recém – construída.**

Desta forma, se contextualiza que mecanismos de controles não foram suficientes para que o acompanhamento/fiscalização pudessem evitar as impropriedades detectadas.

## **Causa**

Decisão da Diretoria – Executiva de extinguir a Secretaria Executiva do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – SEP, apesar de o Programa PAC – Embrapa ainda haver Projetos, resultados e metas pendentes de implementação, permanecendo a necessidade de acompanhamento dos projetos de infraestrutura física das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária – OEPAs.

Insuficiência dos mecanismos de controles internos administrativos, caracterizado pela concentração da atividade de fiscalização no mesmo empregado, e pela ausência de componente na equipe de acompanhamento/fiscalização especializado na área de engenharia.

## **Manifestação da Unidade Examinada**

A Unidade por intermédio do Documento M.ANC. nº 001/2013, de 30/08/2013, informou que:

*“ (...) Cada um dos Convênios firmados com as OEPAs estão inscritos no siconv e são gerenciados, por competência específica, pela Coordenadoria de Convênios e Empréstimos (CCE) do Departamento de Administração Financeira (DAF) da*



*Embrapa, que poderá oferecer, maiores detalhes sobre os projetos, atividades e demais elementos constituintes dos Planos de Ação desses convênios.*

*O acompanhamento, controle e fiscalização por sobre a execução dos convênios firmados com as OEPAs, assim como, por sobre a execução financeira e física dos seus planos de trabalhos associados é atribuição da CCE, do DAF, eventualmente, objeto de diligências da Assessoria de Auditoria Interna (AUD).*

(...)

A Coordenadoria de Convênios e Empréstimos - CCE forneceu planilhas com os convênios celebrados com recursos do PAC Embrapa e dois relatórios de acompanhamento e fiscalização elaborados pela Coordenadoria que envolveram as OEPAs: IPA/PE, EMEPA/PB, EMPARN/RN e AGRAER-MS.

Após Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, e em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar, a Empresa por meio do Documento C.PR nº 218/2013, de 24/09/2013, acrescentou as seguintes considerações:

*“O Departamento de Administração Financeira (DAF) desde 2011 quando assumiu o processo completo de acompanhamento/fiscalização na execução de obras realizadas pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária – Oepas, financiadas com recursos do PAC – Embrapa, mediante convênios (negociação, gestão, fiscalização, acompanhamento da execução e análise das prestações de contas), consciente e constatando algumas falhas, vem trabalhando constantemente na sua melhoria, principalmente com relação as fiscalizações, execução e análise das prestações de contas.”*

### **Análise do Controle Interno**

Da leitura dos Relatórios produzidos pela AUD/Embrapa, percebe-se que as falhas na execução das obras decorreram originalmente da carência qualitativa e quantitativa de pessoal nas OEPAs, para administrar os recursos provindos do PAC-Embrapa (recursos federais); e de dificuldade de articulação das OEPAs com o Governo dos próprios Estados na promoção de licitações públicas para compras, serviços e obras, devido à centralização desta atividade em alguns Estados. Por outro lado, tais falhas seriam reduzidas se houvesse o acompanhamento e fiscalização adequados dos convênios por parte da EMBRAPA, especialmente pela Coordenadoria de Convênios e Empréstimos - CCE e do Departamento de Patrimônio e Suprimentos - DPS, pois a designação de somente um servidor para fiscalização de todos os convênios do PAC-Embrapa com as OEPAs não seria suficiente, quantitativa e tecnicamente, tratar de 51 convênios, em parte complexos, em razão de envolver obras.

A Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, de 29/05/2008, estabelece que:

*“Art. 53. A execução do convênio ou contrato de repasse será acompanhada por um representante do concedente ou contratante, especialmente designado e registrado no SICONV, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à*



consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

§ 1º O concedente ou contratante deverá registrar no SICONV os atos de acompanhamento da execução do objeto, conforme disposto no art. 3º.

(...)

§ 3º O concedente ou contratante incluirá, no SICONV, relatório sintético trimestral sobre o andamento da execução do convênio ou contrato de repasse, que deverá contemplar os aspectos previstos nos arts. 43 e 54, e será atualizado até o dia anterior à data prevista para liberação de cada parcela.

(...)

Art. 54. No acompanhamento e fiscalização do objeto serão verificados:

I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;

III - a regularidade das informações registradas pelo conveniente ou contratado no SICONV; e

IV - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.”

Portanto, embora a EMBRAPA tenha cumprido a formalização designando fiscal para os convênios, não conseguiu com isso cumprir os ditames Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, de 29/05/2008, no sentido de promover o acompanhamento e fiscalização adequados.

A Unidade, em sua manifestação feita após envio do Relatório de Auditoria Preliminar, informa que o Departamento de Administração Financeira - DAF está consciente da existência de falhas e que está trabalhando em melhorias, principalmente com relação às fiscalizações, execução e análise das prestações de contas.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: Dimensionar adequadamente, quantitativa e qualitativamente, a equipe/Unidade incumbida de efetuar o acompanhamento/fiscalização de convênios de modo que os mecanismos de controles internos administrativos sejam eficientes, possibilitando uma maior efetividade na fiscalização dos convênios celebrados com as OEPA's.

Recomendação 2: Atuar junto às OEPA's de maneira mais efetiva, preferencialmente com fiscalizações/acompanhamentos tempestivos, nas obras e aquisições feitas com recursos de convênios celebrados entre a Embrapa e OEPA's.



Recomendação 3: Atender com tempestividade às recomendações emitidas pela Assessoria de Auditoria Interna, de modo que falhas sejam dirimidas no menor prazo e sejam evitadas falhas semelhantes.

Recomendação 4: Estudar meios para aumentar o número de fiscalizações feitas pela Coordenadoria de Convênios e Empréstimos - CCE, e em conjunto com o setor de obras da Embrapa (Departamento de Patrimônio e Suprimentos - DPS), envolvendo profissionais especializados na área de engenharia.

Recomendação 5: Elaborar manuais para orientação aos convenientes estabelecendo melhor interação, no intuito de fortalecer a área de Coordenadoria de Convênio e Empréstimos - CCE para o acompanhamento de convênios, conforme rege a legislação sobre a matéria.

## **1.2 CONSTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE PESQUISA DA EMBRAPA**

### **1.2.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO**

#### **1.2.1.1 INFORMAÇÃO**

**Informação básica da Ação de Governo 117A - Construção e Implantação de Centros de Pesquisa da Embrapa.**

#### **Fato**

Trata-se da Ação 117A – “Construção e Implantação de Centros de Pesquisa da Embrapa”, que tem por finalidade Ampliar a estrutura física da rede de pesquisa agropecuária de forma a atender demandas por tecnologias adaptadas às realidades locais.

Esta Ação se insere no contexto do Programa de Governo 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio, o qual tem por objetivo de incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos, necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos, o programa contribui diretamente para a Empresa cumprir sua missão de viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.

A implementação da Ação se dá de forma direta pela UG, consistindo na Construção e implantação de 3 (três) centros de pesquisa agropecuária, devidamente estruturados com equipamentos vinculados à estrutura da Embrapa, para atender as demandas por tecnologia nos Estados de Tocantins, Maranhão e Mato Grosso. Os projetos serão executados de acordo com o cronograma estabelecido pela Embrapa e aprovado pelo Ministério do Planejamento.

## **1.3 AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIDADES DA EMBRAPA**



## 1.3.1 EFICÁCIA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

### 1.3.1.1 CONSTATAÇÃO

**Insuficiência de acompanhamento/fiscalização na execução de obras realizadas pelas Unidades da Embrapa Agrossilvipastoril - CPAMT, Embrapa Cocais - CPACP e Embrapa Agroenergia - CNPAE, financiadas com recursos do PAC-Embrapa.**

#### Fato

No intuito de avaliar o PAC-Embrapa quanto ao Projeto 8 – “*Revitalização e modernização da capacidade intelectual e da infraestrutura física da Embrapa*”, especificamente no quesito infraestrutura física da Embrapa, foram solicitados documentos/relatórios que demonstrassem o acompanhamento/fiscalização realizado pelos responsáveis pelo PAC- Embrapa, tendo sido informado, mediante o Documento M.ANC. nº 610/2013, de 30/08/2013, que os contratos de obras e serviços de engenharia são acompanhados por integrantes dos quadros da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura -CEA e do Departamento de Patrimônio e Suprimentos -DPS da Embrapa, entretanto, não foi apresentada a documentação comprobatória de que foram realizados acompanhamentos e fiscalizações.

Diante disso, foram analisados os Relatórios (RA -31/2011, 45/2012 e 31/2013) elaborados pela Assessoria de Auditoria Interna- AUD/Embrapa, que tiveram por escopo a avaliação das obras de construção das sedes das Unidades da Embrapa, em execução no exercício de 2012, sendo verificadas diversas impropriedades pela AUD/Embrapa, dentre as quais se destacam as seguintes:

#### - **Construção da sede da Embrapa Agrossilvipastoril – CPAMT (RA 31/2011):**

*“NC. 27: Disponibilização de madeira da Embrapa para beneficiamento por terceiro e aplicação na obra referente à Concorrência CEN/DRM nº 1/2009, sem formalização de processo para o beneficiamento e sem termo aditivo ao contrato da obra (Saic/AJU nº 13600.10/0001-3) para utilização da madeira, contrariando o art. 2º, onde estabelece a necessidade de licitação para a contratação de serviços com terceiros, e o parágrafo único, do art. 60, onde estabelece que é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, ambos da Lei nº 8.666/1993.*

*NC 29: Ausência de contabilização da madeira recebida em doação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).*

*NC 18: Em visita à obra referente à Concorrência nº 1/2009, não constatamos a existência de alguns itens já pagos por meio da décima terceira medição, conforme relação na Tabela 11, contrariando o subitem 11.1, do Anexo IV do Edital, onde determina que o pagamento seja efetuado em função das etapas de serviços efetivamente concluídas. (Com risco para o patrimônio)*





**NC 20:** O DPS não apresentou a apólice de seguro contra sinistro exigida no subitem 4.7, do Anexo IV do Edital referente à Concorrência nº 1/2009. **(Com risco para o patrimônio).**

**NC. 21:** Ausência no processo, de medições ou faturas discriminativas utilizadas para dar suporte aos pagamentos efetuados, referente às notas fiscais constantes da Tabela 12, contrariando o subitem 11.8, do Anexo IV, do Edital. **(Com risco para o patrimônio)**

**NC. 23:** Ausência de designação formal do gestor da obra referente à Concorrência CEN/DRM nº 1/2009, contrariando o art. 67, da Lei nº 8.666/1993.

**NC. 24:** Ausência de empenho da totalidade do valor contratado, contrariando o art. 60, da Lei nº 4.320/1964.

**NC. 25:** Compra de bens comuns incluídos na planilha de itens de obras de engenharia, com acréscimo de mão-de-obra e sem a redução da taxa de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI). **(Com risco para o patrimônio)**

**NC. 26:** Previsão de aquisição de televisores com sobrepreço. Verificamos na planilha de itens referente à Concorrência CEN/DRM nº 1/2009, a existência de três televisores da marca LG ou equivalente, Full HD, de 42 polegadas, ao preço unitário de R\$ 3.925,74, que, somando-se o percentual de 23% referente taxa de BDI, o custo unitário passa a ser de R\$ 4.828,66, podendo ser caracterizado como sobrepreço, se comparado ao preço atual de mercado.”

**- Construção da sede da Embrapa Cocais – CPACP (RA 45/2012):**

**“NC. 17:** Pagamento a maior referente ao subitem 0.4.1 – Engenheiro, constante da planilha de itens da obra. Tendo em vista que decorreram quatro meses e 23 dias entre a assinatura do contrato, datado de 2/6/2011, e a primeira medição dos serviços realizados até 25/10/2011, e que o pagamento referente a este subitem, foi relativo a seis meses, no valor de R\$ 53.400,00, evidenciando o pagamento a maior de R\$ 10.976,67, tendo como base o período decorrido entre a vigência do contrato e o período de medição, contrariando os subitens 11.1 e 11.6, do Anexo IV do Edital. **(Com risco para o patrimônio)**

**NC. 18:** Ausência da planilha de itens medidos e pagos na primeira medição, no valor de R\$ 581.565,25, contrariando o subitem 11.8, do Anexo IV, do Edital. Anexo ao processo de pagamento da nota fiscal nº 0183, referente à primeira medição, consta apenas um cronograma físico-financeiro e sem aprovação do engenheiro fiscal da obra. **(Com risco para o patrimônio)**

**NC. 19:** Com base no Cronograma Físico-Financeiro utilizado para amparar o pagamento da primeira medição, no total de R\$ 581.565,25, a execução do item “Estrutura de concreto” correspondeu a R\$ 343.236,34, porém, em visita ao local da obra, em 16/10/2012, não foi possível visualizar a estrutura de concreto ou fundação, conforme Figuras 3 e 4. **(Com risco para o patrimônio)**



**NC. 20:** *Conforme o Relatório do Inventário de Obra para Rescisão Contratual e Demais Providências, datado de 18/6/2012, do total de R\$ 581.565,25, referente à primeira medição, R\$ 438.960,06 foram referentes aos acréscimos de serviços, mas não consta termo aditivo para amparar sua execução e pagamento, contrariando o subitem 12.2, do Anexo IV, do Edital.*

**NC. 21:** *Ausência de garantia complementar em relação aos acréscimos contratuais no valor de R\$ 438.960,06, contrariando o subitem 16.2, do Edital. Conforme Carta DAF.CH nº 2/2012, datada de 24/5/2012, foi requerida a garantia no valor de R\$ 301.412,49, referente ao valor inicialmente contratado, ou seja, sem considerar a garantia complementar referente aos acréscimos de R\$ 438.960,06, no valor de R\$ 21.948,00, equivalente a 5% do total dos acréscimos. (Com risco para o patrimônio)*

**NC. 22:** *Valor da multa contratual constante do Relatório do Inventário de Obra para Rescisão Contratual e Demais Providências é menor que o valor calculado pela auditoria, conforme demonstrado na Tabela 14.”*

**- RA 31/2013 – Construção da Sede da Embrapa Agroenergia – CNPAE (RA 31/2013):**

**“NC. 4:** *Em relação à análise do contrato Saic/AJU nº 23900.09/0008-7 e seus termos aditivos de 14 a 21, constatamos as seguintes não conformidades: (Com risco para o patrimônio)*

- a) *Não efetivação da assinatura em termo aditivo até o término da vigência do contrato, sem amparo legal.*
- b) *Com base no Relatório Global de Instrumento Jurídico, emitido no Saic/AJU, o Termo Aditivo nº 6 teve sua vigência até 18/1/2011 e o Termo Aditivo nº 7, que prorrogou a vigência do contrato para 16/5/2011, foi assinado em 1º/2/2011, após o término da vigência do contrato.*
- c) *O Termo Aditivo nº 7 encerrou a vigência em 16/5/2011 e Termo Aditivo nº 10, que prorrogou o prazo de vigência, foi assinado em 16/6/2011, após o término da vigência do contrato;*
- d) *Ausência de Cronograma Físico-financeiro para os Termos Aditivos de 14 a 21, contrariando o subitem 7.5, 12.1 e 16.2 do Edital da Concorrência nº 1/2009;*
- e) *Ausência de ART complementar referente às alterações de acréscimos e supressões formalizados por meio de termos aditivos ao contrato, contrariando a letra “a”, inciso I, art. 10, da Resolução Confea nº 1.025/2009;*
- f) *Ausência de comprovação de recebimento da apólice de seguro contra sinistro, referente ao contrato e aos termos aditivos, contrariando o subitem 4.7, do Anexo IV, do Edital da Concorrência nº 1/2009;*
- g) *Ausência de parecer jurídico para os Termos Aditivos nºs 15, 17, 18, 19, 20 e 21, contrariando o parágrafo único, do art. 38, da Lei nº 8.666/1993; e*
- h) *Ausência de Atestados, emitidos por entidades oficiais e laboratórios particulares, referente à qualidade do concreto e ferragens utilizadas na obra,*



*de acordo com as normas da ABNT, contrariando o subitem 4.8 do Anexo IV do Edital.”*

## **Causa**

Decisão da Diretoria – Executiva de extinguir a Secretaria Executiva do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – SEP, apesar de o Programa PAC – Embrapa ainda haver Projetos, resultados e metas pendentes de implementação, permanecendo a necessidade de acompanhamento dos projetos de infraestrutura física da Embrapa.

Insuficiência dos mecanismos de controles internos administrativos, caracterizado pela carência de pessoal técnico, especializado na área de engenharia, para atuar nas fiscalizações de grandes obras executadas nas Unidades da Embrapa; ausência de priorização de fiscalizações tempestivas das grandes obras executadas pela Embrapa; e falta de utilização dos trabalhos da Assessoria de Auditoria Interna para prevenir falhas.

## **Manifestação da Unidade Examinada**

A Unidade por intermédio do documento M.ANC. nº 001/2013, de 30/08/2013, informou:

*“(…) Os contratos de obras e serviços de engenharia são, portanto, acompanhados normalmente por um gestor administrativo e um gestor técnico, sendo este último um profissional habilitado integrante dos quadros da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura (CEA) do Departamento de Patrimônio e Suprimentos (DPS) da Embrapa.*

*A Secretaria – Executiva do PAC-Embrapa realizou consultas eventuais para quantificar as áreas beneficiadas por recursos provenientes das ações orçamentárias 116Z, 117A, 117B e 20BJ, que tenha sido aplicados na ampliação ou revitalização da infraestrutura física, entendendo-se por ampliação e revitalização não somente obras mas serviços de engenharia, aquisição e manutenção de bens móveis e imóveis. Na quantificação dos resultados relacionados às ações orçamentárias, foram destacados os principais resultados e impactos que constituem o relato do Portfólio.”*

Após a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, assim como em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar, não foram agregados fatos novos pela Embrapa.

## **Análise do Controle Interno**

Em que pese a declaração de *os contratos de obras e serviços de engenharia são, portanto, acompanhados normalmente por um gestor administrativo e um gestor técnico*, a quantidade de Não Conformidades detectadas pela AUD/EMBRAPA indica que os mecanismos de controles internos administrativos existentes não se mostram suficientes. As áreas responsáveis pela contratação de obras e serviços de engenharia



merecem atenção especial, por envolver aspectos de materialidade, relevância e risco para que se atenda à legislação que rege a matéria.

As dificuldades podem ser minimizadas com o aumento do quantitativo de pessoal nessa área, a exemplo de técnicos especializados em engenharia, capacitação dos mesmos, e por consequência, aumento do número de acompanhamento e fiscalização mais efetivos, priorizando uma atuação tempestiva das grandes obras executadas pela Embrapa.

Cabe destacar que a criação de manuais atualizados que oriente a gestão na área de obras, com divulgação dos mesmos aos empregados responsáveis pela gestão nessa área, otimizaria o fluxo de trabalho da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura – CEA e preveniria falhas recorrentes no setor.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: Dimensionar adequadamente, quantitativa e qualitativamente, a equipe/Unidade incumbida de efetuar o acompanhamento/fiscalização de modo que os mecanismos de controles internos administrativos sejam eficientes, possibilitando uma maior efetividade na fiscalização das obras.

Recomendação 2: Elaborar manuais para orientação aos gestores responsáveis (Sede e Unidades da Embrapa) para acompanhamento na contratação/execução de obras e serviços de engenharia, de acordo com o que rege a legislação sobre a matéria.

Recomendação 3: Atender com tempestividade às recomendações emitidas pela Assessoria de Auditoria Interna, de modo que falhas sejam dirimidas no menor prazo e sejam evitadas falhas semelhantes.

Recomendação 4: Atuar junto às Unidades da Embrapa de maneira mais efetiva, preferencialmente com fiscalizações/acompanhamentos tempestivos, nas obras e reformas realizadas pela Embrapa.

## **1.4 DESENVOLVIMENTO DE NOVAS LINHAS DE PESQUISA**

### **AGROPECUÁRIA**

#### **1.4.1 EFICÁCIA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS**

##### **1.4.1.1 CONSTATAÇÃO**

**Ausência de elaboração de Planos de Ação Anuais para implementação do Programa de Fortalecimento da Embrapa - PAC Embrapa no biênio de 2010/2011, comprometendo a aderência da execução do orçamento para os projetos e metas previstas no Planejamento inicial.**

#### **Fato**

O Programa de Fortalecimento da Embrapa – PAC Embrapa surgiu em 2008 com o objetivo de gerar um conjunto substancial de resultados finalísticos ou “produtos” tecnológicos com alto potencial de impacto sobre a economia brasileira, aliados a uma



substancial melhoria na área de gestão e nas condições de infraestrutura para o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa na Embrapa.

O Planejamento do PAC/EMBRAPA está consubstanciado no Documento intitulado “*Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa*”, versão de junho de 2008, sendo constituído por 10 projetos, com metas diferenciadas, atuando em vertentes de Pesquisa, Inovação Institucional e Governança, revitalização e modernização da capacidade intelectual e da infraestrutura física da Embrapa, revitalização e modernização da infraestrutura física das OEPA’s e monitoramento por satélite das obras do PAC e de seus impactos.

Segundo o Documento “*Realizações 2008 - PAC Embrapa*” – Ano 1, um dos fatores para o sucesso do Programa é o estabelecimento criterioso das atividades e seu acompanhamento. Para que isso ocorra, foi estabelecida, no âmbito do PAC/EMBRAPA, uma estrutura para propor, coordenar e supervisionar a execução dos projetos e a as metas do programa. A estrutura foi composta pelo comitê consultivo PAC- Embrapa e pela Secretaria – Executiva do PAC, sendo o Comitê a instância que assessora o Diretor Presidente e a Diretoria Executiva da Empresa na elaboração, na análise, e na aprovação dos planos de ação para execução das metas do programa.

O Documento “*Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa*” informa ainda que o acompanhamento das ações de cada um dos projetos que constituem o PAC/EMBRAPA é tarefa da Secretaria- Executiva do PAC, cabendo ainda a essa Unidade viabilizar a implementação dos projetos e propor ajustes a eles, assegurando a aplicação integral dos recursos, e divulgando as ações do PAC- Embrapa.

Entretanto, por meio do Documento M.ANC. nº 610/2013, de 30/08/2013, a Empresa informou que não foram elaborados os Planos de Ação Anuais pelo Comitê Consultivo do PAC- Embrapa para os exercícios de 2010 e 2011 visando a implementação das atividades previstas, tendo a Embrapa deixado de utilizar os Planos de Ações como orientação na gestão do Orçamento do Programa.

## **Causa**

Decisão da Diretoria Executiva de descontinuidade dos Planos de Ação Anuais nos exercícios de 2010 e 2011 ocasionando a execução do Orçamento sem aderência aos projetos e metas previstas no Planejamento do Programa PAC-Embrapa, comprometendo o acompanhamento final dos resultados do Programa em 2012.

Ausência de priorização da Diretoria-Executiva da Empresa na aderência ao planejamento previsto para o PAC-Embrapa em 2008.

## **Manifestação da Unidade Examinada**

A Unidade informou, por meio do Documento M.ANC. nº 610/2013, de 30/08/2013, o trecho transcrito a seguir, no que se refere ao planejamento do PAC- Embrapa e ao cumprimento de metas referente ao Programa:



*“(…)Observa-se inicialmente que a solicitação de auditoria traz consultas acerca dos projetos e metas descritos no documento intitulado “Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa”, versão de junho de 2008, e dele transcreve partes.*

*Neste sentido, é oportuno e relevante esclarecer que este documento prestou-se exclusivamente como guia e planejamento interno para melhor cumprimento de metas físicas e financeiras inscritas em ações orçamentárias específicas, não constituindo o referido documento, per si, compromissos com a União, Governo ou Estado.*

*Por natureza, o planejamento é um processo cíclico e prático das determinações de um plano, o que lhe garante continuidade, devendo haver constante realimentação de situações, propostas, resultados e soluções, conferindo dinamismo baseado na multidisciplinaridade e interatividade, num processo contínuo de tomada de decisão.*

*Desta forma, o planejamento registrado no referido documento foi elaborado em 2008 pela administração superior da empresa que, nos anos seguintes, pôde promover livremente os ajustes e reorientações que julgou conveniente, conforme se alteravam cenários e contextos da sua estratégia de ação, respeitados compromissos primários efetivos relacionados às ações orçamentárias (...).*

*(...) No processo de planejamento interno, visando prover aderência na execução do orçamento suplementar mencionado com os projetos e metas constantes do documento Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa, foi elaborado um processo de gestão (ANEXO II) que tinha como premissa para seu desenvolvimento a elaboração de Planos de Ação (ANEXO III) anuais pelo Comitê Consultivo do PAC-Embrapa (ANEXO IV), visando a implementação das atividades previstas no Programa, os quais deveriam conter a matriz das atividades necessárias ao cumprimento da meta, cronograma de execução, responsabilidades e aprovação da Diretoria-Executiva.*

*Neste processo de gestão, a responsabilidade pela execução das atividades lançadas nos Plano de Ação cabia ao gestor da Unidade Central competente pela área, sendo reservada a articulação e acompanhamento da execução dos projetos à atuação da Secretaria-Executiva do PAC-Embrapa (ANEXO V), unidade central da qual fui titular no período entre 15/05/2011 até 1º/02/2012.*

*Cumprir registrar que **o referido processo de gestão foi observado apenas no biênio 2008-2009** posto que, a partir da troca de comando ocorrida na administração superior da empresa em julho de 2009, a Diretoria-Executiva entendeu por bem, no exercício do direito que lhe reserva a função com relação ao planejamento interno da empresa, prescindir dos planos de ação como ferramentas para orientar a condução do orçamento suplementar advindo dos efeitos da Lei 11.751/08.*

***A ausência dos Planos de Ação a partir de 2010 comprometeu o processo de gestão proposto** e restringiu as ações da Secretaria-Executiva à prestação de apoio para aplicação integral dos recursos e continuidade das ações em andamento, evitando ruptura institucional, e à captura de informações de execução física e financeira para (1) demonstrar cumprimento das metas das ações orçamentárias e (2) dar divulgação*



*aos principais resultados obtidos por meio do aporte suplementar de recursos.(...)”.*  
**(Grifo Nosso)**

Após a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, assim como em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar, não foram agregados fatos novos pela Embrapa.

### **Análise do Controle Interno**

No que pese o manifestado de que o Planejamento inicial *“prestou-se exclusivamente como guia e planejamento interno para melhor cumprimento de metas físicas e financeiras inscritas em ações orçamentárias específicas, não constituindo o referido documento, per si, compromissos com a União, Governo ou Estado”*, cabe ressaltar que o fato de o Documento de Planejamento inicial não ser um compromisso formalizado com a União, Governo ou Estado, deveria manter-se na condição de ferramenta necessária para pautar o atingimento dos objetivos e metas, que deveria deixar de ser observado se houvesse fundamentação técnica.

Já quanto ao manifestado de que o Planejamento é *“um processo cíclico e prático das determinações de um plano, o que lhe garante continuidade, devendo haver constante realimentação de situações, propostas, resultados e soluções, conferindo dinamismo baseado na multidisciplinaridade e interatividade, num processo contínuo de tomada de decisão”*; realmente o planejamento é um processo cíclico que deve haver constantes modificações em decorrência das mudanças de realidade, mas no caso do PAC-Embrapa não foi o que se observou, pois não houve modificações do planejamento inicial para se adaptar às novas realidades, ou sua substituição houve sim um abandono do Planejamento, sem a devida fundamentação. Assim, durante os exercícios de 2010 e 2011 a Embrapa seguiu sem os Planos de Ação que dariam o direcionamento do Programa de forma aderente ao Planejamento inicial. Situação que dificultou o controle dos resultados alcançados pelo PAC- Embrapa durante os últimos exercícios, visto que há projetos do PAC-Embrapa que ainda não foram concluídos.

Cabe acrescentar que embora o Portfólio PAC- Embrapa 2008 -2011, que foi apresentado à sociedade durante as comemorações do 38º aniversário da Embrapa, em 26 de abril de 2011, registre os principais resultados alcançados, o mesmo não se refere às metas estipuladas no início do projeto, principalmente no que se refere aos Projetos 07 a 10, e nem registra as principais dificuldades encontradas no Programa, a exemplo das dificuldades encontradas nas OEPA's e nas obras realizadas em sedes da Embrapa. Além disso, como o documento foi apresentado em abril de 2011, o mesmo não registra completamente o período de 2011, e nem o de 2012, onde ainda houve execução de orçamento, a exemplo dos convênios firmados em 2009 e 2010 com as OEPA's.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: Efetuar o diagnóstico do PAC-Embrapa, a título de prestação de contas, comparando os resultados obtidos de cada projeto com as metas propostas no documento inicial de planejamento, registrando os impactos positivos na gestão da Embrapa, os motivos de não atingimento dos objetivos pretendidos e as providências que estão sendo adotadas quanto aos Projetos que ainda não foram finalizados.



## **2 Inovações para a Agropecuária**

### **2.1 Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias de Sistemas Inovadores para a Produção Agropecuária Sustentável**

#### **2.1.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO**

##### **2.1.1.1 INFORMAÇÃO**

#### **Informação básica da Ação de Governo 4672 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias de Sistemas Inovadores para a Produção Agropecuária Sustentável**

##### **Fato**

Trata-se da Ação 4672 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias de Sistemas Inovadores para a Produção Agropecuária Sustentável, que tem por finalidades disponibilizar conhecimento e viabilizar soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agropecuária, em benefício da sociedade; manter o desenvolvimento científico e tecnológico como um dos fatores de desenvolvimento do agronegócio; atender a compromissos como: apoiar a ampliação e consolidação da competitividade das cadeias produtivas já instaladas, acompanhar as alterações das bases técnicas da agropecuária mundial, elucidar vulnerabilidades da agropecuária brasileira, fazer melhor uso das oportunidades relacionadas à biodiversidade e prevenir retrocessos tecnológicos. Esta Ação se insere no contexto do Programa de Governo 2042 – Inovações para a Agropecuária.

A implementação da Ação se dá de forma direta pela UG, mediante projetos de P&D incorporados ao Sistema Embrapa de Gestão e priorizará a parceria com OEPAs, universidades, instituições de pesquisa, de assistência técnica e de extensão rural, organizações governamentais e atores das cadeias produtivas, entre outros.

Os exames realizados foram voltados para a verificação da regularidade dos projetos executados pela Embrapa, sendo que a profundidade contemplou os seguintes aspectos: controles internos, atuação das Unidades responsáveis, prestação de contas, atingimento de metas e resultados, entre outros.

#### **2.1.2 EFICÁCIA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS**

##### **2.1.2.1 INFORMAÇÃO**

**Projeto n° 02.09.01.013.000.00: Transformação genética de algodão, cana-de-açúcar, feijão, milho e soja com construções gênicas contendo o gene DREB2A visando tolerância à seca.**

##### **Fato**

A partir dos projetos componentes das principais ações em andamento no exercício de 2012 para o desenvolvimento de novas tecnologias de energia, o Projeto n° 02.09.01.013.00.00 foi selecionado para análise pelos critérios de materialidade e de localização de sua Unidade Líder.





O Projeto, cuja Unidade Líder é a Embrapa Agroenergia, teve início em janeiro de 2010, com duração prevista de 48 meses, tendo como objetivo demonstrar a funcionalidade da estratégia DREB nas culturas de algodão, cana-de-açúcar, feijão, milho e soja, e em caso positivo, fornecer aos programas melhoramento da Embrapa nas 5 culturas de plantas, GMs (eventos "elite") que contenham elementos gênicos introduzidos, que possibilitem maior tolerância à seca. Como objetivos específicos pretende caracterizar a estabilidade genética, número de cópias e níveis de expressão das construções *"A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei."* em eventos de algodão, cana-de-açúcar, feijão, milho e soja GM; caracterizar as respostas moleculares, fisiológicas e agronômicas de eventos de algodão, cana-de-açúcar, feijão, milho e soja GM contendo as construções DREB, sob condições de déficit hídrico, em regime de contenção (casa de vegetação).

O quadro seguinte apresenta informações sobre os Planos de Ação componentes do Projeto com suas respectivas atividades e Unidades responsáveis:

**Quadro - Informações do Projeto 02.09.01.013.00.00**

<b>Plano de Ação (PA)</b>	<b>Unidade Responsável</b>	<b>Atividades</b>	<b>Unidade Responsável</b>
PA 01 - Gestão do Projeto	Embrapa Agroenergia	Gestão	Embrapa Soja
PA 02 - Transformação genética de cana de açúcar com a construção <i>"A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei."</i>	Embrapa Agroenergia	Transformação via biobalística de embriões somáticos de cana-de-açúcar com a construção gênica <i>"A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei"</i>	Embrapa Agroenergia
		Transformação via Agrobacterium de cana-de-açúcar com a construção gênica <i>"A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei"</i>	Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
		Caracterização molecular dos eventos de cana-de-açúcar transgênico com a construção <i>"A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei"</i>	Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
		Caracterização das respostas fisiológicas e agronômicas dos eventos de cana-de-açúcar transgênico com a construção <i>"A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei"</i>	Embrapa Agroenergia
PA 03 - Transformação genética de algodão com a construção <i>"A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei"</i>	Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia	Transformação genética de algodão com a construção <i>"A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei"</i>	Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
		Caracterização molecular da expressão da proteína <i>"A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei"</i> nos eventos transgênicos de algodão	Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
		Caracterização das respostas bioquímicas, fisiológicas e agronômicas dos eventos de algodão transgênico com a construção <i>"A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei"</i>	Embrapa Algodão



PA 04 - Transformação genética de feijão com a construção “A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei”	Embrapa Arroz e Feijão	Transformação via biobalística de embriões de feijão com a construção gênica “A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei”	Embrapa Arroz e Feijão
		Integração do gene “A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei” em feijoeiro T0 e em progênies T1 e T2	Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
		Caracterização da tolerância à seca de plantas da geração T1 de feijoeiro	Embrapa Arroz e Feijão
		Caracterização da tolerância à seca de plantas T2 de feijoeiro	Embrapa Arroz e Feijão
PA 05 - Transformação genética de milho com a construção “A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”	Embrapa Milho e Sorgo	Obtenção de eventos transgênicos de milho com a construção gênica contendo o gene DREB	Embrapa Milho e Sorgo
		Caracterização molecular da expressão da proteína “A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei” nos eventos transgênicos de milho	Embrapa Milho e Sorgo
		Caracterização das respostas fisiológicas e agrônomicas dos eventos de milho transgênico com a construção “A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei”	Embrapa Milho e Sorgo
PA 06 - Transformação genética de soja com a construção “A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade, em função de sigilo, na forma da lei”.	Embrapa Soja	Obtenção do evento "elite" de soja, contendo a construção gênica “A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei”	Embrapa Soja
		Caracterização Molecular “A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei”	Embrapa Soja
		Caracterização de genes de soja induzidos por “A informação aqui contida foi suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei”	Embrapa Soja
		Caracterização em condições de casa de vegetação	Embrapa Soja

Fonte: IDEARE

Com relação ao orçamento do Projeto, o custo total estimado é de R\$ 4.107.648,00, tendo sido executado R\$ 704.996,64 referente ao exercício de 2012, conforme a seguir:

**Quadro – Orçamento solicitado e executado do Projeto 02.09.013.00.00 (Exercício 2012)**

Unidade	Plano de Ação	Orçamento Total Solicitado (R\$)	Orçamento Total Executado (R\$)
Embrapa Soja	PA 01	70.000,00	52.301,08
Embrapa Agroenergia	PA 02	221.600,00	225.238,40
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia	PA 03	119.400,00	119.400,00
Embrapa Arroz e Feijão	PA 04	97.016,00	96.993,56
Embrapa Milho e Sorgo	PA 05	130.800,00	130.800,00
Embrapa Soja	PA 06	53.200,00	80.263,60
<b>Total</b>		<b>692.016,00</b>	<b>704.996,64</b>

Fonte: IDEARE e Resposta à Solicitação de Auditoria 2013005827/17



As despesas realizadas no exercício de 2012 no âmbito do Projeto referem-se basicamente ao pagamento de bolsas de estágio, pagamento de diárias e aquisição de materiais para laboratório e insumos agrícolas. Apesar de o orçamento solicitado ter sido de R\$ 692.016,00, a execução do Projeto teve um dispêndio superior devido à liberdade que cada Unidade possui de remanejar os recursos entre os projetos que administra.

Com relação às metas e resultados alcançados pelo Projeto, os quadros seguintes trazem um resumo dessas informações depois de transcorridos 43 meses do seu início.

**Quadro – Metas do Projeto 02.09.01.013.00.00 e Percentual de Alcance.**

Meta	Previsão de Alcance (meses)	% de Alcance	Razões para não cumprimento
Fenotipar 10 eventos de cada cultura expressando o gene DREB	36	30	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Obter 25 eventos transgênicos de cana-de-açúcar com a construção gênica contendo o gene <i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>	36	40	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Caracterizar molecularmente a expressão da proteína <i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i> nos 25 eventos transgênicos de cana-de-açúcar (PA)	36	60	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Caracterizar as respostas fisiológicas e agrônômicas de 10 eventos de cana-de-açúcar contendo a <i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>	36	20	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Obter 25 eventos transgênicos de algodão com a construção gênica contendo o gene DREB (PA)	36	40	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Caracterizar molecularmente a expressão da proteína <i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i> nos 25 eventos transgênicos de algodão; (PA)	36	40	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Caracterizar as respostas bioquímicas, fisiológicas e agrônômicas de 10 eventos de algodão, selecionados com base na caracterização molecular das etapas anteriores. (PA)	36	40	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Obter 25 eventos transgênicos de feijão com a construção gênica <i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i> (PA)	36	40	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Analisar a integração do gene <i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i> em feijoeiro To e em progênies T1 e T2 (PA)	36	40	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Caracterização da tolerância à seca de plantas das gerações T1 e T2 de feijoeiro transformados com a construção gênica <i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>	36	30	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>



<i>da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”)</i>			
Obter 25 eventos transgênicos de milho com a construção gênica contendo o gene “ <i>A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.</i> ”	36	40	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Caracterizar molecularmente a expressão da proteína “ <i>A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.</i> ” nos 25 eventos transgênicos de milho (PA)	36	60	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Caracterizar as respostas fisiológicas e agronômicas de 10 eventos de milho (PA)	36	20	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Obter 25 eventos transgênicos de soja com a construção gênica contendo o gene “ <i>A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.</i> ”	36	50	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Caracterizar molecularmente a expressão da proteína “ <i>A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.</i> ” em cada evento identificando os eventos mais promissores. (PA)	36	40	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Caracterizar molecularmente o nível de expressão de genes de defesa nativos da soja e induzidos pela proteína “ <i>A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.</i> ” em cada evento identificando os eventos mais promissores. (PA)	36	40	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Caracterizar em condições de casa de vegetação (CV), as respostas fisiológicas e agronômicas dos eventos mais promissores para tolerância e selecionar os com maior potencial para testes a campo e futuro uso em programa de melhoramento. (PA)	36	50	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>

Fonte: IDEARE

#### Quadro – Resultados do Projeto 02.09.01.013.00.00

<b>Tipo</b>	<b>Identificação</b>	<b>Quantidade Planejada</b>	<b>Quantidade Atingida</b>	<b>Descrição do resultado obtido</b>
Desenvolvimento de Produtos, Tecnologias e Processos -> Cultivar Testada	Fenotipar 10 eventos GM de cada cultura envolvida no projeto	50	10	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Desenvolvimento de Produtos, Tecnologias e Processos -> Cultivar Testada	Obter 25 eventos GM de cada cultura proposta no projeto	125	50	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Desenvolvimento de Produtos, Tecnologias e Processos -> Base de Dados	Caracterização molecular dos eventos GM gerados em cada cultura	1	1	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Desenvolvimento de Produtos, Tecnologias e Processos -> Base de Dados	Caracterização fisiológica e agronômica dos eventos GM gerados em cada cultura do projeto	1	1	<i>“A informação aqui suprimida por solicitação da unidade auditada, em função de sigilo, na forma da lei.”</i>
Desenvolvimento de	Caracterização de genes	1	1	Os genes de defesa em soja estão



Produtos, Tecnologias e Processos -> Base de Dados	de defesa ao déficit hídrico em soja GM			sendo caracterizados à medida que os eventos selecionados são obtidos.
--	---	--	--	--

Fonte: IDEARE

Observa-se que as metas não foram atingidas no prazo e estão aquém do planejado. Isso se deve, de acordo com o líder do Projeto, à dificuldade de se obter eventos estáveis positivos das culturas geneticamente modificadas, impactando também o alcance dos resultados. Por esse motivo, o Projeto foi prorrogado por mais um ano sem liberação adicional de recursos.

Para a comprovação do alcance das metas e resultados, a Embrapa Agroenergia apresentou as atas eletrônicas com os registros dos experimentos realizados e seus respectivos resultados, artigos científicos e outros trabalhos publicados sobre o assunto e relatórios das outras Unidades envolvidas no Projeto. Além disso, a equipe de auditoria verificou *in loco* as mudas transgênicas de cana-de-açúcar obtidas na execução do Projeto.

Por fim, ressalta-se a importância desse Projeto para o agronegócio nacional, uma vez que a frequência da ocorrência de eventos de seca tem aumentado significativamente na última década, provavelmente associados às mudanças climáticas ocorridas pelo aquecimento do planeta. Dessa forma, os resultados obtidos no Projeto poderão impactar positivamente os preços das sementes e derivados no mercado e a competitividade dessas culturas (algodão, cana-de-açúcar, feijão, milho e soja) no Brasil.

## **2.2 Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para Competitividade da Produção Agropecuária de Base Familiar e das Comunidades Tradicionais com Sustentabilidade do Meio Rural**

### **2.2.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO**

#### **2.2.1.1 INFORMAÇÃO**

**Informação Básica da Ação de Governo 4682 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para Competitividade da Produção Agropecuária de Base Familiar e das Comunidades Tradicionais com Sustentabilidade do Meio Rural.**

#### **Fato**

Trata-se da Ação de Governo 4682 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para Competitividade da Produção Agropecuária de Base Familiar e das Comunidades Tradicionais com Sustentabilidade do Meio Rural. Esta Ação se insere no contexto do Programa de Governo 2042 – Inovações para a Agropecuária.

A implementação da Ação se dá de forma direta e é coordenada pela UG, se necessário em articulação com outros parceiros, necessitando de equipes multidisciplinares e interinstitucionais. Deverá ser implementada através da execução de projetos de P&D incorporados ao Sistema Embrapa de Gestão e priorizará a parceria com universidades, instituições de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, organizações governamentais e atores das cadeias produtivas, entre outros.

A Ação 2132 corresponde a 4,80% do total de despesas executadas no Programa 2042.



Os exames realizados foram voltados para a verificação da regularidade dos projetos executados pela Embrapa, sendo que a profundidade contemplou os seguintes aspectos: controles internos, atuação das Unidades responsáveis, prestação de contas, atingimento de metas e resultados, entre outros.

## 2.2.2 EFICÁCIA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

### 2.2.2.1 INFORMAÇÃO

**Projeto 06.08.06.006.00.00: Melhoria da produção, processamento e comercialização de queijo de coalho de agricultores familiares nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.**

#### Fato

A partir dos projetos componentes das principais ações em andamento no exercício de 2012 que envolveram desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias que contribuem para a inserção social e econômica da agricultura familiar, das comunidades tradicionais e dos pequenos empreendimentos, o Projeto 06.08.06.006.00.00 “*Melhoria da produção, processamento e comercialização de queijo de coalho de agricultores familiares nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte*” foi selecionado para análise, pelo critério de materialidade.

O Projeto teve início em setembro de 2009, com duração de 36 meses. Foi realizado em nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, tendo como público alvo os produtores de base familiar. O Projeto foi executado e liderado Embrapa Agroindústria Tropical - CNPAT. A CNPAT é uma Unidade de pesquisa da Embrapa, localizada em Fortaleza, que tem por missão “*viabilizar, por meio de pesquisa, desenvolvimento e inovação, soluções para a sustentabilidade de cadeias produtivas da agroindústria tropical em benefício da sociedade brasileira.*”.

O quadro seguinte apresenta informações sobre os Planos de Ação componentes do Projeto e seus orçamentos:

**Quadro – Informações do Projeto 06.08.06.006.00.00**

Plano de Ação	Custeio (R\$)	Investimento (R\$)	Total (R\$)
Implantação e acompanhamento BPF nas agroindústrias familiares selecionadas	110.780,00	0	110.780,00
Implantação e acompanhamento de rotinas de BPA no processo de ordenha	83.280,00	0	83.280,00
Gestão do Projeto	24.000,00	8.000,00	32.000,00
Seleção das comunidades e propriedades familiares	12.700,00	0	12.700,00
Elaboração e implantação de Plano de negócio	8.100,00	0	8.100,00
<b>Total:</b>	<b>238.860,00</b>	<b>8.000,00</b>	<b>246.860,00</b>

Fonte: IDEARE

O quadro a seguir informa os resultados previstos e alcançados, bem como a descrição do resultado obtido e sua forma de entrega:

**Quadro – Resultados do Projeto 06.08.06.006.00.00**

Tipo	Identificação	Qtd Planejada	Qtd Atingida	Descrição do resultado obtido e sua(s) forma(s) de entrega
------	---------------	---------------	--------------	--



Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem -> Curso Oferecido	Processo de ordenha higiênica utilizando rotinas do BPA	5	6*	Cursos realizados, comprovados por listas de presença.
Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem -> Curso Oferecido	Agroindústrias familiares utilizando o BPF	5	30**	Cursos realizados, comprovados por listas de presença.
Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem -> Unidade Demonstrativa	Agroindústrias de queijo de coalho sustentável e competitivas	30	30	Unidades funcionaram nas seguintes cidades, nos anos de 2011 e 2012: Tauá – CE; Luiz Correia – PI, Parnaíba – PI e Cocal – PI; Currais Novos – RN, São Vicente – RN, Florânia – RN, Cerro Corá – RN, Acari – RN, Bodó – RN, Carnaúba dos Dantas – RN, e Parelhas – RN.
Produção de Publicações Técnicas - > Comunicado Técnico / Recomendações Técnicas	Material didático de BPA	1	1	Material avaliado tanto pelo Comitê de Publicações da Embrapa Agroindústria Tropical, quanto pelos seus Consultores <i>ad hoc</i> .
Produção de Publicações Técnicas - > Comunicado Técnico / Recomendações Técnicas	Material didático para BPF	1	1	Material avaliado tanto pelo Comitê de Publicações da Embrapa Agroindústria Tropical, quanto pelos seus Consultores <i>ad hoc</i> . Também foi apresentado artigos com base no material produzido.

Fonte: IDEARE e Informações apresentadas pela CNPAT.

\* Valor encontrado no sistema IDEARE. Por meio do Documento sem número, enviado em 05/09/2013, o gestor apresentou apenas 2 cursos no período correspondente ao Projeto e mais 5 cursos realizados em 2007, totalizando 7 cursos.

\*\* Valor encontrado no sistema IDEARE. Por meio do Documento sem número, enviado em 05/09/2013, o gestor apresentou 21 cursos no período correspondente ao Projeto.

A CNPAT foi instada a apresentar informações relativas à quantidade de produtores treinados e acompanhados que continuaram a usar as Boas Práticas Agrícolas na Bovinocultura de Leite em Agroindústria Familiar - BPA e as Boas Práticas de Fabricação de Queijo Coalho Artesanal em Agroindústria Familiar - BPF (em %) após os cursos realizados. As informações foram prestadas por meio do Documento sem número, enviado em 05/09/2013 nos seguintes termos:

*“Atualmente pode-se estimar em torno de 30% que ainda estão adotando a tecnologia, esse baixo nível de adoção pode ser creditado em grande parte ao período de seca (dos últimos cinco anos), na região Nordeste, onde se estima que mais de 50% do rebanho bovino leiteiro dos agricultores familiares tenha desaparecido por morte ou venda.”*

O resultado apresentado pelo gestor (30%) é inferior à almejada no início do Projeto que era de pelo menos 60% dos produtores treinados e acompanhados continuassem a usar o BPA e o BPF.

Quanto à avaliação dos cursos de BPF e BPA pelos interessados, não foram enviadas as avaliações.



Em relação ao desenvolvimento dos Planos de Negócio para as agroindústrias, verificou-se a elevação da renda das unidades familiares envolvidas no Projeto com a venda de queijo de coalho artesanal em razão do reconhecimento dos consumidores da melhoria na qualidade do queijo de coalho e pelo desenvolvimento, por parte dos próprios produtores, de um mercado consumidor local próprio, tirando o intermediário da cadeia produtiva.

## 2.2.2.2 INFORMAÇÃO

### **Projeto 04.11.01.018.00.00: Rede de intercâmbio e transferência de conhecimentos e tecnologias agroflorestais na Amazônia.**

#### **Fato**

A partir dos projetos componentes das principais ações em andamento no exercício de 2012 que envolveram desenvolvimento de sistemas integrados de produção em áreas degradadas, o Projeto 04.11.01.018.00.00 - “*Rede de intercâmbio e transferência de conhecimentos e tecnologias agroflorestais na Amazônia*” - foi selecionado para análise, pelo critério de materialidade.

O Projeto teve início em outubro de 2011, com duração de 36 meses. Está sendo realizado na região Amazônica e nos Estados do Mato Grosso e do Maranhão, tendo como público alvo instituições de Pesquisa, Universidades e outras instituições de ensino, Instituições e empresas de planejamento, transferência de tecnologia, extensão e assistência técnica e também produtores rurais de base familiar. O Projeto está sendo executado pelos Centros de Pesquisa Agroflorestal do Amapá, de Roraima, do Acre, de Rondônia, da Amazônia Ocidental, Centro de Pesquisa Agropecuária de Cocais e Planícies Inundáveis, Centro de Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso, *World Agroforestry Center* - ICRAF, Órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural dos Estados Envolvidos, Universidades e Institutos de Educação e pelo Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental – CPATU - que é a Unidade Líder do Projeto. A CPATU é uma Unidade de pesquisa da Embrapa, localizada em Belém, que tem por missão “*viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agropecuária, agroindústria e floresta e contribuir para a conservação do capital natural da Amazônia Oriental em benefício da sociedade.*”.

O quadro seguinte apresenta informações sobre os Planos de Ação componentes do Projeto e seus orçamentos:

**Quadro – Informações do Projeto 04.11.01.018.00.00**

<b>Plano de Ação</b>	<b>Custeio (R\$)</b>	<b>Investimento (R\$)</b>	<b>Total (R\$)</b>
Tecnologias agroflorestais para Amazônia Ocidental	377.550,09	9.969,00	387.519,09
Intercâmbio, transferência e capacitação tecnologias agroflorestais no Pará, Amapá e Maranhão.	352.402,61	9.969,00	362.371,61
Estratégias de transferência de tecnologias agroflorestais para a Amazônia Central	244.724,19	6.646,00	251.370,19
Plano Gerencial	134.368,62	2.216,00	136.584,62
Implementação de Rede Agroflorestal na Web	75.000,00*	0	75.000,00*
<b>Total:</b>	<b>1.184.045,51</b>	<b>28.800,00</b>	<b>1.212.845,51</b>

Fonte: IDEARE

\* Origem do Recurso: ICRAF - World Agroforestry Center por meio de contrapartida.





O quadro seguinte apresenta informações sobre os técnicos extensionistas rurais nos estados e as datas de realização:

**Quadro – Cursos p/ técnicos extensionistas previstos no Projeto 04.11.01.018.00.00**

Estado	Carga horária	Ano	Local	Qtd de Técnicos treinados
Pará	144	2012	Belém, Santa Bárbara, Castanhal, São Domingos do Capim e Tomé Açú.	31
Maranhão	64	2013	Morros.	26
Rondônia	40	2013	Ouro Preto do Oeste	29
Roraima	48*	2013	-	-
Amazonas	48*	2013	-	-
Acre	40*	2013	-	-
Amapá	-	2014	-	-
Mato Grosso	-	2014	-	-
<b>Total já realizado</b>	<b>248</b>	-	-	<b>86</b>

\* carga horária prevista, dado que o curso ainda não aconteceu.

Com relação ao ambiente virtual que conterà base de dados agrofloretais e de experiências bem sucedidas, fórum virtual agroflorestral e sistema de informação de eventos agrofloretais, verificou-se que ainda não está ativo até o momento. No entanto tem prazo para estar funcionando até outubro de 2014.

A CPATU foi instada a apresentar informações relativas às propostas coletivas de projeto de desenvolvimento, a serem elaboradas pelos técnicos capacitados nos treinamentos realizados. As informações foram prestadas por meio do Documento sem número, enviado em 09/09/2013 nos seguintes termos:

*“[...] A previsão de início para a construção destas propostas é a partir do estabelecimento da rede virtual do Projeto, prevista para ser implantada a partir deste ano, a partir do intercâmbio técnico previsto para ser estabelecido entre os participantes dos cursos, e com base nos conhecimentos adquiridos através da participação nos cursos. [...]”.*

Logo, evidencia-se a importância do ambiente virtual para o alcance desta meta.

Como o Projeto ainda não está finalizado, a análise das metas e resultados desse Projeto ficou prejudicada.

### 2.2.2.3 INFORMAÇÃO

**Projeto 06.09.01.001.00.00: Manejo de agrobiodiversidade com enfoque agroecológico em comunidades de pequenos agricultores.**

#### Fato

A partir dos projetos componentes das principais ações em andamento no exercício de 2012 que envolveram coleta, caracterização, conservação, organização de informação e disponibilização de recursos genéticos, o Projeto 06.09.01.001.00.00 foi selecionado para análise, pelos critérios de materialidade e de localização de sua Unidade Líder.

O Projeto teve início em novembro de 2009, com duração de 36 meses. Foi realizado em região de cerrado, tendo como público alvo os produtores de base familiar. O Projeto foi executado pelas seguintes instituições: Embrapa Cerrados, Embrapa Arroz e Feijão, Embrapa Meio Ambiente e pela organização social AEPAGO - Associação



Estadual dos Pequenos Agricultores de Goiás. A Unidade Líder foi a Embrapa Cerrados – CPAC. A CPAC é uma Unidade de pesquisa ecorregional da Embrapa, que tem por missão “gerar e viabilizar soluções por meio de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade do Bioma Cerrado, atendendo às necessidades da sociedade brasileira”.

O quadro seguinte apresenta informações sobre os Planos de Ação componentes do Projeto, suas atividades e orçamentos:

**Quadro – Informações do Projeto 06.09.01.001.00.00**

Plano de Ação	Atividades	Orçamento total Solicitado (R\$)	Orçamento total Executado (R\$)
Avaliação e caracterização participativa dos agroecossistemas em Estudo	Diagnóstico local participativo	18.043,00	13.169,96
	Avaliação participativa do manejo de agroecossistemas e capacitação em agroecologia utilizando indicadores de sustentabilidade de determinação rápida e fácil		
Gestão de Projeto	Gerenciamento do fluxo de informação, recursos financeiros e humanos para que haja sinergia entre os demais planos de ações	26.683,00	12.614,45
	Difusão de resultados em instrumentos públicos para a interpretação científica e como ferramenta de incentivo a debates e estabelecimento de critérios para formulação de políticas públicas		
	Implantação de pólos regionais de pesquisa em comunidades de pequenos agricultores		
	Construir redes sócio técnicas		
	Realizar cursos de capacitação com base em metodologias participativas		
Manejo da diversidade genética do milho, mandioca, feijão e espécies de plantas de cobertura em sistemas agroecológicos	Manejo da diversidade genética do milho	53.057,00	37.019,40
	Manejo da diversidade genética da mandioca		
	Manejo da diversidade genética do feijão		
	Manejo da diversidade genética de espécies de plantas de cobertura		
Análise das concepções, valores sociais e práticas econômicas associadas ao manejo da agrobiodiversidade	Estudo exploratório da dinâmica do desenvolvimento das atividades produtivas dos pólos	15.435,00	-
	Caracterizar e analisar a diversidade das atividades agrícolas e em interação com uma análise dos modos de gestão ambiental dos territórios sua lógica econômica e valores sócio cultural		

Fonte: Resposta da S.A201305827/16 e IDEARE

Os quadros subsequentes informam as metas/resultados previstos e alcançados, bem como as razões para o não cumprimento e a descrição do resultado obtido e sua forma de entrega:

**Quadro - Projeto 06.09.01.001.00.00: Metas, previsões e justificativas**

Meta	Previsão de Alcance (meses)	% de Alcance	Razões para não cumprimento
Promover processos de pesquisas participativas com enfoque na agrobiodiversidade e agroecologia	36	100	-
Realizar Diagnóstico local participativo (PA)	36	100	-



Avaliação de manejo de agroecossistemas (indicadores) (PA)	36	90	Conforme relatado anteriormente, houve alteração significativa ocorreu na etapa relacionada à avaliação de manejo dos agroecossistemas, particularmente na metodologia empregada, no escopo dos atributos avaliados e nas comunidades onde se pretendia realizar a atividade. Caracterizou-se os aspectos de fertilidade e microbiologia dos solos e procedeu-se à construção participativa de mapas de uso da terra (este em um único local). As amostragens foram concluídas no último período agrícola, parte dos bioensaios (90%) foi concluída, estando os demais em condução e avaliação.
Capacitar agricultores e técnicos sobre indicadores de sustentabilidade (PA)	36	80	Considerando as modificações na metodologia, os agricultores foram capacitados nas técnicas de amostragem, tendo participado ativamente das mesmas. A capacitação nos atributos amostrados será concluída nos próximos meses, por ocasião do retorno às comunidades para apresentação dos resultados.
Formação de pólos irradiadores da agrobiodiversidade (PA)	36	100	-
Capacitar agricultores e técnicos sobre a temática de agrobiodiversidade e agroecologia (PA)	36	100	-
Realizar reunião com as comunidades (PA)	36	100	-
Estabelecer redes sócio técnicas (PA)	36	100	-
Realização de um seminário sobre agrobiodiversidade e agroecologia (PA)	36	100	-
Capacitar agricultores e técnicos sobre manejo da diversidade genética de milho, feijão, mandioca e espécies de plantas de cobertura (PA)	36	100	-
Avaliar variedades de milho, feijão e mandioca em sistemas agroecológicos (PA)	36	100	Falta finalizar análises de ensaios e consórcios.
Plantio de campos de produção (PA)	36	100	-
Selecionar variedades em sistemas agroecológico (PA)	36	100	Falta sistematizar informações relativas ao comportamento das variedades no sistema de "corredores".
Avaliar e selecionar diferentes espécies de plantas de cobertura (PA)	36	100	Falta sistematizar informações e resultados dos últimos campos e ensaios implantados.
Dinâmica do desenvolvimento das atividades produtivas (PA)	36	100	Alteração na metodologia de diagnóstico. Informações coletadas, sistematização finalizada, publicação em elaboração.
Tipologia de sistema de produção em uso pelos agricultores (PA)	36	100	Alteração na metodologia de diagnóstico. Informações coletadas, faltando sistematizá-las em forma de publicação.
Descrição dos modos de gestão sua	36	60	Substituição de responsabilidade da



lógica econômica interna e os valores sociais a eles associados (PA)			atividade.
--	--	--	------------

Fonte: IDEARE

**Quadro – Resultados do Projeto 06.09.01.001.00.00**

<b>Tipo</b>	<b>Identificação</b>	<b>Qtd Planejada</b>	<b>Qtd Atingida</b>	<b>Descrição do resultado obtido e sua(s) forma(s) de entrega</b>
Produção de Publicações Técnicas -> Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento	Diagnóstico participativo realizado	1	0	Informações coletadas, transcritas, faltando sistematizar em forma de publicação. Eventual retorno aos locais pode se fazer necessário para confirmações ou retificações.
Produção Técnico-Científica -> Artigo em Anais Congresso/Nota Técnica	Manejo de agroecossistemas avaliados	1	0	Amostragens realizadas, análises parcialmente concluídas, havendo bioensaios em andamento.
Desenvolvimento de Produtos, Tecnologias e Processos -> Prática/Processo Agropecuário	Pólos irradiadores da agrobiodiversidade definidos e estruturados	8	8	Pólos definidos, caracterizados, resultado em forma de publicação, em fase de elaboração.
Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem -> Curso Oferecido	Agricultores e técnicos capacitados em agrobiodiversidade e agroecologia	4	13	Cursos realizados, comprovados por listas de presença.
Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem -> Veículo de Informação Interno Produzido	Reunião com as comunidades realizadas	4	3	Reuniões de planejamento e discussão das atividades realizadas e de discussão de resultados ainda por finalizar.
Desenvolvimento Institucional -> Metodologias e Práticas para Gestão da Informação/Conhecimento	Redes sócio técnicas formadas	1	1	Rede estabelecida entre pesquisadores, técnicos de organizações sociais e agricultores estabelecidas. Resultado a partir de ações de pesquisa participativa e eventos específicos (visitas, reuniões) para trocas de experiências.
Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem -> Curso Oferecido	Agricultores e técnicos capacitados sobre manejo da diversidade genética de milho, feijão, mandioca e espécies de plantas de cobertura	4	13	Agricultores capacitados nos pólos de condução das atividades.



Produção Técnico-Científica -> Artigo em Periódico Indexado	Variedades selecionadas para sistemas agroecológicos	4	1	Variedades de milho, feijão, mandioca, plantas de cobertura avaliadas em ensaios conduzidos (e desenhados para) em sistemas agroecológicos. Variedades de milho, feijão, mandioca, plantas de cobertura avaliadas. Informações relativas a estudos com milho publicados na Revista Brasileira de Agroecologia, v.6, n.1, p. 127-136, 2011 (Manejo da diversidade genética e melhoramento participativo de milho em sistemas agroecológicos - Machado, A.T.; Machado, C.T.T.; Nass, L.L.). Para as demais espécies, falta consolidar as informações geradas em publicação.
Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem -> Unidade de Demonstração	Variedades selecionadas para sistemas agroecológicos	40	40	Variedades de milho, feijão, mandioca, plantas de cobertura avaliadas em unidades demonstrativas conduzidas em sistemas agroecológicos. Resultado em relatório técnico das unidades.
Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem -> Dia de Campo	Campos de produção instalados	16	24	Campos de produção de sementes implementados e colhidos. Sistematização de informações em fase de elaboração.
Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem -> Organização de Eventos	Seminário sobre agrobiodiversidade e agroecologia realizado	1	1	Seminário realizado, comprovação por lista de presença.
Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem -> Curso Oferecido	Agricultores e técnicos capacitados sobre indicadores de sustentabilidade	4	3	A atividade foi alterada enfocando os atributos de fertilidade e microbiologia dos solos. Houve capacitação e participação dos agricultores nos métodos de amostragem, durante as atividades práticas, não tendo sido realizado curso formal. Pretende-se, ao finalizar bioensaios e análises, realizar reuniões de restituição de resultados e organizá-los na forma de publicação.
Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem -> Unidade de Demonstração	Espécies de plantas de cobertura avaliadas e selecionadas	8	8	Unidades conduzidas nos pólos de atividades. Resultado na forma de relatório de unidades demonstrativas.
Produção Técnico-Científica -> Artigo em Anais Congresso/Nota Técnica	Variedades selecionadas para sistemas agroecológicos	4	1	Variedades de milho, feijão, mandioca, plantas de cobertura avaliadas. Informações relativas a estudos com milho publicados na Revista Brasileira de Agroecologia, v.6, n.1, p. 127-136, 2011 (Manejo da diversidade genética e melhoramento participativo de milho em sistemas agroecológicos - Machado, A.T.; Machado, C.T.T.; Nass, L.L.). Para as demais espécies, falta consolidar as informações geradas em publicação.
Produção de	Espécies de	2	0	Espécies de plantas de cobertura avaliadas



Publicações Técnicas -> Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento	plantas de cobertura avaliadas e selecionadas			em unidades demonstrativas conduzidas em sistemas agroecológicos. Falta sintetizar as informações em publicação específica.
Produção Técnico-Científica -> Artigo em Anais Congresso/Nota Técnica	Número de famílias participantes e que tinham desconhecimento dos processos de desenvolvimento	1	0	Caracterização da compreensão dos agricultores acerca de conceitos e processos de manejo da agrobiodiversidade por meio de diagnósticos e visitas realizada. Síntese das informações em publicação em fase de elaboração.
Produção de Publicações Técnicas -> Circular Técnica	Identificar a diversidade dos sistemas de produção em uso	1	0	Caracterização dos sistemas de produção de agricultores representativos das regiões de abrangência do projeto realizada por meio de diagnósticos e visitas realizada. Síntese das informações em publicação em fase de elaboração.
Produção Técnico-Científica -> Artigo em Periódico Indexado	Identificar a lógica econômica interna e os valores sociais a eles associados junto às famílias de agricultores.	1	0	Descrição preliminar a partir das informações coletadas por meio de diagnósticos e visitas concluídas. Publicação em fase de elaboração.

Fonte: IDEARE

A CPAC foi instada a apresentar informações quanto ao alcance de metas e resultados, à forma de apresentação dos resultados no Sistema IDEARE, às despesas realizadas e à maneira em que é realizada a prestação de contas dos deslocamentos realizados no âmbito do Projeto 06.09.01.001.00.00. As informações foram prestadas por meio do Documento sem número, enviado em 04/09/2013 nos seguintes termos:

*“O planejamento de viagens é realizado em função das atividades técnicas previstas no projeto, utilizando-se o sistema Sisorc. A solicitação é analisada pelo supervisor e/ou chefe imediato que verifica a justificativa e a pertinência da solicitação. Após a aprovação técnica é verificado pela Chefia-Adjunta de Administração a disponibilidade orçamentária e de cotas de viagem, sendo aprovado posteriormente pelo Ordenador de Despesas. A solicitação aprovada é encaminhada ao Setor de Orçamento e Finanças (SOF) para inserção no Sistema de Diárias e Passagens, aquisição de passagens aéreas ou reserva de veículos, reserva de hotel e adiantamento de diárias. Realizada a viagem, o empregado presta contas junto ao SOF, conforme manual financeiro.”*

Foram apresentadas as prestações de contas referentes às viagens dos empregados: CPF \*\*\*.437.268-\*\* (destino: BSB/PIRENÓPOLIS/BSB. Nota de Empenho: 2012NE000588 (R\$ 550,00). Plano de Ação: “Avaliação e caracterização participativa dos agroecossistemas em estudo”) e CPF \*\*\*.517.381-\*\* (destino: VITÓRIA-ES/MUQUI-ES. Nota de Empenho: 2012NE000270 (R\$ 500,00). Projeto: 06.01.09.001.00.00. Plano de Ação: “Gestão de Projeto”), as quais condizem com as informações apresentadas quanto à prestação de contas de viagens da Unidade.



Para análise do alcance de metas e resultados e suas formas de controle, solicitou-se à Unidade que comprovasse 6 dos 18 resultados alcançados. A CPAC apresentou os documentos comprobatórios (folders, listas de presenças de cursos, publicações, etc.) desses atingimentos.

Em relação às despesas realizadas em favor do Projeto, verificou-se a não execução do orçamento para o Plano de Ação “*Análise das concepções, valores sociais e práticas econômicas associadas ao manejo da agrobiodiversidade*” em 2012, embora a Unidade tenha solicitado recursos para seu custeio.

#### 2.2.2.4 INFORMAÇÃO

#### **Projeto 06.09.06.004.00.00: Monitoramento e avaliação de espaços coletivos para a construção social dos mercados pela agricultura familiar em Unaí MG.**

##### **Fato**

A partir dos projetos componentes das principais ações em andamento no exercício de 2012 que envolveram a geração de conhecimentos científicos e tecnológicos destinados às atividades agropecuárias e industriais e desenvolvidos para empreendimentos de pequeno e médio porte, o Projeto 06.09.06.004.00.00 foi selecionado para análise, pelos critérios de materialidade e localização de sua Unidade Líder.

O Projeto teve início em setembro de 2010, com duração de 36 meses. Foi realizado em região de cerrado, tendo como público alvo produtores de base familiar, instituições de pesquisa, universidades e outras instituições de ensino, e instituições e empresas de planejamento e extensão. Assim como no Projeto 06.09.01.001.00.00, a Unidade Líder foi a Embrapa Cerrados.

O quadro seguinte apresenta informações sobre os Planos de Ação componentes do Projeto, suas atividades e orçamentos:

**Quadro – Informações do Projeto 06.09.06.004.00.00 em 2012.**

<b>Plano de Ação</b>	<b>Atividades</b>	<b>Orçamento total Solicitado (R\$)</b>	<b>Orçamento total Executado (R\$)</b>
Gestão de Projeto	Articulação com parceiros e colaboradores	31.170,00	20.749,69
	Reuniões periódicas de acompanhamento e avaliação		
	Divulgação e apresentação dos resultados		
	Elaboração de relatórios		
	Sistematização dos resultados		
	Gestão da proposta		
Avaliação coletiva de sistemas produtivos como suporte à construção social de mercados pelos agricultores familiares de Unaí-MG	Diagnóstico dos sistemas de produção e restituição para os atores locais.	32.120,00	22.219,90
	Diagnóstico das trajetórias de intensificação leiteira e restituição para os agricultores.		
	Escolha dos estabelecimentos de referência e implantação da rede.		
	Montagem e alimentação do banco de dados.		
	Instalação, condução e avaliação de bancos de manivas-mentes de mandioca de mesa e de indústria.		
	Instalação e acompanhamento de experimentos.		
	Acompanhamento da rede e tratamento dos dados.		
	Elaboração e socialização de tecnologias sociais.		
	Socialização das informações para apoiar os atores locais.		
	Avaliação participativa de acessos de mandioca de mesa e		



	indústria.		
	Avaliação nutricional da parte aérea de acessos de mandioca de mesa e de indústria para a produção de feno e silagem em Unaí-MG.		
Construção e avaliação de processos coletivos para inserção dos agricultores familiares nos mercados.	Diagnóstico das relações da agricultura familiar com os mercados e restituição para os atores locais.	37.112,00	14.471,20
	Escolha das unidades familiares e dos dispositivos coletivos para acompanhamento e monitoramento.		
	Acompanhamento das Unidades familiares e dos dispositivos Coletivos.		
	Estudos de mercados.		
	Processos de formação e capacitação dos atores locais.		
	Socialização das informações para apoiar os atores locais.		

Fonte: Solicitação de Auditoria 201305827/18 e IDEARE.

Os quadros subsequentes informam as metas/resultados previstos e alcançados, bem como as razões para o não cumprimento e a descrição do resultado obtido e sua forma de entrega:

**Quadro - Projeto 06.09.06.004.00.00: Metas, Previsões e Justificativas**

Meta	Previsão de Alcance (meses)	% de Alcance	Razões para não cumprimento
Geração de 05 tecnologias sociais como suporte às estratégias dos agricultores familiares de Unaí MG para a construção social de mercados.	36	30	O atraso nesta meta está sendo minimizado. No final de dezembro de 2012 foi instalada a Feira dos Agricultores Familiares de Unaí. Isso permitirá acompanhar os sistemas de cultivos associados a esta estratégia de acesso ao mercado. Essa mesma prática será usada para a outra estratégia de acesso de mercado que é a venda de produtos da Agricultura Familiar para a merenda escolar (PNAE).
Realização de diagnóstico de sistemas de produção familiares. (PA)	36	100	-
Instalação de uma rede de estabelecimentos de referência familiares. (PA)	36	100	
Monitoramento da evolução dos sistemas de produção da Rede de Estabelecimentos de Referência. (PA)	36	70	-
Geração de três tecnologias sociais. (PA)	36	48	-
Geração de uma referência de processo coletivo de construção social de mercados. (PA)	36	80	-
Monitoramento e avaliação de processos de inserção das unidades familiares e dispositivos coletivos nos mercados. (PA)	36	10	Esta meta ficou parada por um período devido à saída de uma colega para outra unidade. A instalação da feira e a venda de produtos para a merenda escolar (PNAE) em 2013 possibilitarão acompanhar o funcionamento desses mercados e seu impacto nos sistemas de produção.
Implantação de um sistema de gestão descentralizada no projeto, para melhor orientação, apoio, acompanhamento e avaliação das atividades. (PA)	36	100	-

Fonte: IDEARE

**Quadro – Resultados do Projeto 06.09.06.004.00.00**





<b>Tipo</b>	<b>Identificação</b>	<b>Qtd Planejada</b>	<b>Qtd Atingida</b>	<b>Descrição do resultado obtido e sua(s) forma(s) de entrega</b>
Desenvolvimento Institucional -> Modelo de Gestão	Comitê gestor do projeto formado e atuante.	1	0	
Produção de Publicações Técnicas -> Série Documentos (Periódicos)	Principais sistemas de produção familiares caracterizados.	1	0	
Produção de Publicações Técnicas -> Série Documentos (Periódicos)	Tecnologias sociais visando contribuir para a melhoria dos sistemas de produção gerada.	3	0	
Produção Técnico-Científica -> Artigo em Anais Congresso/Nota Técnica	Mercado consumidor de dois produtos potenciais caracterizados.	2	0	Foi publicado o seguinte artigo em anais em congresso: - ALMEIDA, S. C. R. ; XAVIER, J. H. V. ; OLIVEIRA, M.N. de ; GASTAL, M.L. Reflexão acerca da temática construção social de mercado na perspectiva da mediação e investigação. In: IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010 Universidade Federal do Paraná. Encontro da Rede de Estudos Rurais. Curitiba Universidade Federal do Paraná, 2010. p. 1-10.
Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem -> Unidade Demonstrativa	Unidades demonstrativas instaladas, acompanhadas e validadas.	15	8	Foram instaladas e estão sendo acompanhadas as seguintes unidades: - 05 de Avaliação Participativa de variedades de Mandioca de Mesa; - 01 de Avaliação Participativa de variedades de Mandioca para Indústria; - 02 de Produção de Frutas e Hortaliças em Consórcio Irrigado.
Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem -> Estágio de Graduação	Estudantes treinados.	4	2	Dois estudantes que trabalham na Cooperagro. Um estudante de Agronomia e um de Engenharia da Produção.
Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem -> Estágio de Graduação	Estudantes treinados.	4	0	
Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem -> Estágio de Pós-Graduação	Estudantes treinados.	2	0	
Produção Técnico-Científica -> Artigo em Periódico Indexado	Artigo submetido.	2	2	Foram publicados os seguintes artigos: - XAVIER, J. H. V. ; GOMES, M. C. ; ALMEIDA, S. C. R. ; OLIVEIRA, M.N. de ; SCOPEL, E. ; CORBEELS, M. ; Muller, A.G. . Metodologia multicritério de apoio à decisão como ferramenta para



				avaliação de sistemas de cultivo de milho. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 29, p. 89-131, 2012; - ALMEIDA, S. C. R. ; OLIVEIRA, M.N. de ; XAVIER, J. H. V. . A descentralização da política nacional de ater: uma experiência nos assentamentos de reforma agrária no noroeste mineiro Brasil. Sociedade & Natureza (UFU. Online), v. 22, p. 551-560, 2010.
--	--	--	--	---

Fonte: IDEARE

Quanto ao alcance de metas e resultados, às despesas realizadas e à maneira em que é realizada a prestação de contas dos deslocamentos realizados no âmbito do Projeto 06.09.06.004.00.00, a Unidade apresentou, por meio do Documento sem número, enviado em 05/09/2013, as seguintes informações:

*“O planejamento de viagens é realizado em função das atividades técnicas previstas no projeto, utilizando-se o sistema SISORC. A solicitação é analisada pelo supervisor e/ou chefe imediato que verifica a justificativa e a pertinência da solicitação. Após a aprovação técnica é verificado pela Chefia-Adjunta de Administração a disponibilidade orçamentária e de cotas de viagem, sendo aprovado posteriormente pelo Ordenador de Despesas. A solicitação aprovada é encaminhada ao Setor de Orçamento e Finanças (SOF) para inserção no Sistema de Diárias e Passagens, aquisição de passagens aéreas ou reserva de veículos, reserva de hotel e adiantamento de diárias. Realizada a viagem, o empregado presta contas junto ao SOF, conforme manual financeiro.”*

Foram apresentadas as prestações de contas referentes às viagens dos empregados: CPF \*\*\*.887.601-\*\* (Destino: Unai/MG. Nota de Empenho: 2012NE000221 (R\$ 250,00). Projeto: 06.09.06.004.00.00. Plano de Ação: “Avaliação coletiva de sistemas produtivos como suporte à construção social de mercados pelos agricultores familiares de Unai-MG”) e CPF \*\*\*.170.286-\*\* (Destino: Unai-MG. Nota de Empenho: 2012NE000074 (R\$ 279,00). Projeto: 06.09.06.004.00.00. Plano de Ação: “Gestão de Projeto”), as quais condizem com as informações apresentadas quanto à prestação de contas de viagens da Unidade.

Em que pese o Projeto ainda estar em execução, solicitou-se à CPAC informações dos resultados “Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem - Unidade Demonstrativa - 8 Unidades demonstrativas instaladas, acompanhadas e validadas” e “Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem → Estágio de Graduação – 2 estudantes treinados (trabalham na Cooperagro)” relatadas no IDEARE.

Em relação às Unidades demonstrativas, foram discriminadas suas localizações e o período em que permaneceram operantes. Ainda que seja complexa a mensuração da comunidade atendida e dos benefícios gerados à população local, a Unidade informou que o Projeto atende diretamente 52 famílias, podendo a informação gerada ser expandida para todos os estabelecimentos familiares existentes no Município, e espera-se a melhoria na produção e inserção dos estabelecimentos familiares no mercado.

Quanto aos estagiários contratados, a CPAC apresentou cópias dos contratos de estágio e descreveu o processo de contratação utilizado pela Unidade, transcrito a seguir:

*“O critério de escolha é definido pela norma Embrapa n.º 037.009.004.002 (norma de estágio), em seu item 7.4 - A área solicitante estabelecerá os critérios de seleção dos candidatos a estágio, entre eles: desempenho acadêmico, análise do currículo e perfil do candidato em relação às atividades a serem desenvolvidas no estágio. A divulgação do processo de estágio ocorre, por meio de informações divulgadas no endereço eletrônico - <http://www.cpac.embrapa.br/rh/estagio>. Adicionalmente, nesse caso específico a*



divulgação do processo foi feito nas duas faculdades de Unai-MG, FACTU e INESC, que tem curso relacionados com a temática do projeto; Os requisitos exigidos para a realização do estágio, conforme norma supracitada são:- O estágio será concedido a estudantes que estejam regularmente matriculados e frequentando uma das seguintes fases da educação escolar: Ensino Fundamental (a partir do 6º ano), Ensino Médio, Educação Profissional e Tecnológica, Ensino Superior e Pós-graduação, incluindo a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos; - A concessão de estágio está condicionada à prévia celebração de convênio com a IE, no qual estejam estabelecidas as condições para realização de estágios, bem como a sua vigência, renovável mediante aditivo; - Possuir idade mínima de 16 anos. A jornada de atividade em estágio é estabelecida em norma, no caso dos estudantes do projeto 06.09.06.004.00.00 é definida pelo item 8.3, alínea b, sendo de 30 (trinta) horas semanais; O valor da bolsa e seus critérios para definição de valores são definidos pela chefe-geral da UD, conforme determina o item 6.12.1 da norma de estágio, na Embrapa Cerrados o valor atual da bolsa para estagiários com carga horária de 30 (trinta) horas semanais é de R\$ 666,00.”

### 2.2.2.5 CONSTATAÇÃO

**Atraso na apresentação de relatórios em sistema de informações relativo a Projeto de Pesquisa e descentralização de recursos para Projetos de Pesquisa com relatórios em atraso.**

#### Fato

Em consulta realizada no Sistema IDEARE relativamente aos Projetos de Pesquisa 06.09.01.001.00.00 – “Manejo da agrobiodiversidade com enfoque agroecológico em comunidades de pequenos agricultores”, 06.09.06.004.00.00 – “Monitoramento e avaliação de espaços coletivos para a construção social dos mercados pela agricultura familiar de Unai – MG” e 02.09.01.013.00.00 – “Transformação genética de algodão, cana-de-açúcar, feijão, milho e soja com construções gênicas contendo o gene DREB2A visando a tolerância à seca”, foram constatados os seguintes atrasos quanto à entrega dos Relatórios:

**Quadro – Limites para conclusão de Relatórios.**

Projeto	Descrição	Meses	Data Limite	Data Conclusão	Atraso (dias)
06.09.01.001.00.00	Relatório Semestral	30	1/5/2012	14/9/2012	136
06.09.06.004.00.00	Relatório Semestral	18	1/3/2012	1/6/2012	92
	Relatório Anual	24	1/9/2012	26/12/2012	116
	Relatório Semestral	30	1/3/2013	6/5/2013	66
02.09.01.013.00	Relatório Anual	24	1/1/2012	24/4/2012	113
	Relatório Semestral	30	1/7/2012	14/8/2012	44
	Relatório Anual	36	1/1/2013	11/7/2013	191
	Relatório Semestral	42	1/7/2013	—	>71

Fonte: IDEARE

Segundo o disposto no Sistema Embrapa de Gestão – SEG – “Esclarecimentos sobre preenchimento e acompanhamento de relatórios gerenciais de Projetos em execução no IDEARE”, é importante que o líder do Projeto atente para as datas limites, visto que se houver atraso em qualquer relatório, o sistema bloqueará automaticamente a autorização de descentralização dos recursos pela DAF, ou seja, projetos com relatórios em atraso não receberão recursos. Porém, verificou-se a realização dos seguintes repasses no segundo quadrimestre do exercício de 2012, período em que havia relatórios em atraso, a saber:



**Quadro – Movimentação de Créditos à Embrapa CPAC no âmbito dos Projetos 06.09.01.001.00.00 e 06.09.06.004.00.00**

Nº da N.C*	Data de Emissão	Observação	Valor (R\$)
003224	8/5/2012	IDEARE. Segundo Quadrimestre. CUSTEIO. COD SEG.02.11.05.014.00.00/ 03.10.01.037.00.00/06.09.01.001.00.00/06.09.06.004.00.00/06.11.01.001.00.00	96.220,24
007251	31/8/2012	IDEARE. CUSTEIO. COD SEG 06.09.01.001.00.00 3º Quadrimestre.	35.046,00
007252	31/8/2012	IDEARE. CUSTEIO. COD SEG 06.09.06.004.00.00 3º Quadrimestre.	38.718,00

Fonte: Siafi.

\*Notas de Crédito emitidas pela Unidade Gestora 135.037 - Embrapa Sede (Coordenadoria de Orçamento e Finanças).

**Quadro – Movimentação de Créditos à Embrapa Agroenergia no âmbito do Macroprograma 2, no qual o Projeto 02.09.01.013.00.00 está inserido.**

Nº da N.C*	Data de Emissão	Observação	Valor (R\$)
000013	5/1/2012	CUSTEIO MP 1ºQD -50%- MP2=R\$ 208.928,21; MP3 = 4.000,00	212.928,21
001134	14/2/2012	IDEARE -1ºQD-50%/CUSTEIO-; MP2= 208.928,21; MP3= R\$ 4.000,00	212.928,21
006945	30/8/2012	IDEARE -3ºQD- CUSTEIO- MP1=R\$ 17.554,30; MP2=77.667,74;MP3= R\$ 21.000,00	116.222,04
000061	8/8/2013	IDEARE CUSTEIO - 1º quadrimestre - liberação referente a janeiro MP1= R\$ 37.898,98 ; MP2= R\$ 57.138,93 ;MP3= R\$ 6.875,00;MP5= R\$ 450,00 ;	102.362,91
001942	6/3/2013	IDEARE CUSTEIO - liberação referente saldo 1º quadrimestre MP2= R\$206.621,24 MP3= R\$ 29.216,45 TOTAL= R\$ 235.837,69	235.837,69
001943	6/3/2013	IDEARE CUSTEIO - liberação referente saldo 1º quadrimestre MP2= R\$ 727.571,76 MP3= R\$ 33.955,45TOTAL= R\$ 761.527,21	761.527,21
004708	21/5/2013	IDEARE CUSTEIO - 2º quadrimestre MP1= R\$ .500,00 ;MP2= R\$ 116.215,56;	116.715,56
004709	21/5/2013	IDEARE CUSTEIO - 2º QUADRIMESTRE MP1= R\$ 19.899,00 ;MP2= R\$ 325.667,73; MP3= R\$ 29.789,16;	375.355,89
004820	21/5/2013	IDEARE INVESTIMENTO - 1º quadrimestre MP2= R\$ 94.000,00 ; MP3= R\$ 7.200,00; MP4=	101.200,00
006146	2/7/2013	IDEARE CUSTEIO - 2º quadrimestre_ - _ 2ª liberação MP2= R\$ 125.848,50;	125.848,50
008312	10/9/2013	IDEARE CUSTEIO - 3º quadrimestre MP1= R\$1.000,00 ;MP2= R\$ 69.667,48 ;	70.667,48

Fonte: Siafi.

\*Notas de Crédito emitidas pela Unidade Gestora 135.037 - Embrapa Sede (Coordenadoria de Orçamento e Finanças).

Obs.: A relação apresentada acima não é exaustiva.

As descrições das Notas de Créditos emitidas para a Embrapa Agroenergia não contemplam os códigos dos projetos, especificando o valor descentralizado somente por macroprograma. Entretanto, ao analisar a planilha de controle financeiro dessa Unidade referente ao Projeto 02.09.01.013.00.00 no ano de 2012, confirmou-se que as NC's 000013, 001134 e 006945 descentralizaram recursos para o Projeto, mesmo este estando



com relatórios em atraso. Os valores creditados para o Projeto foram, respectivamente, R\$ 45.000,00, R\$ 45.000,00 e R\$ 41.600,00.

Além disso, é importante registrar que o Relatório Anual de 36 meses do Projeto 02.09.01.013.00.00 foi apresentado em atraso, mas não foi aprovado pelo gestor do macroprograma.

### **Causa**

Fragilidades nos controles quanto ao cumprimento dos prazos para entrega de Relatórios e quanto à ausência de mecanismo de bloqueio automático no Sistema IDEARE dos recursos a serem descentralizados para os projetos.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em reuniões e interlocuções realizadas com os gestores do IDEARE durante o período de auditoria, foi informado que o Sistema acusa o atraso na apresentação de relatórios e os Líderes de Projeto são informados quanto aos atrasos e quanto a possíveis não descentralizações de recursos pelo Departamento de Administração Financeira (DAF). Nesse sentido, segue trecho do Documento *“Esclarecimentos sobre preenchimento e acompanhamento de relatórios gerenciais de Projetos em execução no IDEARE”*:

*“(…) As datas limites para apresentação dos relatórios são estipuladas automaticamente pelo sistema, de acordo com a data de início e duração do projeto, sendo um relatório a cada 6 meses.*

*É muito importante que o líder atente para as datas limites de conclusão dos relatórios, pois se houver qualquer relatório em atraso, o sistema bloqueia automaticamente a autorização de descentralização dos recursos pelo DAF, ou seja, projetos com relatórios em atraso não receberão recursos.”*

Após a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, assim como em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar, não foram agregados fatos novos pela Embrapa.

### **Análise do Controle Interno**

A descentralização de recursos mesmo com o atraso da apresentação de relatórios referentes aos Projetos 06.09.01.001.00.00, 06.09.06.004.00.00 e 02.09.01.013.00.00 corroboram o entendimento de que há fragilidades de controles no uso do Sistema IDEARE para gestão de Projetos, principalmente quanto à ausência de bloqueio automático da descentralização de crédito. Além disso, observa-se fragilidade de controles, pelos líderes dos projetos, quanto ao cumprimento dos prazos para apresentação dos relatórios.

Durante Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 12/09/2013, foi informado que, a desde fevereiro de 2013, o “travamento” da descentralização de recursos está sendo realizado de forma automática pelo Sistema, quando os relatórios estão em atraso, e somente o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento – DPD pode autorizar a descentralização mediante solicitação do líder do projeto. Observa-se



assim que, mesmo previsto no Sistema Embrapa de Gestão - SEG – no Documento “*Esclarecimentos sobre preenchimento e acompanhamento de relatórios gerenciais de Projetos em execução no IDEARE*”, o bloqueio automático ainda não estava sendo uma prática no gerenciamento dos projetos durante o exercício de 2012.

Em que pese a configuração do IDEARE ter sido adequada aos princípios do SEG quanto à descentralização de recursos, a constatação será mantida para possibilitar o monitoramento dessa implementação. Além disso, é importante que conste do Sistema a devida motivação quando ocorrer a liberação de recursos pelo DPD, para os projetos com relatório em atraso.

Quanto a não aprovação do Relatório Anual do Projeto 02.09.01.013.00.00, não foram encontrados registros formais de sua consequência e medidas que devem ser adotadas pelos líderes dos projetos para adequação do Projeto.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: Elaborar rotinas que fortaleçam os controles do cumprimento dos prazos para entrega dos relatórios dos Projetos de Pesquisa, como comunicação com os Líderes de Projeto (e-mail, telefone, alertas via IDEARE, etc.), exigência de justificativas para atraso, etc.

Recomendação 2: Fazer constar no IDEARE campo para motivar a autorização excepcional de recursos para projetos com relatórios em atraso.

Recomendação 3: Cumprir, doravante, o disposto no Sistema de Gestão da Programação - SEG no Documento "Esclarecimentos sobre preenchimento e acompanhamento de relatórios gerenciais de Projetos em execução no IDEARE", quanto ao não repasse de recursos aos projetos que possuam relatórios em atraso.

Recomendação 4: Incluir no Sistema Embrapa de Gestão - SEG, no Documento "Esclarecimentos sobre preenchimento e acompanhamento de relatórios gerenciais de Projetos em execução no IDEARE", as consequências da não aprovação dos relatórios, a fim de reforçar a importância de seu adequado preenchimento pelos líderes de projeto.

### **2.2.2.6 CONSTATAÇÃO**

**Desatualização de informações e registro de relatório com status de Concluído, embora estivesse sem preenchimento em sistema informatizado que contém dados de Projetos de Pesquisa.**

#### **Fato**

Em consulta realizada no Sistema IDEARE, quanto ao Projeto 06.09.01.001.00.00 – “*Manejo da agrobiodiversidade com enfoque agroecológico em comunidades de pequenos agricultores*”, embora o Relatório Anual, do último ano, esteja com a situação “Concluído”, constatou-se a desatualização de informações dos seguintes resultados:

**Quadro – Resultados desatualizados no IDEARE**

<b>Tipo</b>	<b>Identificação</b>	<b>Qtd Planejada</b>	<b>Qtd Atingida</b>	<b>Descrição do resultado obtido e sua(s) forma(s) de entrega</b>
-------------	----------------------	----------------------	---------------------	---



“Produção Técnico-Científica → Artigo em Anais Congresso/Nota Técnica	Manejo de agroecossistemas avaliados	1	0	Amostragens realizadas, análises parcialmente concluídas, <b>havendo bioensaios em andamento.</b>
Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem → Curso Oferecido	Agricultores e técnicos capacitados sobre indicadores de sustentabilidade	4	3	A atividade foi alterada enfocando os atributos de fertilidade e microbiologia dos solos. Houve capacitação e participação dos agricultores nos métodos de amostragem, durante as atividades práticas, não tendo sido realizado curso formal. <b>Pretende-se, ao finalizar bioensaios e análises</b> , realizar reuniões de restituição de resultados e organizá-los na forma de publicação.

Fonte: IDEARE

Quanto ao Relatório Anual de 36 meses, com data limite 01/11/2012, embora esteja com o status de “Concluído” no IDEARE, foi verificado que não foi preenchido pelo responsável do Projeto.

### Causa

Fragilidades nos controles da inserção e atualização das informações no Sistema IDEARE.

### Manifestação da Unidade Examinada

Questionada quanto à apresentação de Relatório Final com a existência de resultados ainda não concluídos, a Entidade manifestou-se, por meio do Documento s/n, enviado em 04/09/2013 conforme transcrito a seguir:

*“Todos os resultados foram obtidos: coletas de informação, bioensaios, análises, reuniões. O que se encontra pendente são as publicações, todas em fase de elaboração, sendo que aquelas previstas para ‘anais de congresso’ serão apresentadas em publicações da Série Embrapa.*

(...)

*b) Produção técnico-científica: artigo em anais de congresso/nota técnica: refere-se à avaliação de manejo dos agroecossistemas. As análises e bioensaios foram concluídos e os dados obtidos. A elaboração da publicação está em andamento”.*

Após a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, assim como em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar, não foram agregados fatos novos pela Embrapa.

### Análise do Controle Interno

Os Resultados “Produção Técnico-Científica → Artigo em Anais Congresso/Nota Técnica” e “Transferência de Tecnologia e Promoção da Imagem → Curso Oferecido”



apresentados na manifestação da Unidade examinada ratificam a desatualização dos resultados inseridos no IDEARE.

O Relatório Anual de 36 meses sem preenchimento, embora esteja na situação de “Concluído”, corrobora o entendimento de existência fragilidades nos controles de uso do Sistema IDEARE para gestão de Projetos. Essa falha de controle pode ensejar na descentralização de recursos trimestrais a Projetos com relatórios tidos como “Concluídos”, mas sem informações reais e/ou com informações desatualizadas, o que vai de encontro ao previsto no Sistema de Gestão da Programação – SEG – no Documento “*Esclarecimentos sobre preenchimento e acompanhamento de relatórios gerenciais de Projetos em execução no IDEARE*”.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: Fortalecer os controles quanto à inserção de dados no Sistema IDEARE, por meio de fluxogramas e procedimentos que impeçam a elaboração de Relatório Final com resultados pendentes.

Recomendação 2: Elaborar e implementar no Sistema IDEARE critérios de validação que impeçam a situação “Concluído” a Relatórios que não apresentem as informações mínimas necessárias.

### **2.2.2.7 CONSTATAÇÃO**

**Realização de atividades antes do período vigência do Projeto de Pesquisa e informações constantes de sistema de controle de projetos incompatíveis com a real execução das atividades.**

#### **Fato**

O Projeto de código SEG 06.08.06.006.00.00 - “*Melhoria da produção, processamento e comercialização de queijo de coalho de agricultores familiares nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte*”, liderado pelo Centro Nacional de Pesquisa de Agroindústria Tropical, iniciou-se em 01/09/2009, sendo prevista a realização de 5 Cursos de Boas Práticas Agrícolas (BPA), os quais foram realizados de acordo com o Sistema IDEARE, entretanto foi verificada a inclusão de atividades anteriores ao início do Projeto.

Desta forma em função das atividades – Cursos de Boas Práticas Agrícolas (BPA) – terem sido indevidamente incluídas no IDEARE foi possível cumprir a quantidade de cursos planejada para o atingimento do resultado previsto. Assim, o resultado apresentado no Sistema IDEARE não estaria condizente com a realidade.

#### **Causa**

Fragilidade nos controles dos resultados apresentados.

#### **Manifestação da Unidade Examinada**

A Unidade se manifestou mediante o Documento sem número, enviado em 05/09/2013, apresentando o quadro transcrito a seguir:





**Quadro – Cursos de BPA realizados durante o projeto de acordo com o CNPAT.**

Nº	Curso	Local	Pessoas	Horas
<b>2007</b>				
1	Boas Práticas Agrícolas na Bovinocultura de Leite em Agroindústria Familiar	Tauá/CE	20	32
2	Boas Práticas Agrícolas na Bovinocultura de Leite em Agroindústria Familiar	Tauá/CE	20	24
3	Boas Práticas Agrícolas na Bovinocultura de Leite em Agroindústria Familiar	Tauá/CE	20	24
4	Boas Práticas Agrícolas na Bovinocultura de Leite em Agroindústria Familiar	Independência/CE	25	31
5	Boas Práticas Agrícolas na Bovinocultura de Leite em Agroindústria Familiar	Independência/CE	22	25
<b>2011</b>				
6	Boas Práticas Agrícolas na Bovinocultura de Leite em Agroindústria Familiar	Cruzeta/RN	25	24
7	Boas Práticas Agrícolas na Bovinocultura de Leite em Agroindústria Familiar	Parnaíba/PI	18	25
	<b>Total</b>		<b>150</b>	<b>185</b>

Fonte: Documento sem número, enviado em 05/09/2013.

Após Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, e em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar, a Empresa informou, por meio do Documento C.PR nº 218/2013, de 24/09/2013, o que segue:

*“Os cinco Cursos de Boas Práticas Agrícolas na Bovinocultura de Leite em Agroindústria Familiar, dos quais três realizados em Tauá-CE e dois em Independência-CE, são resultados do projeto "Melhoria da Produção, Processamento e Comercialização do Queijo Coalho de Agricultores Familiares de Tauá-CE", conforme Convênio assinado entre a Embrapa Agroindústria Tropical e o Banco do Nordeste do Brasil. O motivo dos mesmos constarem erroneamente na lista de resultados do projeto em questão (06.08.06.006.00.00 - "Melhoria da produção, processamento e comercialização de queijo de coalho de agricultores familiares nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte") é que esse último é uma continuação do projeto firmado anteriormente com o BNB, sendo que muitas atividades dos mesmos eram complementares. As despesas para a realização de cada curso (duração média de 24 horas -3 dias) àquela época foram de: Despesas com 2 lanches, água mineral e café para os participantes R\$ 850,00; Despesas com almoços para os participantes R\$ 935,00; Material de consumo para realização do curso R\$ 765,00; Despesas com hospedagem da coordenação e instrutor R\$ 240,00; Despesas com combustível R\$ 200,00, num total de R\$ 2.990,00; ainda sobre o assunto, entende-se que não há necessidade de estorno de gastos, visto que os cursos erradamente informados no projeto 06.08.06.006.00.00 foram realizados em outro projeto anterior, com outros recursos”.*

**Análise do Controle Interno**

O gestor apresenta na sua manifestação um quadro que contém a listagem de 7 cursos realizados sobre a temática de Boas Práticas Agrícolas na Bovinocultura de Leite em Agroindústria Familiar. Dado que o Projeto iniciou-se em 01/09/2009, não há como serem considerados pertencentes ao referido Projeto os 5 cursos listados ocorridos no ano de 2007. Dessa forma, podem ser considerados como cursos efetivamente implementados por meio do Projeto 06.08.06.006.00.00 somente os seguintes:



**Quadro – Cursos de BPA realizados durante o período do projeto.**

N	Curso	Local	Pessoas	Horas
1	Boas Práticas Agrícolas na Bovinocultura de Leite em Agroindústria Familiar	Cruzeta/RN	25	24
2	Boas Práticas Agrícolas na Bovinocultura de Leite em Agroindústria Familiar	Parnaíba/PI	18	25
	<b>Total</b>		<b>43</b>	<b>49</b>

Fonte: Documento sem número, enviado em 05/09/2013.

Como a quantidade planejada de cursos de BPA a serem realizados eram 5, verifica-se que o resultado alcançado não foi o esperado, apesar de no Sistema IDEARE constar que o resultado foi atendido com a realização de 6 cursos em razão de terem sido considerados cursos realizados anteriormente ao início de vigência do Projeto.

Quanto à manifestação da Empresa realizada após envio do Relatório de Auditoria Preliminar, o gestor informa que os 5 cursos realizados no ano de 2007 pertencem a outro projeto. Não obstante permanece a situação de pendência do resultado não alcançado em desacordo com a informação presente no IDEARE.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: Informar em qual Projeto estão associados os Cursos de Boas Práticas Agrícolas na Bovinocultura de Leite em Agroindústria Familiar, realizados antes de 01/09/2009, bem assim os custos incorridos para realização dos mesmos.

Recomendação 2: Preencher IDEARE com as informações reais sobre a execução do Projeto 06.08.06.006.00.00, relativas ao resultado dos cursos oferecidos sobre BPA e incluir as justificativas para o não atingimento do resultado planejado.

### **2.2.2.8 CONSTATAÇÃO**

#### **Ausência de avaliação de impacto da realização de projetos, limitando a percepção dos efeitos e viabilidade dos ensinamentos divulgados.**

##### **Fato**

Com relação ao Projeto de código SEG 04.11.01.018.00.00, que possui como título: “Rede de intercâmbio e transferência de conhecimentos e tecnologias agroflorestais na Amazônia”, liderado pelo Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental, foi verificado a ausência de avaliação dos impactos dos treinamentos já realizados e a falta de previsão de avaliação dos impactos dos treinamentos a realizar.

O conceito de impacto de uma ação educacional refere-se, basicamente, aos efeitos produzidos pelo treinamento nos níveis de desempenho subsequente dos participantes em tarefa similar àquela aprendida por meio do programa educacional.

A ausência de uma avaliação de impacto impossibilita a EMBRAPA de verificar que os esforços dispendidos não se perderam com a dispersão do conhecimento ao final da sua ação educacional.

##### **Causa**



Fragilidade na retroalimentação do Projeto de Pesquisa, impossibilitando o diagnóstico dos resultados alcançados pela ação da EMBRAPA.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

A Unidade se manifestou mediante o Documento sem número, enviado em 09/09/2013, conforme transcrito a seguir:

*“Este tipo de levantamento não é objeto ou objetivo deste Projeto.”*

Após Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, e em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar, a Empresa informou, por meio do Documento C.PR nº 218/2013, de 24/09/2013, o que segue:

*“O projeto Rede de intercâmbio e transferência de conhecimentos e tecnologias agroflorestais na Amazônia – RETAF (04.11.01.018.00.00) propõe-se a promover a atualização tecnológica de técnicos extensionistas rurais, por meio do modelo ‘aprender fazendo’, sem, contudo, desconsiderar estratégias de avaliação de efetividade, muito embora de maneira diferenciada da recomendada por essa CGU. Dentre as estratégias de avaliação de efetividade já contempladas no projeto em questão, vale destacar: a) Implantação, de forma participativa, de Unidades Demonstrativas que possibilitam aos treinandos desenvolver práticas de campo durante a realização dos cursos, oportunidade em que são empregadas uma ou mais tecnologias estudadas durante os eventos de capacitação; b) Elaboração, pelos técnicos capacitados, de três propostas coletivas, por curso (por ano), de projetos de desenvolvimento baseados nas tecnologias trabalhadas nos treinamentos; c) Criação de um fórum virtual, por meio do qual são promovidos debates técnicos sobre os temas foco dos eventos de capacitação, contribuindo desta forma a fixação dos conteúdos discutidos nos formatos tradicionais de compartilhamento de conhecimento. Além disso, a estratégia estabelecida para a execução do projeto inclui ainda a produção de materiais didáticos sobre a transferência de tecnologias agroflorestais para agentes extensionistas, com base nas experiências do projeto. Com essa iniciativa, pretende-se permitir que a experiência seja replicada em outros estados brasileiros. Por meio da estratégia proposta, acredita-se que os profissionais treinados no âmbito do projeto estarão preparados para ampliar sua atuação na bacia amazônica por meio do repasse de conhecimentos para outros grupos, elevando o alcance da tecnologia agroflorestal como alternativa de recuperação de áreas alteradas, combate à pobreza e perda da biodiversidade.”*

### **Análise do Controle Interno**

O gestor informa na sua manifestação não ser objeto do Projeto uma avaliação da efetividade dos treinamentos aos técnicos extensionistas rurais. Entretanto, por meio do ambiente virtual - composto de fórum agroflorestal, sistema de reuniões e bases de dados - que será disponibilizado aos alunos treinados, será possível realizar essa avaliação da efetividade, que complementaria a avaliação de satisfação programada ao final de cada treinamento.

Considerando a importância da avaliação de impacto para a Empresa, no intuito de avaliar o benefício disponibilizado para o público alvo e a viabilidade dessa avaliação ser realizada, verifica-se a vantagem para a Embrapa em acrescentar essa avaliação ao objetivo do Projeto.



Quanto à manifestação da Empresa realizada após envio do Relatório de Auditoria Preliminar, cabe esclarecer que as ações que já ocorreram ou que venham a ocorrer durante o projeto - como a implantação, de forma participativa, de Unidades Demonstrativas e a elaboração, pelos técnicos capacitados, de propostas coletivas - apesar de fortalecerem o aprendizado, não podem ser consideradas como avaliações de impacto. Quanto ao fórum virtual, esse possui o potencial para que seja realizada a avaliação da efetividade dos treinamentos.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: Incluir avaliações de efetividade ao final das atividades realizadas, principalmente nas atividades que geram as maiores despesas.

Recomendação 2: Incluir avaliações de efetividade junto aos alunos treinados ao longo do projeto por meio dos ambientes virtuais previstos no respectivo projeto.

### **3 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

#### **3.1 Administração da Unidade**

##### **3.1.1 AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS**

###### **3.1.1.1 CONSTATAÇÃO**

#### **Quantitativo de recomendações pendentes de atendimento integral superior a 25% e morosidade no atendimento às recomendações da CGU.**

#### **Fato**

Em análise às providências adotadas pela EMBRAPA com relação a 74 de 143 recomendações efetuadas pela CGU no Relatório nº 201109072, referente à Auditoria Anual de Contas de 2010, tendo em vista que o TCU não relacionou a Empresa para apresentar processo de contas referente ao exercício de 2011, foi verificado que 48 recomendações, equivalente a 64,9%, ainda estão pendentes de atendimento. Foram consideradas informações apresentadas pela EMPRAPA no Plano de Providências Permanente, no Relatório de Gestão/2012 e em respostas apresentadas em razão de Solicitações de Auditoria. O Quadro seguinte resume a situação da implementação das recomendações.

**Quadro - Recomendações de 2010**

<b>Status das Recomendações</b>	<b>Relatório de Auditoria nº 201109072</b>	<b>%</b>
<b>Atendidas</b>	26	35,1
<b>Parcialmente atendidas</b>	21	28,4
<b>Não atendidas</b>	27*	36,5
<b>Total de recomendações analisadas</b>	74	100%

Fonte: Plano de Providências Permanente-PPP



\*Três recomendações referem-se à ocorrência de situações futuras, não sendo possível a verificação da implementação.

Verificou-se ainda que, devido à falta de tempestividade da Unidade no atendimento às recomendações, 3 (itens 2.1.4.1 e 3.5.1.1 do Relatório nº 201109072) tornaram-se inexequíveis em razão do término da validade de concurso, Edital nº 05/2006, e término das vigências dos Contratos nº 13600.08/0026-4 e nº 13600.11/0024-4. Elas foram computadas no percentual de pendências, entretanto, não serão mais objeto de análises posteriores.

Dentre as recomendações pendentes de atendimento, ressaltam-se aquelas referentes à apuração de responsabilidade. Do total de 12 recomendações, somente uma foi considerada atendida em razão de a Empresa ter comprovado seu descabimento. Quanto às demais recomendações nesse sentido, embora as portarias de instauração dos processos apuratórios (sindicâncias) datem do final de 2011, ainda não há conclusões consistentes.

### **Causa**

Falta de priorização pelas Unidades da Embrapa ao atendimento às recomendações da CGU e ausência de rotina de acompanhamento dessas recomendações.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Por intermédio C.AUD.CPA nº 53/2013, a Assessoria de Auditoria Interna informou quanto à sua rotina de acompanhamento das determinações emanadas pela CGU:

“(…) acompanhamos os **trâmites das documentações** até o atendimento das recomendações; e quando da realização de auditorias de campo, passaremos, a partir da presente data a fazer um follow up quanto ao cumprimento do atendimento das referidas recomendações/determinações.” (Grifo nosso)

Após a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, assim como em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar, não foram agregados fatos novos pela Embrapa.

### **Análise do Controle Interno**

Observa-se que o atendimento às recomendações da CGU não tem sido prioritário pela Embrapa devido ao tempo decorrido e o baixo percentual de implementação.

Além disso, nota-se que o acompanhamento realizado pela Assessoria de Auditoria Interna – AUD/EMBRAPA baseia-se apenas no trâmite documental, não sendo efetivo para a implementação das recomendações, apesar da seguinte previsão regimental determinada pela Deliberação nº 15/2010:

*“1. Aprovar as atribuições, a finalidade e a estrutura organizacional da Assessoria de Auditoria Interna – AUD, conforme disposto nesta Deliberação.*

(…)

*3. Finalidades:*

(…)



f) acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União – TCU”

Nesse sentido, a AUD se manifestou que, doravante, irá cumprir com a referida determinação de seu Regimento Interno, mesmo assim, a recomendação será mantida a fim de monitoramento pela CGU.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: Elaborar rotinas de modo que as Unidades da Embrapa sejam orientadas a cumprir às recomendações da CGU.

Recomendação 2: Acompanhar a implementação das recomendações da CGU, cobrando respostas e ações efetivas para sanar as pendências verificadas, de modo a se cumprir as atribuições regimentais da Assessoria de Auditoria Interna - AUD/EMBRAPA.

### **3.1.2 Plano de Negócios**

#### **3.1.2.1 CONSTATAÇÃO**

#### **Ausência de registros no Sistema de Custos - SIC por Unidades descentralizadas da Embrapa.**

##### **Fato**

Com relação aos procedimentos para apuração de custos das atividades desenvolvidas, dos produtos, tecnologias e serviços gerados pela Embrapa, face ao art. 50, parágrafo 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), a empresa instituiu o Sistema de Custos – SIC. Entretanto, a partir de relatórios extraídos do referido Sistema com relação a 11 Unidades descentralizadas, observou-se a ausência de registros, conforme apresentado no Quadro seguinte:

**Quadro –Situação dos registros no SIC.**

<b>Unidade da Embrapa</b>	<b>Registros no SIC</b>
Embrapa Agroenergia - CNPAE	A partir de 2013
Embrapa Caprino e Ovinos - CNPC	Atualizados até julho/2012
Embrapa Agroindústria Tropical – CNPAT	Atualizados até fevereiro/2012
Embrapa Cerrados - CPAC	Atualizados até julho/2012
Embrapa Agrossilvipastoril - CPMAT	A partir de 2013

Fonte: Resposta à Solicitação de Auditoria 201305827/10

De acordo com o Manual de Operacionalização do Sistema, os lançamentos dos custos no SIC devem ser mensais, cujo cronograma de fechamento definirá o último dia do mês seguinte como data limite para o fechamento do mês anterior.

##### **Causa**

Orientação insuficiente às Unidades quanto à importância das informações inseridas e geradas pelo SIC.

#### **Manifestação da Unidade Examinada**



Mediante M.DAF.CH. N° 28/2013, o Departamento de Administração Financeira, responsável pelo SIC, informou o que segue:

**“02.09.01.013.00.00 – Embrapa Agroenergia – CNPAE – Por ser uma unidade recém criada, somente em 2013 é que esta unidade está iniciando a inserção dos dados no SIC.**

**02.09.01.024.00.00 – Embrapa Caprinos – CNPC – Está em atraso em relação à inserção dos dados de 2012. A unidade está atualizando os dados de 2013 e assim que concluir retornará ao ano de 2012 para a conclusão do exercício. Os dados foram lançados até o mês de julho/2012.**

(...). Existe também a participação da Embrapa Agrossilvipastoril – **CPMAT** que somente em 2013 está iniciando a inserção dos dados no SIC.

**06.08.06.006.00.00 – Embrapa Agroindústria Tropical – CNPAT - Está em atraso em relação à inserção dos dados de 2012. A unidade está atualizando os dados de 2013 e assim que concluir retornará ao ano de 2012 para a conclusão do exercício. Os dados foram lançados até o mês de fevereiro/2012.**

(...)

**O CPAC, em atraso em relação à inserção ao exercício de 2012 e assim que concluir retornará ao ano de 2012 para a conclusão do exercício. Os dados foram lançados até o mês de julho/2012.”**

A Embrapa Cerrados, mediante documento s/n° enviado por e-mail no dia 05/09/13, se manifestou quanto ao atraso nos registros do SIC: *“O sistema de custos (SIC) está atualizado até abril de 2013, e estamos trabalhando para atualizar todos os períodos até 30/09/2013, o atraso se deve a diversos fatores, dentre eles, a constante instabilidade do sistema e a liberação pela Embrapa Sede para inserção dos dados, que ocorreu somente em abril para lançamento do ano de 2013.”*

Já a Embrapa Agroenergia, por meio do documento s/n° enviado por e-mail no dia 05/09/13, justificou a ausência de registros conforme a seguir:

*“A Embrapa Agroenergia é uma Unidade nova e o SIC não foi implantado por não ter sido definido como seriam rateadas as despesas, pois a maioria dos gastos é referente aos laboratórios os quais entraram em funcionamento em julho de 2012. Nos dias 15 e 16 de agosto/2013 a equipe do Setor de Gestão Orçamentária e Financeira recebeu treinamento, concedido pelo Departamento de Administração Financeira – DAF da Embrapa, sobre o tema e todas as despesas ocorridas de janeiro a agosto de 2013 estão sendo lançadas, conforme orientações recebidas e de acordo com o Manual de Sistema de Custos da Embrapa - 2010.”*

Após Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, e em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar, a Empresa informou, por meio do Documento C.PR n° 218/2013, de 24/09/2013, o que segue:

*“Como pode ser verificado na Resolução Normativa n° 23/2005, que aprovou o Manual de Custos, o qual define os procedimentos necessários para o acompanhamento, controle e gestão de todas as informações relativas ao processo de custos da Embrapa. Portanto, existem orientações suficientes sobre a importância da utilização do Sistema de Custos para a tomada de decisão. Desde a implantação do Sistema de Custos nas Unidades, o DAF, como Unidade Gestora do sistema, vem promovendo capacitação*



*periódica dos empregados responsáveis pela gestão de custos das Unidades. O DAF apresentou como meta à Diretoria, para os exercícios 2012 e 2013, a integração com os Sistemas Side e Ideare e também a simplificação do processo, visando reduzir o tempo para inserção dos dados no Sistema de Custos.”*

### **Análise do Controle Interno**

A justificativa apresentada pela Embrapa Cerrados diverge da extração realizada no Sistema, pois o relatório gerado somente recuperou dados para a Unidade até julho de 2012. Com relação à Embrapa Agroenergia, apesar de sua criação datar de 2006, a completa finalização da construção de sua sede se deu em 2012, o que levou ao atraso nos registros, sendo iniciado em agosto de 2013, com lançamentos retroativos ao início do ano.

O Sistema de Custos é uma importante ferramenta de decisão para a Embrapa, uma vez que é responsável por gerar informações gerenciais que permitem a avaliação e acompanhamento dos Macroprogramas, Projetos, Planos de Ação, Produtos, Tecnologias e Serviços. Sua metodologia de apuração de custos e sua forma de operacionalização foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 23/2005. Entretanto, observa-se que o Sistema não é devidamente utilizado pelas Unidades da Embrapa, podendo o quantitativo ser ainda maior do que o quantitativo constatado, uma vez que não foi considerada na análise a totalidade de 47 unidades descentralizadas da Embrapa.

Neste contexto, cabe mencionar que a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) prevê, em seu art. 50, parágrafo 3º, que:

*“§ 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.”*

Assim, devido a sua importância gerencial, é necessário integrar, no mais breve prazo, o SIC no processo de gestão institucional da Embrapa, estabelecendo-o como sistema corporativo de uso obrigatório, orientando as Unidades sobre a importância de utilização dessa ferramenta estratégica. Ao mesmo tempo, é importante que a Embrapa estude meios para tornar a atualização do Sistema mais célere de forma a possibilitar maior aderência ao Sistema.

Quanto à manifestação da Empresa realizada após envio do Relatório de Auditoria Preliminar, cabe registrar que a existência do Manual de Custos não está sendo suficiente para a conscientização sobre a importância da utilização do Sistema. Apesar de a Unidade informar que já está promovendo capacitação e que a simplificação do processo foi apresentada como meta à Diretoria, as recomendações serão mantidas para fins de monitoramento.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: Integrar o Sistema de Custos - SIC dentro do processo de gestão institucional da empresa, motivando sua utilização pelas Unidades descentralizadas.

Recomendação 2: Estudar meios de simplificar os lançamentos no SIC, de forma que possibilite a redução do tempo de atualização sem comprometer os tipos e qualidade dos relatórios gerados pelo Sistema.





Recomendação 3: Orientar os empregados designados como responsáveis por operacionalizar o Sistema de Custos sobre a importância de manter as informações atualizadas para a gestão dos Macroprogramas, Projetos, Planos de Ação, Produtos, Tecnologias e Serviços da Embrapa.

## **4 GESTÃO OPERACIONAL**

### **4.1 Programação dos Objetivos e Metas**

#### **4.1.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO**

##### **4.1.1.1 INFORMAÇÃO**

#### **Informação básica da Ação de Governo 20BJ - Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa Agropecuária.**

##### **Fato**

Trata-se da Ação 20BJ - Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa Agropecuária, que tem por finalidade incrementar a carteira de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), com vistas a encontrar soluções aos gargalos tecnológicos como condição essencial para enfrentar, com chances reais de sucesso, os desafios postados para a evolução da produção agropecuária e para o avanço da fronteira do conhecimento.

Esta Ação se insere no contexto do Programa de Governo 1156 - Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio, o qual tem por objetivo de incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos, necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos, o programa contribui diretamente para a Empresa cumprir sua missão de viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.

A implementação da Ação se dá de forma direta pela UG, sendo a sua implementação realizada mediante projetos de PD&I que necessitam de mobilização de equipes multidisciplinares e mult institucionais. Portanto, a ação deverá ser implementada com parceiros de universidades, instituições de pesquisa, organizações governamentais e não-governamentais e atores das próprias cadeias produtivas. O papel de muitos desses parceiros inclui o financiamento parcial ou total dos projetos.

#### **4.1.2 Plano de Negócios**

##### **4.1.2.1 CONSTATAÇÃO**

**Não regulamentação e avaliação do desempenho do Conselho de Administração - CONSAD e da Diretoria-Executiva da Embrapa, determinada na Resolução CGPAR n.º 3 de 31/12/2010 e no Estatuto da Empresa. (Item 2.1 DN 119)**

##### **Fato**



A Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União- CGPAR determinou no item “d” da Resolução n.º 3 de 31/12/2010 que as Empresas Estatais implementem ou aprimorem “*avaliação formal de desempenho da Diretoria e do Conselho de Administração, segundo critérios previstos no respectivo regimento interno, com o objetivo de subsidiar a decisão do acionista a respeito da recondução dos administradores*”. O prazo máximo estabelecido para tal providência foi de um ano a partir da expedição da citada Resolução, nos casos, como no da Embrapa, em que a empresa necessitasse de alteração no respectivo Estatuto, tendo tal prazo findado em 31/12/2011.

O novo Estatuto da Embrapa foi aprovado em junho de 2012, por meio do Decreto n.º 7.766, e elenca entre as atribuições do Conselho de Administração a implementação da avaliação anteriormente mencionada. No entanto, até setembro de 2013, período de realização da presente auditoria, a avaliação de desempenho do CONSAD e da Diretoria da Empresa não fora regulamentada.

### **Causa**

Não priorização, pelo CONSAD, da regulamentação do disposto no inciso XVII do artigo 17 do Estatuto da Empresa.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

A Unidade se manifestou, quanto à situação, por meio da Carta C.CG.PR n.º 203/2013, de 27/08/2013, nos seguintes termos:

*“Quanto à avaliação formal de desempenho da Diretoria e do Conselho de Administração da Embrapa ressalta-se que tais instrumentos de avaliação estão em discussão e análise no Conselho de Administração da Embrapa, conforme Atas do Consad, em anexo.”*

### **Ata da 110ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração - CONSAD da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa (15/06/2012)**

( ... )

**ITEM 7. PROPOSTAS (CONTINUAÇÃO, PAUTA DAS TRÊS ÚLTIMAS REUNIOES).**  
**(A) AUTOAVALIAÇÃO DO CONSAD. (S) AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA DIRETORIA (C) PARECER AJU 38.981 • PROCESSO DE AVALIAÇÃO PARA 2013.**  
*(a) Dando continuidade á discussão relativa à autoavaliação do Consad, os Conselheiros Tereza Colta e Aloísio Melo, apresentaram proposta baseada em modelo elaborado pelo DEST. Inicialmente registraram que a implementação desse processo poderá ocorrer com ou sem a alteração do Estatuto da Embrapa, desde que seja ajustado o Regimento Interno do Conselho e apresentaram as seguintes minutas de Resolução Consad: (a-1) acrescido ao atual Capítulo IX - Alteração e remuneração dos Dispositivos Seguintes: Da Avaliação do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva (Art. 23). Disposições Finais e Transitórias (Art. 24 e 25). (a-2) Institui a avaliação de desempenho do Consad, a ser realizada anualmente, no prazo de até 120 dias, após o término de cada exercício, visando subsidiar a decisão quanto á*



recondução dos seus membros e aprimorar o funcionamento do Conselho. A avaliação terá como instrumento o formulário constante no Anexo I. O processo será coordenado pelo Presidente do Consad, a quem caberá, com o apoio do Secretário, conduzir o processo de avaliação e apresentar os resultados e recomendações para apreciação do Conselho. O Anexo I (escala 1-nunca a 5-sempre). Itens assim agrupados: BLOCO I Funcionamento do Conselho (5 quesitos), Dinâmica das Reuniões (10), Competências Estatutárias do Conselho (14), e Relação do Conselho com a Diretoria-Executiva (10). Considerações sobre a avaliação dos itens anteriores em relação á avaliação de desempenho do Conselho (escala 1-péssimo a 10-excelente ou não se aplica). Espaço para comentar as respostas e fazer sugestões para aprimoramento da atuação do Conselho. BLOCO II Autoavaliação dos Conselheiros (escala 1-nunca a 5-sempre ou não se aplica). Qualificação (1 quesito), Participação (9), Contribuição (3) e Ética (2). Considerações sobre os itens anteriores e a avaliação do desempenho do Conselho (escala 1-péssimo a 1 O-excelente). Espaço para comentar respostas e fazer sugestões de aprimoramento. (s) AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA DIRETORIA. Proposta apresentada pelo Vice-Presidente Pedro Arraes, sugerindo elementos para a avaliação (b-1) Diretor-Presidente e Diretores Executivos, fundamentado em estabelecer, no âmbito do Consad, Comitê de Avaliação composto por subgrupos. (b-2) Avaliação do Diretor-Presidente baseado na análise documental; Análise quantitativa dos indicadores gerais; Questionário aplicado a todos os membros do Consad e ao Ministro do MAPA; Percepção interna e externa (entrevistas). (b-3) Para os Diretores Executivos: Avaliação qualitativa do Diretor-Presidente; Avaliação quantitativa considerados os planos anuais da Embrapa para a Diretoria; Questionários aplicados a dez chefes de unidades centrais e descentralizadas.

Conceituou os elementos dessa avaliação: análise documental; análise quantitativa dos indicadores gerais; e questionários. Propôs apoio técnico-operacional ao Comitê de Avaliação do Consad a ser dado por técnico(s) do Departamento de Gestão de Pessoal da Embrapa, se necessário. Argumentou que essa proposta de metodologia é similar à adotada para avaliar os chefes-gerais dos centros de pesquisa e que seriam escolhidos alguns desses dirigentes para avaliar a Diretoria. (C) PARECER AJU 38.981 - PROCESSO DE AVALIAÇÃO PARA 2013. Com base na Resolução CGPAR nº 3, de 31/12/2010, a Assessoria Jurídica propôs, em síntese: (a) aguardar as alterações a serem efetuadas no Estatuto Social da Embrapa, para dar efetivo cumprimento às diretrizes determinadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR); (b) se aprovada a norma regulamentar para a avaliação de desempenho da Diretoria Executiva e do Consad, em 2012, a avaliação deverá ocorrer em 2013, tendo como ano base 2012, em respeito à irretroatividade de norma jurídica. O Presidente do Consad abriu o assunto para discussão. Registro louvor em relação à qualidade da proposta apresentada pelos conselheiros Aloísio Melo e Tereza Colta. O Vice-Presidente defendeu que a avaliação dos membros da Diretoria Executiva deve ser divulgada, apesar de não haver obrigatoriedade. Decisão: aprovado o modelo proposto, devendo-se aguardar a provação do Estatuto da Embrapa para adequar os atos administrativos pertinentes, incluindo os ajustes a serem feitos no Regimento Interno do Consad, e a elaboração da norma de procedimento para a avaliação da Diretoria Executiva.

#### **Ata da 117ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração - CONSAD da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa (20/02/2013)**

( ... )

4) AVALIAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA - PROPOSTA DE METODOLOGIA. O Conselheiro Maurício Lopes disponibilizou Nota Técnica contextualizando o assunto, a



*partir da determinação da CGPAR, a proposta de metodologia apresentada pelo então Presidente Pedro Arraes, em junho/2012. Considerando as mudanças ocorridas na alta gestão da Embrapa no segundo semestre de 2012; as características da Embrapa como instituição de C&T; a necessidade de acrescentar, no modelo de questionário sugerido pelo DEST, elementos que permitam avaliar a gestão da Embrapa e dos resultados alcançados, foi proposto (a) adotar integralmente o formulário sugerido pelo DEST para avaliação de 2013, ano base 2012, e o prazo de 120 dias, após término do exercício de 2012; (b) avaliação de 2014, ano base 2013, será objeto de estudo e proposição de um novo modelo de questionário de avaliação, em caso de anuência do Consad, a Diretoria apresentará nova proposta em 120 dias. De modo geral, os conselheiros se manifestaram favorável à simplificação de avaliação, endossaram entendimentos ocorridos em reuniões anteriores quanto à preocupação do resultado obtido nessas avaliações, quais os processos que serão retroalimentados, no âmbito do Governo, das instituições fiscalizadoras, das divulgações dos resultados perante os portais das transparências, com isso recomenda-se cautela na utilização de metodologias ou indicadores complexos, utilizando, preferentemente, termos genéricos. Recomendou-se, ainda, avaliar um ciclo (ou ciclos) desse processo e voltar a discutir o assunto, no contexto geral, visto que o processo de avaliação é uma combinação de três Blocos: I - Avaliação do Conselho de Administração; II - Auto avaliação dos Conselheiros; e III - Avaliação da Diretoria Executiva a ser feita por cada Conselheiro. Decisão: (a) adotar o modelo proposto pelo DEST, ajustando no que for devido. (b) Aproveitar e atualizar o Regimento Interno do Consad, considerando o atual Estatuto da Embrapa, aprovado em junho de 2012, e incluir essa demanda dos órgãos governamentais.*

( ... )

Notas:

- a) A reunião de fevereiro 2013 foi a última que teve a figura do presidente, até então o Dr. José Carlos Vaz - secretário-executivo do MAPA;*
- b) O novo presidente do Consad está previsto para ser empossado na reunião de setembro/2013;*
- c) Nessa reunião de set/2013, o assunto deverá ser incluído na pauta, visando a conclusão do mesmo.*

Após a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, assim como em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar, não foram agregados fatos novos pela Embrapa.

### **Análise do Controle Interno**

A manifestação apresentada pela Embrapa, embora evidencie que o CONSAD iniciou a discussão e as tratativas necessárias para implantação de sua própria avaliação e da Diretoria da Empresa, comprova o descumprimento do prazo estabelecido pela CGPAR. A ausência de mecanismos objetivos de avaliação da alta administração da Embrapa dificulta a decisão a respeito da recondução dos administradores da empresa.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: Priorizar a regulamentação do disposto no inciso XVII do artigo 17 do Estatuto da Empresa, promovendo avaliação formal de desempenho da Diretoria e do Conselho de Administração, segundo critérios previstos no respectivo regimento interno, com o objetivo de subsidiar a decisão do acionista a respeito da recondução dos



administradores, atendendo desta forma ao estabelecido no item d da Resolução/CGPAR n.º 3 de 31/12/2010.

#### 4.1.2.2 CONSTATAÇÃO

##### **Vinculação administrativa da Unidade de Auditoria Interna ao Presidente da EMBRAPA em desconformidade ao Decreto n.º 3.591/2000 e à Resolução CGPAR n.º 02 de 31/12/2010.**

##### **Fato**

A Unidade de Auditoria Interna está vinculada ao Diretor Presidente da EMBRAPA conforme consta da Deliberação n.º 15, de 21/10/2010, Boletim de Comunicação Administrativa n.º 44/2010, entretanto, a referida vinculação está em desconformidade com o disposto no artigo 15, § 3º do Decreto n.º 3.591/2000 e, também, com o artigo 1º, alínea “a” da Resolução n.º 02, de 31/12/2010, (publicada no D.O.U de 28/3/2011) da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União -CGPAR), haja vista que os citados normativos determinam a vinculação da citada Unidade ao Conselho de Administração.

##### **Causa**

Interpretação inadequada dos normativos que regulamentam a vinculação da Unidade de Auditoria Interna, levando a falha na elaboração e na aprovação do Regimento Interno da Auditoria Interna, cuja competência é atribuída, respectivamente, à Diretoria da Empresa e ao seu Conselho de Administração, no parágrafo único do artigo 13 do Estatuto da Embrapa.

##### **Manifestação da Unidade Examinada**

A Embrapa apresentou por meio da C.CG.PR n.º 195/2013, quanto ao assunto, a argumentação transcrita a seguir.

*“Em resposta à Solicitação de Auditoria n.º 201605827, de 19 de agosto de 2013, por meio da qual Vossa Senhoria requer a apresentação de justificativa quanto à vinculação administrativa da Unidade de Auditoria Interna ao Presidente da Embrapa, informamos:*

*O item 2 da Deliberação n.º 15, de 21 de outubro de 2010, publicada no Boletim de Comunicações Administrativas n.º 44, de 2010, estabelece que "a Assessoria de Auditoria Interna - AUD, Unidade Central subordinada ao Conselho de Administração da Embrapa CONSAD, vincula-se administrativamente ao Diretor-Presidente e está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal", é responsável pelo assessoramento à Diretoria-Executiva e ao CONSAD na verificação da aderência da aplicação dos dispositivos legais e na execução dos procedimentos internos administrativos e de controle".*

*Verifica-se, pois, que o item 2 da referida Deliberação, trata de três espécies de vinculação: hierárquica, administrativa e técnica. Quanto à vinculação hierárquica, está subordinada ao CONSAD, em conformidade com o que dispõe o art. 15, 3º, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000. Em que pese o normativo interno utilizar a palavra subordinação ao invés de vinculação, trata-se, aqui, de vinculação*



hierárquica. A vinculação hierárquica ou subordinação direta ao CONSAD visa conferir à Auditoria Interna a independência técnica necessária para o desenvolvimento de suas atividades. Registre-se que até mesmo o Decreto n° 3.591/2000, ora utiliza a palavra vinculação ora subordinação. Eis o teor dos 3° e 4° do art. 15 do Decreto n° 3.591, de 2000:

*Art. 15. As unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta vinculadas aos Ministérios e aos Órgãos da Presidência da República ficam sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição.*

*[...]*

*§ 3° A auditoria interna vincula-se ao conselho de administração ou a órgão de atribuições equivalentes.*

*§ 4° Quando a entidade da Administração Pública Federal indireta não contar com conselho de administração ou órgão equivalente, a unidade de auditoria interna será subordinada diretamente ao dirigente máximo da entidade, vedada a delegação a outra autoridade.*

*Deve-se mencionar, ainda, que no organograma da Empresa (anexo) fica clara a vinculação hierárquica da AUD ao CONSAD.*

*Conforme consta no item 2 da Deliberação n° 15/2010, a AUD é administrativamente vinculada ao Presidente. Tal vinculação decorre do fato de os assuntos de cunho meramente administrativo, tais como contratação, folha de ponto, pagamento, promoção, entre outros, concernentes à vida funcional dos empregados, serem tratados pelos órgãos de administração superior da Empresa e não pelo CONSAD. Ademais, a vinculação administrativa ao CONSAD seria impraticável, uma vez que o referido Conselho reúne-se mensalmente, o que inviabilizaria a gestão administrativa dessa Assessoria.*

*Por fim, verifica-se que o regimento interno da AUD, aprovado pela Deliberação n° 15/2010, estabelece que a AUD sujeita-se ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme dispõe o art. 15, caput, do Decreto n° 3.591/2000.”*

Após Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, e em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar, a Empresa informou, por meio do Documento C.PR n° 218/2013, de 24/09/2013, o que segue:

*“De acordo com o Estatuto da Embrapa, aprovado pelo Decreto n. 7.766, de 25 de junho de 2012, a estrutura detalhada da Embrapa e as funções dos órgãos que a compõem são definidas em regimento interno, elaborado pela Diretoria-Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração (art. 13, parágrafo único). Consta, também, do Estatuto da Embrapa que a Empresa é administrada pelo Conselho de Administração, órgão de deliberação superior, e pela Diretoria-Executiva (art. 14, caput), sendo que a Diretoria-Executiva e as unidades centrais da Empresa compõem a Administração Superior, sendo responsáveis por planejar, supervisionar, coordenar e controlar as atividades da Embrapa, além de formular suas políticas (art. 13, inciso II). O Estatuto da Empresa estabelece, também, que cabe ao Presidente da Empresa, entre outras atividades, representar a Embrapa em juízo ou fora dele (art. 21, inciso I); dirigir, coordenar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Empresa, dentro e fora do território nacional, para consecução dos objetivos da Empresa (art. 21, inciso II); e promover a contratação, promoção, licenciamento, transferência, remoção e dispensa de empregados, e a aplicação de penalidades disciplinares (art. 21,*



*inciso VI). Como se vê, as atribuições estatutárias definidas para o Conselho de Administração estão expressamente definidas no estatuto, de forma a definir, com precisão, o papel e as atribuições de cada órgão estatutário e, nessas atribuições, não consta a gestão administrativa de pessoal, que foi estatutariamente atribuída ao Presidente da Empresa. Assim, considerando a sistemática adotada pelo Estatuto da Embrapa quanto à distribuição de atribuições aos órgãos de gestão da Empresa, reforça-se a manifestação anterior no sentido de que a previsão de vinculação administrativa da AUD ao Presidente da Empresa, conforme a Deliberação nº 15, de 21 de outubro de 2010, publicada no Boletim de Comunicações Administrativas nº 44, de 2010, restringe-se à gestão de pessoal, que não é executada pelo Conselho de Administração, pois essa gestão, por imposição da CLT, legislação à qual a Embrapa se submete por força constitucional (art. 173, § 1º, inciso II), refere-se a atividades rotineiras relacionadas ao comparecimento dos empregados ao serviço, ao pagamento de salário, entre outras, as quais dependem de uma verificação diária, o que não é compatível com a atuação do Conselho de Administração, que se reúne ordinariamente a cada dois meses (art. 17, § 1º, do Estatuto da Embrapa). Assim, diante dessas considerações, questionamos essa Auditoria acerca de como atender à eventual recomendação quanto à alteração do regimento interno da AUD em face da necessidade de compatibilização da normatização legal aplicável à Embrapa quanto a seu quadro de pessoal por força constitucional e das disposições estatutárias da Empresa, aprovadas por Decreto editado posteriormente ao Decreto n. 3.591, de 6/9/2000, e à Resolução CGPAR n. 2, de 31/12/2010.”*

### **Análise do Controle Interno**

A manifestação apresentada pela Embrapa corrobora o descumprimento do artigo 15, § 3º do Decreto nº 3.591/2000 e, também, do artigo 1º, alínea “a” da Resolução CGPAR nº 02, no sentido de que tais normativos determinam a vinculação em sentido amplo da Auditoria Interna das empresas estatais aos seus Conselhos de Administração, e não apenas em termos hierárquicos.

A subordinação administrativa da Auditoria Interna da Embrapa à Diretoria da Empresa, na prática, pode limitar a desejável independência de atuação da Unidade de Controle Interno.

Cabe mencionar que somente quando a Administração Pública Federal indireta não contar com conselho de administração ou órgão equivalente, a unidade de auditoria interna será subordinada diretamente ao dirigente máximo da entidade, vedada a delegação a outra autoridade, nos termos do artigo 15, § 4º do Decreto nº 3.591/2000.

Quanto à manifestação da Empresa, realizada após envio do Relatório de Auditoria Preliminar, que pode ser sintetizada na questão colocada no final, ou seja: “*como atender à eventual recomendação quanto à alteração do regimento interno da AUD em face da necessidade de compatibilização da normatização legal aplicável à Embrapa quanto a seu quadro de pessoal por força constitucional e das disposições estatutárias da Empresa, aprovadas por Decreto editado posteriormente ao Decreto n. 3.591, de 6/9/2000, e à Resolução CGPAR n. 2, de 31/12/2010.*”. Diante da questão cumpre enfatizar que a ocorrência se prende ao fato de a Unidade de Auditoria Interna estar



vinculada ao Presidente da EMBRAPA, de acordo com a Deliberação nº 15/2010, quando deveria estar vinculada ao Conselho de Administração, conforme estabelece o Decreto nº 3.591/2000 e a Resolução/CGPAR nº 02/2010, não excetuando desta obrigação a EMBRAPA. Assim, não está sendo discutida a vinculação empregatícia dos componentes da AUD/EMBRAPA, que continuará sendo a mesma, pois não deixarão de ser empregados da EMBRAPA, estando sujeitos a todos os atos da gestão de pessoal da Empresa. O que se deseja com a vinculação ao Conselho é que os atos da Auditoria Interna possam ser corroborados pelo CONSAD, facultando melhores controles, governança e transparência da gestão da Empresa.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: Providenciar as alterações regimentais para adequar a vinculação da Unidade de Auditoria Interna da Embrapa ao Conselho de Administração em cumprimento ao preceituado no artigo 15, § 3º do Decreto nº 3.591/2000 e, também, do artigo 1º, alínea "a" da Resolução CGPAR nº 02, de 31/12/2010.

### **4.1.2.3 INFORMAÇÃO**

#### **Ambiente de Negócios da Embrapa.**

##### **Fato**

As Unidades responsáveis pela apresentação de informações quanto ao ambiente de negócio da Empresa são: Secretaria de Negócios (SNE), Embrapa Produtos e Mercados (SPM), Departamento de Transferência de Tecnologia (DTT), Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento (DPD) e Embrapa Informação Tecnológica (SCT).

A Secretaria de Negócios da Embrapa, criada conforme a Resolução nº 120, de 30/03/2012, tem por finalidade propor orientações normativas, modelos, procedimentos, métodos e mecanismos relativos a negócios, a propriedade intelectual, segurança da informação, e a legislação de inovação tecnológica e aspectos regulatórios correlatos; realizar a gestão administrativa de propriedade intelectual, da política de segurança da informação, respeitada a área de atuação do Departamento de Transferência da Informação (DTI), e da implementação da legislação afeta ao processo de inovação e à regulamentação das atividades e ele correlatas, em especial no que tange à obtenção de licenças, autorizações e registros exigidos pela legislação nacional; realizar ações para o desenvolvimento, na Embrapa, da cultura de negócios, de propriedade intelectual, segurança da informação, inovação tecnológica e seus impactos regulatórios, incluindo o desenvolvimento das competências necessárias; assessorar as Unidades Centrais e Descentralizadas da Embrapa no desenvolvimento de negócios e coordenar o processo de negócios de interesse corporativo; e desenvolver estratégias e propor modelos de interação público-privada, de forma a maximizar o processo de inovação na Embrapa.

A partir das informações prestadas no subitem 2.2 do Relatório de Gestão 2012 e em reuniões com a Unidade, questionou-se a atuação da SNE no ambiente de negócios que a Empresa está inserida.

Em relação às propostas elaboradas, em 2012, pela SNE de orientações normativas, modelos, procedimentos, métodos e mecanismos relativos a negócios, a propriedade intelectual, segurança da informação, e a legislação de inovação tecnológica e aspectos





regulatórios correlatos, foram enviadas cópias de 93 propostas, as quais, segundo a Unidade, não são exaustivas.

Quanto à metodologia adotada para a gestão administrativa de propriedade intelectual, da política de segurança da informação, da implementação da legislação afeta ao processo de inovação e regulamentação das atividades e ele correlatas, a Unidade adotou as seguintes providências:

- Criação de CIBios (Comissão Interna de Biossegurança) e obtenção de CQB (Certificado de Qualidade em Biossegurança), a fim de atender os normativos para Gestão da Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados. Desse modo, 27 de 41 Unidades Descentralizadas da Embrapa estão autorizadas a trabalhar com OGM;
- Elaboração da proposta “Processo de Obtenção de Autorização de Acesso ao Patrimônio Genético ou ao Conhecimento Tradicional Associado”, a qual mapeia todas as autorizações exigidas para o acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado pela Medida Provisória nº 2.186-16 de 2001 e seus regulamentos;
- Processo de gestão de propriedade intelectual e força de trabalho e formação de profissional complementar em propriedade intelectual para profissionais da Embrapa;
- Formulário para avaliação de propostas de projetos em nível de Comitês Locais de Propriedade Intelectual – CLPI;
- Resolução Normativa nº 14, de 08/06/2011, a qual trata de direitos autorais e daqueles que lhe são conexos.

A SNE, em cumprimento às suas atribuições regimentais, prestou assessoramento às Unidades Centrais e Descentralizadas da Embrapa no desenvolvimento de negócios, em sua maioria por meio do correio eletrônico.

A Embrapa Produtos e Mercados (SPM) tem como missão institucional “*implantar as estratégias e ações de produção, promoção, comercialização e licenciamento de ativos pré-tecnológicos e tecnológicos desenvolvidos pelos programas de melhoramento vegetal e animal da Embrapa, destinados ao desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira, em benefício da sociedade brasileira*”.

Dessa forma, a SPM foi instada a se manifestar quanto às estratégias de produção, promoção, comercialização e licenciamento de ativos, adotadas em 2012, tendo informado o seguinte:

*“Estratégias de Produção: planeja-se anualmente a produção de sementes e outros propágulos nos meses que antecedem a safra agrícola para definir metas e estratégias de produção. A programação é baseada na demanda de mercado e dos licenciados da Embrapa.*

*Estratégias de Promoção: para um lançamento de um cultivar, a Embrapa realiza promoção em eventos técnicos e divulga em diversos veículos de mídia.*



*Estratégias de Comercialização: a Embrapa comercializa materiais básicos das cultivares das quais é mantenedora para produtores licenciados e não-licenciados, de acordo com a legislação sobre produção e comercialização de sementes ou propágulos. Estratégias de Licenciamento: os licenciados são selecionados por meio de Edital de Oferta Pública, seguindo critérios de qualificação jurídica, fiscal e técnica”.*

Para análise dos pontos críticos das estratégias adotadas pela SPM, a Unidade informou que realiza análise de série histórica do volume comercializado de sementes básicas e propágulos das cultivares, bem como análise das tendências de mercado para cada espécie nas regiões do país. Essas informações direcionam o planejamento de produção e as estratégias de posicionamento no mercado, de materiais genéticos registrados e protegidos, além de orientar o programa de pesquisa e desenvolvimento de novas cultivares/variedades da Embrapa (para produção e lançamento de novos materiais genéticos). Embora a Unidade monitore a estratégia por meio do *feedback* das tendências de mercado e atue tempestivamente para sanar eventuais fragilidades, os resultados dessa atuação, em geral, não são obtidos em curto prazo, visto que a produção de sementes e propágulos ocorre em períodos específicos do ano.

Sobre a participação nos programas governamentais de apoio à agricultura familiar, em nível Federal, solicitou-se a Empresa quadro comparativo entre as metas e respectiva realização para o triênio 2010/2011/2012, para o “Plano Brasil Sem Miséria – PBSM”, referente às sementes distribuídas e ao quantitativo de famílias beneficiadas. A SPM, Unidade executora do projeto de distribuição de sementes da Embrapa, informou que no exercício de 2010 não houve disponibilização de sementes ao PBSM. Para o biênio 2011/2012, foram informadas as seguintes metas e execuções:

**Quadro: Metas e execuções referentes à quantidade de sementes disponibilizadas pela Embrapa, no PBSM, para o biênio 2011/2012.**

Indicadores	2011/2012	
	Meta	Execução
Sementes de Milho (kg)	1.041.000	539.370
Sementes de Feijão comum (kg)	226.200	226.200
Sementes de Feijão-caupi (kg)	294.300	206.485
Sementes de Hortaliças (kg)	5.700	3.000
Quantidade de sementes disponibilizadas pela Embrapa (unidade)	104.100	Execução sob responsabilidade do MDA/MDS.

Fonte: Resposta da Solicitação de Auditoria 201305827/26 e Relatório de Gestão 2012.

Segundo a Unidade, essas metas não foram executadas em sua totalidade em função da seca no nordeste. Parte das sementes foi disponibilizada no ano de 2013. Quanto às famílias beneficiadas, a responsabilidade de distribuição e acompanhamento final à população atendida é do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Em relação às estratégias de divulgação de informações científicas e tecnológicas, a SCT, a qual tem como missão “*Propor, coordenar e executar, em benefício da sociedade, soluções para a gestão e a difusão de informações geradas pela Embrapa*”, informou seu papel no processo de comercialização de publicações, a saber:



*“... A Unidade é responsável pela coordenação do processo editorial da Empresa, e, além disso, edita, imprime e distribui publicações impressas e eletrônicas das linhas de produtos editoriais da Embrapa, por meio da venda direta (e-mail, telefone, carta, em feiras/exposições/congressos) e de consignatárias (livrarias e editoras públicas ou privadas e Unidades da Embrapa), bem como faz a distribuição das obras por ela editadas (em atendimento à Resolução Normativa (RN) n° 14/2001) para autores/bibliotecas e Unidades, instituições de pesquisa do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)”.*

Além disso, informou que conforme a RN 14/2001, o Gerente-Geral da SCT, quando publicar ou editar uma obra técnica ou científica deve encaminhar, sem ônus para os destinatários: 3 exemplares para cada autor; 2 exemplares para cada Unidade da Embrapa, sendo um para a biblioteca e outro para área de negócios; 2 exemplares pra a Biblioteca Nacional, para disponibilização ao público; e 2 exemplares para cada instituição estadual de pesquisa e para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Ademais, no caso de obra técnica ou científica deve ser reservado um percentual de até 15% dos exemplares e no caso de periódico, até 200 exemplares, para a distribuição especial e gratuita, divulgação e propaganda, ficando assegurado um mínimo de 30 exemplares para a Unidade de lotação do autor ou fornecedora das informações e 4 exemplares para a Diretoria Executiva da Embrapa.

Quanto à Política de direitos autorais, direitos morais, rateio de custos e receitas, a SCT informou que se faz embasada nas leis e normativos, quais sejam: Lei 9.610/1998 (Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências) e Resolução Normativa n° 41/2001 (que regulamenta, no âmbito da Embrapa, as questões de direitos de autor e daqueles que lhe são conexos).

A SCT informou, ainda, acerca dos controles existentes sobre estoques, publicações patrocinadas, prestação de contas, prazos para repasse de recursos arrecadado e o destino de publicações devolvidas/desatualizadas, transcritos a seguir:

*“- O controle de estoque é feito através de Sistema Informatizado de Gerenciamento de Vendas, criado pela Embrapa Informação Tecnológica”.*

*“- O controle das publicações patrocinadas pela Embrapa é feito através de Sistema Informatizado denominado ficha FEPE (Ficha de Encaminhamento de Produto Editorial), onde estão inseridos especificações da produção gráfica, fluxo editorial e custo total de produção. O controle dos custos discriminados, é feito através de sistema excel e arquivado em diretório compartilhado no servidor. Após conclusão do processo de produção, as publicações são registradas no sistema CGPE – Cadastro Geral de Publicações Embrapa que é um banco de dados que reúne todas as informações relativas às publicações editadas pela Embrapa (cadastro de todos os dados do autor e da publicação).”*

*“- A prestação de contas da receita é feita através da emissão da Nota Fiscal e baixa no estoque. Pelas consignatárias, registradas em contrato, é feita em 90 dias após o envio dos produtos por meio de relatório de vendas e repasse da receita auferida. Em*



*não havendo apresentação da prestação de contas em até 90 dias, a Embrapa emite fatura à consignatária sobre o valor total dos produtos repassados, deduzindo a comissão”.*

*“- O prazo para repasse dos recursos arrecadados (rateio das receitas) aos autores e às Unidades parceiras na edição é no mês de fevereiro de cada ano”.*

*“As publicações, quando desatualizadas por parecer emitido pela Unidade detentora do conhecimento e parceira na edição, são, inicialmente, oferecidas mediante promoções em eventos (feiras, exposições e congressos) e no site da Livraria Embrapa e, em seguida, retiradas do estoque e da livraria, simultaneamente, e devolvidas à Unidade de origem que constitui comissão específica para a avaliação e destino. Vale destacar que, qualquer decisão quanto à eliminação de publicação deve, necessariamente, ser antecedida de avaliação por comissão específica, conseqüente análise prévia da Assessoria Jurídica da Embrapa (AJU), conforme previsto na RN 13/2003”.*

#### **4.1.2.4 CONSTATAÇÃO**

##### **Ausência de uniformização, normatização e sistematização da gestão dos Acordos de Cooperação no âmbito da Embrapa.**

###### **Fato**

Em análise ao gerenciamento de Acordos de Cooperação firmados no exercício de 2012, constatou-se que, embora as Unidades sigam os parâmetros legais que afetam as relações de parceria, cada Unidade da Embrapa realiza a gestão de seus Acordos de Cooperação de maneira própria, não havendo normatização corporativa específica que oriente a gestão desses acordos, dificultando o tratamento equânime com parceiros, a uniformização dos termos e a condução convergente da gestão das parcerias.

###### **Causa**

Fragilidades nos controles da gestão dos Acordos de Cooperação realizados pela Embrapa.

###### **Manifestação da Unidade Examinada**

Instada a apresentar cópias dos documentos que formalizem as atividades e procedimentos relacionados aos Acordos de Cooperação, a Secretaria de Gestão Estratégica – SGE, apresentou, por meio do documento M.SGE.nº 270/2013, de 10/09/2013, a seguinte informação:

*“... O que se pôde constatar é que cada Unidade da Embrapa faz a gestão dos Acordos de Cooperação sob sua responsabilidade de forma própria, seguindo os parâmetros legais que afetam as relações de parceria, conforme o caso. Portanto, não há procedimento corporativo específico, que oriente sistematicamente a gestão dos Acordos de Cooperação no âmbito da Embrapa.”*

O Departamento de Transferência de Tecnologia – DTT e a Secretaria de Relações Internacionais – SRI/EMBRAPA encaminharam cópias dos Acordos celebrados em 2012, para atendimento do item solicitado. Porém, não foram apresentados documentos



que formalizem as atividades e procedimentos relacionados aos Acordos de Cooperação vigentes em 2012.

A Secretaria de Informação Tecnológica – SCT apresentou as seguintes informações:

*“As atividades de celebração de Acordos de Cooperação são orientadas pela Assessoria Jurídica da empresa – AJU, através dos seguintes documentos, disponível na intranet da empresa:*

*01. Coleção Orientações Jurídicas, 2 – Parcerias com Fundações de Apoio – Resolução Normativa No. 9 de 12 de julho de 2007;*

*02. Coleção Orientações Jurídicas, 3 – Direito Autoral e a Embrapa – Dúvidas frequentes, esclarecimentos sobre leis e normas, e como aplicá-las;*

*03. Procedimentos para efetivação de demandas perante a Assessoria Jurídica, onde consta a exigência de todas informações essenciais para elaboração da minuta do Acordo de Cooperação, tais como:*

*- Justificativa técnica (interesse da Embrapa na cooperação/acordo; razão de escolha da cooperante);*

*- Plano de trabalho/especificações técnicas de acordo com o projeto com todas as descrições de objeto, metas, etapas, cronograma de execução, plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo concedente e da contrapartida financeira do proponente e dossiê de negociação do instrumento;*

*- Contrato Social ou Estatuto;*

*- Cópia dos documentos dos representantes indicados para assinar o instrumento.*

*- Dados específicos das partes;*

*- Objeto, local de execução das atividades, obrigações, recursos financeiros, resultados/propriedade intelectual, vigência;*

*- Indicação do nome do coordenador/supervisor da execução do projeto.”.*

Após a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, assim como em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar, não foram agregados fatos novos pela Embrapa.

### **Análise do Controle Interno**

As informações apresentadas pela SGE, DTT, SRI e SCT evidenciam a inexistência de normatização institucional de gestão de Acordos de Cooperação na Embrapa, o que prejudica a gestão dos Acordos.

Após Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 12/09/2013, a Unidade explanou sobre as peculiaridades dos objetos de trabalho das Unidades Descentralizadas da Embrapa, o que dificultaria a elaboração de uma norma aplicável a todos os casos, tornando-a de extremamente complexa.

Em que pese a Embrapa possuir os mais diversos campos de pesquisa e desenvolvimento e suas especificidades, a elaboração de normativo contendo regramentos básicos para a celebração de acordos, como o tratamento isonômico dos pretendentes à celebração de acordos com a Embrapa, uniformização dos termos, justificativa para escolha do parceiro, exigência de prestações de contas, etc., fortalecerá os controles internos e a gestão desses acordos.



### **Recomendações:**

Recomendação 1: Elaborar norma aplicável à Embrapa como um todo, que trate dos regramentos mínimos necessários para a sistematização da gestão de Acordos de Cooperação firmados pela Empresa.

## **4.2 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS**

### **4.2.1 EFETIVIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS**

#### **4.2.1.1 CONSTATAÇÃO**

#### **Incompatibilidade entre o objeto de gasto e a finalidade da Ação de Governo.**

##### **Fato**

A avaliação da compatibilidade entre o objeto dos gastos realizados pela Embrapa e a finalidade das Ações de Governo, durante o exercício de 2012, resultou na identificação de despesas incompatíveis com a finalidade da Ação à qual estavam vinculadas.

Foram avaliadas as Notas de Empenho relacionadas a projetos cujas Ações apresentaram maior materialidade de gastos durante o exercício de 2012, quais sejam as Ações 4668 e 4672. A metodologia utilizada consistiu na comparação entre a descrição da despesa constante da Nota de Empenho e a finalidade da Ação de Governo à que estavam vinculadas.

Cabe mencionar que as Ações de Governo possuem as seguintes finalidades:

**Ação 4668:** *Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia para Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos da Agropecuária:* disponibilizar conhecimento e viabilizar soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agropecuária, em benefício da sociedade, com foco nas cadeias de produtos de origem animal e vegetal, incluindo questões de defesa agropecuária, consideradas prioritárias para as estratégias de abastecimento interno, de comércio exterior e de produção de agroenergia.

**Ação 4672-** *Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias de Sistemas Inovadores para a Produção Agropecuária Sustentável:* disponibilizar conhecimento e viabilizar soluções tecnológicas inovadoras para o desenvolvimento sustentável da agropecuária, em benefício da sociedade; manter o desenvolvimento científico e tecnológico como um dos fatores de desenvolvimento do agronegócio e atender aos seguintes compromissos: apoiar a ampliação e consolidação da competitividade das cadeias produtivas já instaladas; acompanhar as alterações das bases técnicas da agropecuária mundial; elucidar vulnerabilidades da agropecuária brasileira; fazer melhor uso das oportunidades relacionadas à biodiversidade e prevenir retrocessos tecnológicos.

O quadro a seguir mostra o resultado da análise dos empenhos que estão desvinculados da finalidade da Ação a que pertencem:

**Quadro -** Compatibilidade dos Gastos X Finalidade da Ação de Governo (Quantidade de Empenhos)



<b>Ação</b>	<b>Quantidade de empenhos analisados</b>	<b>Quantidade de empenhos cujo objeto do gasto foi incompatível com a finalidade da Ação</b>	<b>% da quantidade de empenhos cujo objeto do gasto foi considerado incompatível com a finalidade da Ação</b>
<b>4672</b>	112	71	63,4%
<b>4668</b>	200	150	75%

Fonte: Siafi Gerencial, exercício de 2012.

A seguir, são apresentados os resultados da análise em termos do valor financeiro envolvido nos projetos:

**Quadro - Compatibilidade dos Gastos X Finalidade da Ação de Governo (Valor dos Empenhos)**

<b>Ação</b>	<b>Volume total analisado (R\$)</b>	<b>Volume de empenhos cujo objeto do gasto foi incompatível com a finalidade da Ação(R\$)</b>	<b>% do volume de empenhos cujo objeto do gasto foi considerado incompatível com a finalidade da Ação</b>
<b>4672</b>	3.401.372,29	2.076.902,70	61%
<b>4668</b>	872.785,37	460.166,45	52,72%

Fonte: Siafi Gerencial, exercício de 2012.

No quadro seguinte são apresentadas 20 Notas de Empenho que não se coadunam com a finalidade da Ação:

**Quadro - Compatibilidade dos Gastos X Finalidade da Ação de Governo (Descrição do Gasto)**

<b>Ação</b>	<b>NE</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Descrição do Gasto</b>
<b>4668</b>	2012800089	18.900,00	Serviços de reparo e adaptações na cozinha e refeitório do Restaurante da Sede
	2012800223	17.000,00	Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos para a confecção de impressos durante o ano de 2012, para Embrapa Sede.
	2012800048	16.922,18	Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, remessa e entrega de encomendas cargas, terrestre, pelo sistema porta a porta, em âmbito nacional.
	2012800102	16.000,00	Contratação de mão de obra especializada para atendimento à degustação de produtos para público de 500 pessoas
	2012800051	13.600,00	Contratação de empresa especializada para instalação de SUPRESSORES DE SURTO, nos quadros eletrônicos de distribuição no prédio do CECAT.
	2012800491	13.253,00	Aquisição de acessórios para equipamentos para o CECAT.
	2012800175	11.843,94	Pregão Eletrônico - Aquisição de material de expediente para o exercício de 2012.
	2012800179	11.443,00	Serviço de cópias e autorização de 30 DVDS, criação de dois folders arte e texto - INSTITUCIONAL E CAPACITACÃO, criação de arte e texto para TOTEM, criação de arte e texto para páginas do CADERNO, criação de arte e texto da CAPA/FOLDER do DVD em papel, criação de arte SELO comemorativo e criação de arte de CONVITE.
	2012800111	11.400,00	Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção em caráter preventivo e corretivo dos elevadores de fabricação ATLAS, instalados no Edifício Sede da Embrapa, sendo 3 (três) tipo/passageiro e 1(um) tipo/cargas, cumulada com fornecimento de peças, acessórios e materiais conforme especificações técnicas e condições detalhadas neste Edital e seus Anexos.
	2012800086	10.490,00	Contratação de empresa especializada em instalação de ar



			condicionado.
4672	2012800451	1.260.000,00	Contratação de empresa para prestação de serviços de seguro de vida e de acidentes pessoais em grupo, para os empregados da Embrapa e seus dependentes, estagiários e empregados de outras instituições À disposição da Embrapa, incluindo assistência funeral para os empregados da Embrapa e seus dependentes.
	2012800150	600.000,00	Contratação de serviços de seguro de vida e acidentes pessoais em grupo para os empregados da Embrapa e seus dependentes, estagiários, bolsistas e estudantes de pós-graduação, empregados de outras instituições À disposição da Embrapa, incluindo assistência funeral para os empregados da Embrapa e seus dependentes.
	2012800371	23.260,00	Pregão Eletrônico - Aquisição de material de expediente para o exercício de 2012.
	2012800060	15.952,00	Contratação de serviços de revitalização da pintura do estacionamento.
	2012800006	14.410,00	Aquisição de pneus novos para os veículos coletivos da Embrapa
	2012800408	13.600,00	Elaboração de Projeto de Instalações de Ar condicionado, Ventilação e Exaustão mecânica no Auditório da Sede da Embrapa.
	2012800395	12.500,00	Contratação de Serviços de distribuição das matérias legais da Embrapa nos veículos particulares de circulação local, regional e nacional.
	2012800129	10.800,00	Pregão Eletrônico - Prestação de serviços de desobstrução da rede de esgoto, conforme Termo de Referência, Anexo I, do Edital.
	2012800245	10.341,90	Aquisição de equipamentos de comunicação, radiocomunicadores com fone de ouvido e bateria recarregável.
	2012800463	9.200,00	Aparelho celular iPhone 4S Apple 32 GB, ORIGINAL, câmera de 8MP, TouchScreen, 3G, GPS, MP3, Bluetooth e WI-Fi, na cor preto, garantia de 1 ano, com acessórios: fone de ouvido intra-auricular Apple com controle remoto e microfone, carregador USB Apple, conector da base para USB e documentação. Pronta entrega em caixa lacrada.

Fonte: Siafi Gerencial, exercício de 2012.

## Causa

Fragilidades nos controles internos relacionadas à supervisão da aplicação dos recursos, facultando a realização de gastos incompatíveis com a finalidade das Ações.

## Manifestação da Unidade Examinada

Quanto a esta situação, a EMBRAPA informou por meio do Memorando DAF/COF nº 029/2012, de 21/12/2012, que:

*“Todos os gastos da Empresa em Custeio e Investimentos são alocados nos projetos de pesquisa, obedecendo aos limites definidos pela Diretoria Executiva, considerando o custo Embrapa (despesas fixas, macroprogramas e gestão);*

- 1) *Atualmente as ações finalísticas da Embrapa financiam: 804 projetos de pesquisa, com 3688 Planos de Ação e 40002 atividades; gastos de manutenção com, a infraestrutura física; e despesas fixas e variáveis referentes às atividades de administração e de apoio à pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia, fazendo parte do custo final de cada projeto;*
- 2) *Na Embrapa por meio do Sistema de Custos, visando atender à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao Acórdão nº 1078/2004 do Tribunal de Contas da União – TCU, o módulo de Acompanhamento Orçamentário registra o que foi*





*aplicado diretamente na pesquisa, bem como os gastos de apoio à pesquisa. Já o módulo de custos apura os custos dos projetos de pesquisa utilizando o método ABC;*

- 3) O método de custeio da Embrapa é baseado em atividades, buscando planejar e realizar o uso eficiente e eficaz dos recursos da empresa;*
- 4) A proposta do PPA 2012-2015 foi de enxugamento de ações orçamentárias. A Embrapa, atualmente com 06 ações orçamentárias finalísticas, executa o custeio direto(despesas relacionadas diretamente ao projeto de pesquisa) e indireto(despesas fixas e variáveis relacionadas ao apoio à pesquisa).*

*A Embrapa desde o ano 2000, por ocasião da vinculação das despesas de projetos de pesquisa à ação orçamentária específica, executa os custos diretos e indiretos relacionados ao desenvolvimento do projeto, opção necessária para a contabilização de tais custos.*

*Todas as contratações estão devidamente justificadas no processo de licitação e foram realizadas com a finalidade de cumprir os seus objetivos constantes do V Plano Diretor da Embrapa, bem como atender a missão da empresa que é viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura em benefício da sociedade brasileira.”.*

Após Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, e em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar, a Empresa informou, por meio do Documento C.PR nº 218/2013, de 24/09/2013, o que segue:

*“O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa participa do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal, o Plano Mais Brasil, a partir dos Programas Temáticos 2014, 2028, 2042, 2013, 2069, 2012, 2022 e 2105. Ao Programa Temático 2105 – Gestão e Manutenção do Mapa, foram vinculadas durante o ano de 2012 as ações orçamentárias 0110, 09HB, 10HD, 2004, 2010, 2011, 2012, 20CW, 20QV, 20R2, 20R3, 20SS, 20TP, 4572, 4641, 4716 e, finalmente, a ação 2000 – Administração da Unidade, que tem como finalidade “Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas”. É, pois, a esta ação orçamentária (2000), que a recomendação dessa CGU pretende vincular os gastos, despesas e investimentos da Embrapa que não possam ser vinculados direta e objetivamente a um projeto de pesquisa ou de transferência de tecnologia conduzido pela Embrapa, desconsiderando que a logística (bens, materiais e serviços) obtida e aplicada pela empresa, mesmo aquela consumida em tarefas meio, volta-se não a outro fim, mas ao atendimento dos projetos. Cabe ressaltar que a opção da Administração Financeira desta empresa por vincular a projetos de pesquisa e transferência, o financiamento dos seus custos indiretos, que as Unidades executoras aplicarão na manutenção e ampliação da sua infraestrutura e suporte logístico, é base de estratégia voltada a promover maior submissão de projetos por parte das Unidades, fazendo com que um volume maior de recursos seja alocado nas Unidades que, por conduzirem um número maior projetos, produzem mais e contribuem de maneira diferenciada para o alcance das metas da empresa. Neste sentido, o ato de desvincular o orçamento destinado a suporte das operações da empresa, do montante destinado ao financiamento dos projetos finalísticos, poderá ser contraproducente e produzir, como efeito, a acomodação das Unidades e a redução no número de projetos finalísticos submetidos. Por outro lado, é importante lembrar que, conforme manual de elaboração do PPA 2012-2015, os Programas de Gestão,*



*Manutenção e Serviços ao Estado são instrumentos do Plano (PPA) que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental, bem como as ações não tratadas nos Programas Temáticos por meio de suas Iniciativas. Observando o espelho do Programa 2105 - Gestão e Manutenção do Mapa, disponível ao acesso público no Siop, percebe-se que a referida ação 2000, se presta com melhor adequação valia – além do natural pagamento a pessoal ativo e benefícios associados –, à operacionalização das estruturas integrantes daquele Ministério, mas componentes da Administração Direta. A Embrapa, por sua vez, integrante da Administração Indireta, é a Unidade responsável pela execução do Programa Temático 2042 – Inovações para a Agropecuária ao qual estiveram vinculadas durante o ano de 2012, tão somente as ações 116Z, 147T, 14IL, 2122, 2127, 2B47, 4668, 4672, 4680, 4682, 4715, 8554, 8560, 8924 e 8949. Cabe ressaltar que durante as oficinas conduzidas pelo Ministério do Planejamento em 2011 para elaboração do PPA 2012-2015 o qual, dentre outros resultados, oportunizou aprovação do referido Programa Temático 2042, a Embrapa foi orientada, na perspectiva lógica de construção de um Plano mais “ enxuto”, a reduzir o número de ações orçamentárias vinculadas ao Programa, agregando ao orçamento das ações que obtivessem validação, as despesas operacionais (custos indiretos) necessárias para condução dos projetos de pesquisa, transferência e desenvolvimento institucional. Neste contexto a Embrapa, empresa pública da Administração Indireta responsável por programa temático do PPA que se volta a objetivos específicos afastados da atuação geral do órgão Ministerial e das funções naturais da administração direta e, finalmente, observando as orientações advindas dos órgãos responsáveis pela elaboração do PPA e das Propostas de Lei Orçamentária, compôs o valor global do orçamento do PPA agregando nos seu orçamento as despesas diretas e indiretas necessárias ao alcance das metas propostas e, da mesma forma, compõe as pré-propostas de dotação das ações orçamentárias. Entende-se que a manutenção dos gastos indiretos executados pela Embrapa para suporte aos seus projetos, nas ações orçamentárias vinculadas ao Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária tendem a favorecer a transparência e aumentar o valor da informação prestada ao cidadão, uma vez que faz possível perceber com maior clareza o quanto o Governo Federal efetivamente investe neste tema. Considerando a atual estrutura orçamentária aprovada pelo MP, a Embrapa definiu que deveriam ser incluídas nas ações finalísticas todas as despesas operacionais, cuja composição de custeio das Unidades nessas ações orçamentárias, obedece as seguintes fases: 1) Planejamento orçamentário - primeiramente são planejados em cada Ação Orçamentária finalística e seus Planos Orçamentários os custos diretos da pesquisa (= > 45%) para projetos, planos de ação e atividades de seis Macroprogramas, e posteriormente, são definidos os demais custos indiretos (até 55%) para despesas fixas e gestão; 2) Programação Orçamentária - são elaboradas em sistemas institucionais as programações das áreas finalística e de apoio à pesquisa: - Macroprogramas – os créditos são programados no sistema Ideare, e Apoio a Pesquisa – os créditos são programados no sistema Side. A Coordenadoria de Orçamento e Finanças utiliza em suas atividades operacionais e controle os dados gerados pelos sistemas acima citados, gerando relatórios gerenciais a partir de extração via Excel e BI, como exemplo, segue relatório de programação orçamentária de uma Unidade de pesquisa. 3) Acompanhamento orçamentário e custos dos Macroprogramas - as Unidades acompanham os grupos, projetos, planos de ação e atividades em sistemas próprios, desenvolvidos na própria Unidade para atender as suas especificidades e é também utilizado para inserção, acompanhamento e controle o Sistema de Custos. Pelo exposto, entende-se que as área afins mantém o acompanhamento e controle dos gastos e as despesas realizadas são compatíveis com a finalidade das ações.”*



## Análise do Controle Interno

De acordo com a justificativa apresentada pela Unidade, há incompatibilidade entre o objeto dos gastos e a finalidade da Ação porque todos os gastos da Empresa em Custeio e Investimentos são alocados aos projetos de pesquisa, portanto, as ocorrências identificadas estariam relacionadas ao custeio indireto de projetos, relativo às despesas fixas e variáveis de apoio à pesquisa. Entretanto, várias Notas de Empenho analisadas evidenciam gastos que, mesmo que realizados indiretamente, são de difícil associação aos objetivos dos Projetos, tais como: serviços de reparo e adaptações na cozinha e refeitório do restaurante sede da Embrapa, serviços de revitalização da pintura do estacionamento, aquisição de mesas e cadeiras para o refeitório, serviços de manutenção em caráter preventivo e corretivo de elevadores, desobstrução da rede de esgoto, entre outras.

Verifica-se, da análise dos empenhos, que os objetos de gasto mencionados não se correlacionam, ainda que indiretamente, às finalidades das Ações a que estão vinculados, estando a salvo poucas exceções. Tais despesas estão predominantemente relacionadas à Administração da Unidade, tendo em vista que os gastos envolvem manutenção da infraestrutura das Unidades da EMBRAPA.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União considerou, no Acórdão 1784/2005 – Plenário, que: *“a execução de despesas imputadas a programas de trabalho impróprios afeta a transparência da gestão fiscal e o acompanhamento dos gastos públicos.”*. No Acórdão 1078/2004 – Segunda Câmara, o Tribunal ainda ressalta a necessidade, por parte da Unidade, de se evitar que: *“...despesas administrativas que não contribuam ou que não têm foco definido e específico ou que contribuam indistintamente para vários programas do órgão sejam apropriadas em programas finalísticos...”*.

Portanto, conclui-se que, para a amostra selecionada, a Unidade aplicou a maior parte dos recursos em objetos de gastos não compatíveis com a finalidade das Ações de Governo.

Quanto à manifestação da Empresa, realizada após envio do Relatório de Auditoria Preliminar, cabe mencionar que ao se recomendar que a despesa seja associada à Ação de Governo apropriada não se pretende desconsiderar a logística (bens, materiais e serviços) da Embrapa, e sim fazer cumprir estruturação orçamentária, funcional programática, estabelecida para a Administração Pública Federal. A opção da EMBRAPA em vincular, a projetos de pesquisa e transferência, o financiamento dos seus custos indiretos é razoável quando associado exclusivamente a um sistema de custos, contudo é contraproducente para o sistema orçamentário financeiro. Ao contrário do que afirma a Empresa, associar gastos (investimento ou custeio) tipicamente administrativos a ações finalísticas, encobre a realidade estrutural das Unidades e sobrecarrega o orçamento de projetos de pesquisa. Desta forma, a classificação adequada da despesa permitiria identificar o custo direto e indireto de realização do projeto da pesquisa.

De acordo com o Cadastro de Ações/2012/MPOG a Ação 2000 - Administração da Unidade tem por finalidade *“constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas*



*que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas. Em sua descrição no Cadastro de Ações/MPOG consta que “... se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade”. Vinculada ao Programa 2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Ação 2000 pode ser utilizada no âmbito da Unidade Orçamentária 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.*

O valor e a tipicidade dos gastos realizados no âmbito das Ações 4668 e 4672, embora possam demonstrar a transparência dos gastos, como afirma a Embrapa, não demonstram coerência com a finalidade da Ação, haja vista a descrição das próprias notas de empenho que, certamente, causará estranheza, a exemplo: a contratação de empresa para prestação de serviços de seguro de vida por R\$ 1.260.0000,00, no âmbito da Ação de Governo 4672 que se destina a Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia para Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos da Agropecuária.

Portanto, nesta Constatação, verificamos a incoerência entre o objeto do gasto e a finalidade da Ação de Governo. Cabe destacar que não está sendo discutida a metodologia de apropriação de custos da EMBRAPA, mas sim o reflexo da classificação da despesa no sistema contábil, orçamentário e financeiro da Administração Pública Federal.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: Alocar ao orçamento dos projetos de pesquisa as despesas que sejam compatíveis com sua finalidade, evitando que despesas típicas de manutenção das Unidades sejam associadas a pesquisa, visto que existem outras Ações de Governo para tal finalidade.

## **5 CONTROLES DA GESTÃO**

### **5.1 CONTROLES EXTERNOS**

#### **5.1.1 ATUAÇÃO DO TCU/SECEX NO EXERCÍCIO**

##### **5.1.1.1 CONSTATAÇÃO**



## **Desconhecimento, por parte da Assessoria de Auditoria Interna AUD, do Acórdão TCU nº 7605/2012 - 1ª Câmara, direcionado à Embrapa Trigo.**

### **Fato**

A Assessoria de Auditoria Interna – AUD da Embrapa tem, entre suas finalidades, a de acompanhar a implementação das recomendações dos Órgãos/Unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União – TCU, prevista na alínea “f” do item 3 de seu Regimento Interno (Deliberação nº 15, de 21/10/2010).

Ainda que o Relatório de Gestão tenha apresentado a informação de que houve o encaminhamento do Documento M.CG.CIRC. nº 001/2013, de 9/01/2013, pelo Gabinete da Presidência da Embrapa à todas Unidades da Embrapa, para orientação e cumprimento do referido Acórdão, constatou-se o desconhecimento do Acórdão por parte da Assessoria de Auditoria Interna.

### **Causa**

Fragilidades nos mecanismos de acompanhamento das recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Instada a se manifestar quanto às rotinas de acompanhamento e atendimento das recomendações do TCU, bem como as providências adotadas para o cumprimento do Acórdão TCU nº 7605/2012 – 1ª Câmara, a Unidade apresentou as informações, por meio do Documento C.AUD.CPA nº 51/2013, de 15/08/2012, transcritas a seguir:

*“A fim de garantir o cumprimento do Acórdão, os Chefes das Unidades Descentralizadas foram orientados a abster-se de exigir produtos exclusivamente de fabricação nacional”.*

Quanto a rotinas de acompanhamento e de atendimento das determinações do TCU e a definição em normativos internos dos responsáveis pelo controle de determinações do TCU, A Unidade informou:

*“Os Acórdãos e Determinações do TCU são encaminhados ao Gabinete do Presidente, que os envia às Unidades responsáveis pela implementação das recomendações, já foi solicitado ao Gabinete que sempre envie cópia a esta Assessoria de Auditoria Interna, no entanto, algumas vezes, isso não ocorre, como exemplo, citamos o Acórdão TCU nº 7605/2012 – 1ª Câmara. Regimentalmente, esta a cargo desta AUD acompanhar a implementação das recomendações do TCU”.*

Sobre a identificação de riscos e as medidas compatíveis para reduzi-los ou eliminá-los informou que *“... acompanha o completo atendimento das determinações do TCU quando toma conhecimento das mesmas,...”.*

Ademais, foi informado pelo setor de Pós-Auditoria da Unidade que, além de solicitar ao Gabinete/EMBRAPA o encaminhamento dos Acórdãos do TCU à Assessoria de Auditoria Interna, há um componente daquela Assessoria que possui cadastro no sítio



do TCU, com fins de receber todas as deliberações do Tribunal que envolvam a Embrapa.

Após a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, assim como em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar, não foram agregados fatos novos pela Embrapa.

### **Análise do Controle Interno**

As manifestações apresentadas pela Unidade e as interlocuções travadas com os gestores corroboram o entendimento da existência de fragilidade no componente “Informação e Comunicação” do gerenciamento de riscos e conseqüentemente nos mecanismos de acompanhamento das recomendações/determinações exaradas pelo TCU. A comunicação da existência de Acórdãos pelo Gabinete do Presidente, aliada ao cadastro de um servidor ao sítio do TCU foram insuficientes para que a Assessoria de Auditoria Interna tomasse o conhecimento do Acórdão TCU nº 7605/2012 – 1ª Câmara, e conseqüentemente, exercesse sua finalidade regimental de acompanhar a implementação dessas recomendações.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: Efetuar consultas periódicas ao site do TCU para detecção de novos Acórdãos que envolvam a Embrapa, que devem ser realizadas rotineiramente por mais de um servidor, a fim de garantir a atuação tempestiva da Assessoria de Auditoria Interna no acompanhamento da implementação das recomendações/determinações do TCU.

## **5.2 CONTROLES INTERNOS**

### **5.2.1 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA**

#### **5.2.1.1 INFORMAÇÃO**

#### **Principais constatações decorrentes da avaliação efetuada no Relatório da Auditoria Interna - RAINT (2012), elaborado pela AUD/Embrapa.**

##### **Fato**

A instrução Normativa – CGU nº 07/12/2009, estabelece à Auditoria Interna das Entidades da Administração Indireta do Poder Executivo Federal, a apresentação dos resultados dos trabalhos de auditoria efetuado por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAINT, que deverá conter relato sobre as atividades de auditoria interna, em função das ações planejadas constantes do Plano de Auditoria interna - RAINT do exercício anterior, bem como das ações críticas ou não planejadas, mas que exigiram atuação da unidade de auditoria.

A instrução em epígrafe estabelece ainda à Secretaria Federal de Controle – SFC/CGU a incumbência de analisar o RAINT. Desta forma, foi efetuada análise do RAINT 2012, estando às considerações contidas no Relatório de Auditoria nº 201211525, emitido em dezembro de 2012.

De forma a sintetizar segue as constatações detectadas e recomendações feitas à Embrapa:



**Quadro de Constatações e Recomendações - Relatório de Auditoria n° 201211525**

<b>Constatação</b>	<b>Recomendação</b>
<b>1.1.1.4</b> - Atraso no encaminhamento ao Controle Interno (CGU) de Relatórios de Auditoria realizados pela AUD/EMBRAPA.	<b>Recomendação 01:</b> Estabelecer nos normativos internos o fluxo de conclusão dos relatórios de auditoria, de modo que o prazo de encaminhamento à CGU não ultrapasse 60 (sessenta) dias após sua edição, conforme disposto no Art. 8º na IN/CGU n° 07, de 29/12/2006.
<b>1.1.1.5</b> - Ausência de rotinas eficientes para o acompanhamento de recomendações da Controladoria-Geral da União e determinações do Tribunal de Contas da União, pela Auditoria Interna – AUD/EMBRAPA.	<b>Recomendação 01:</b> Acompanhar efetivamente a implementação das recomendações da Controladoria Geral da União -CGU e das determinações do Tribunal de Contas da União – TCU. <b>Recomendação 02:</b> Inserir, no cronograma de trabalhos da AUD/EMBRAPA, homens/horas para atividades de acompanhamento de implementação de recomendação/determinações dos órgãos de Controle, promovendo a adequação do PAINT/2013.
<b>1.1.1.6</b> - Ausência de Ações de Auditoria voltadas aos temas listados pelo TCU nas Decisões Normativas n° 108/2010 e n° 119/2012, referentes à customização dos Relatórios de Gestão, respectivamente, dos exercícios 2011 e 2012.	<b>Recomendação 01:</b> Incluir em seu Planejamento trabalhos com escopo nas atividades finalísticas da EMBRAPA, conforme recomendado nos últimos relatórios de avaliação do PAINT, mapeando os programas/ações executados pela Empresa, ajustando o PAINT/2013, no que couber.
<b>1.1.1.7</b> - Ausência de trabalhos de auditoria, realizados pela AUD/EMBRAPA, originado a partir de denúncias.	<b>Recomendação 01:</b> Aprimorar a interação entre AUD/EMBRAPA e Ouvidoria/EMBRAPA no sentido de que a Auditoria Interna passe a ter conhecimento do teor das denúncias mais relevantes com o objetivo de aplicá-los no Planejamento dos trabalhos.
<b>1.1.1.8</b> - Quantitativo não suficiente de Ações de Auditoria voltadas à avaliação de áreas finalísticas de Programas/Ações de Governo sob a responsabilidade da EMBRAPA. Ausência de Planejamento prévio de Ação de Auditoria referente ao Programa - 2042.	<b>Recomendação 01:</b> Planejar um maior quantitativo de Ações de Controle voltadas para Programas/Ações, no intuito de cobrir, de maneira mais abrangente, as áreas finalísticas da EMBRAPA, avaliando os resultados dos Programas não somente de auditorias de conformidade. <b>Recomendação 02:</b> Planejar previamente todas as Ações de Controle com definição de servidores, quantidade de homens-hora e recursos materiais necessários para execução dos trabalhos; detalhando os critérios utilizados para definição do escopo dos trabalhos nos aspectos de materialidade, criticidade e relevância para seleção das áreas/programas-ações/processos. <b>Recomendação 03:</b> Incluir gradualmente no cronograma de trabalhos da AUD/EMBRAPA Ações de Controle voltadas aos resultados de Programas/Ações, com previsão de período de realização e homens/horas utilizados, em conformidade com o Art. 2º da Instrução Normativa IN/SFC-01/2007.
<b>1.1.1.9</b> - Fragilidades na adequabilidade dos papéis de trabalho, tais como: ausência de planejamento das Ações de Controle, do escopo dos trabalhos, do quantitativo de recursos auditados e de padronização dos papéis.	<b>Recomendação 01:</b> Constituir os papéis de trabalho com o Planejamento das Ações de Controle, que por sua vez deve contemplar: a) Programa de Auditoria com procedimentos, técnicas, detalhamentos e testes suficientes para atingimento dos objetivos dos trabalhos; b) Definição de quais empregados serão responsáveis pela execução de cada um dos procedimentos definidos no Programa de Auditoria; c) Definição da quantidade de homens-hora e recursos de materiais necessários para execução dos trabalhos; d) Critérios utilizados para definição do escopo dos trabalhos, com informações que demonstrem a sua extensão (amplitude dos exames realizados) e profundidade (grau de detalhamento dos exames), abordando as questões de materialidade, criticidade e relevância na seleção das áreas/programas/ações/processos selecionados para



	<p>análise.</p> <p><b>Recomendação 02:</b> Incluir em cada Relatório de Auditoria, em sua introdução, breve síntese do escopo dos trabalhos e montante de recursos auditados, de modo a permitir o conhecimento e a avaliação da dimensão dos recursos submetidos à auditoria em relação ao total dos recursos geridos pela Empresa.</p> <p><b>Recomendação 03:</b> Padronizar a organização dos papéis de trabalho com utilização de índices que identifiquem a localização dos documentos que dão suporte às Não-Conformidades (NCs) detectadas, permitindo uma melhor rastreabilidade das evidências que suportam os achados; inserir de maneira sequencial das Solicitações de Auditorias emitidas; evitar a utilização de nomes de empregados e de empresas que mantêm contratos com a EMBRAPA, substituindo-os por CNPJ e CPF codificados e/ou Matrículas.</p>
<p><b>1.1.1.10</b> - Ausência de normativos internos, em caráter complementar à normatização da CGU, no que concerne à atuação da AUD/EMBRAPA, dentro da Empresa.</p>	<p>Emitir normativos internos, em caráter complementar à normatização da CGU, no que concerne à atuação da Assessoria de Auditoria Interna dentro da EMBRAPA, relativamente à:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acesso irrestrito a registros, pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de suas auditorias;</li> <li>- Apresentação tempestiva e obrigatória, pelos Departamentos e Unidades Descentralizadas da EMPRAPA, das informações solicitadas pela Unidade de Auditoria Interna;</li> <li>- Previsão da possibilidade de obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas à auditoria e de assistência de especialistas e profissionais, de dentro e de fora da organização, quando considerado necessário; e</li> <li>- Vedação da participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão da Empresa.</li> </ul>

### 5.2.1.2 CONSTATAÇÃO

**Morosidade na adoção de providências pelas Unidades da Embrapa para sanar as Não-Conformidades detectadas pela Assessoria de Auditoria Interna-AUD/Embrapa. Quantitativo superior a 25% de Não-Conformidades não atendidas pelas Unidades em 2012.**

#### Fato

Em análise às planilhas de acompanhamento das Não-Conformidades (NCs) apontadas nos Relatórios referentes ao exercício/2012, fornecidas pela Assessoria de Auditoria Interna da Embrapa, por meio do Documento C.AUD.CPA nº 57/2013, de 27/08/2013, identificou-se a seguinte situação:

Situação	Total de NC	Percentual
Não-Conformidades detectadas	1978	100,00 %
Providências adotadas e acatadas em 2012	774	39,13%
Não conformidades Pendentes de saneamento em 2012	1204	60,87%

Fonte: planilhas de acompanhamento das Não-Conformidades (NCs)

Do quadro acima, se pode extrair que em 2012 aproximadamente 39% das Não-Conformidades -NCs tiveram providências adotadas pelas Unidades, ou seja, cerca de 61% ficaram pendentes de atendimento naquele exercício. Ainda, em análise às planilhas de acompanhamento em epígrafe, verificaram-se Unidades da EMBRAPA com baixo atendimento de recomendações, a saber:





Unidade	Total de NC (expedida em 2012)	Providências Acatadas (até 31/08/2013)	Percentual de Não-Saneamento
Departamento de Patrimônio e Suprimentos- DPS	52	1	98%
Departamento de Adm. Financ. - DAF (Gestão de Convênios)	196	7	97%
Meio Ambiente	54	34	37%
Departamento de Gestão de Pessoas – DGP	139	96	31%
IAPAR-PAC	29	21	28%

Fonte: planilhas de acompanhamento das Não-Conformidades (NCs)

## Causa

Ausência de instrumento eficaz de priorização entre os chefes das Unidades/Áreas da Embrapa de medidas para sanar e evitar a ocorrência de impropriedades constatadas pela AUD/Embrapa.

## Manifestação da Unidade Examinada

Com referência à ocorrência foram apresentadas as informações, transcritas a seguir:

- C.AUD.CPA N° 54/2013, de 22/08/2013:

*“Não há, no âmbito da Embrapa, outras medidas, além das reiteraões, no entanto, quinzenalmente o Chefe da Assessoria de Auditoria Interna (AUD) tem levado à Diretoria Executiva de Administração e Finanças a relação de pendências de auditoria mais antigas, visando uma ação mais efetiva da alta direção da Embrapa buscando o atendimento das recomendações de auditoria.*

*Esta AUD encaminhou ao Gabinete do Presidente, em fevereiro do corrente exercício, a Nota Técnica 03/2013, endereçada ao Conselho de Administração, contendo sugestões de medidas aos atendimentos de recomendações da AUD (cópia anexa). No entanto, até a presente data, esta AUD não foi informada, bem como não tem conhecimento da adoção das medidas sugeridas ou de outras medidas adotadas para este fim.”*

Após a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, assim como em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar não foram agregados fatos novos pela Embrapa.

- C.AUD.CPA n° 53/2013, de 20/08/2013:

*“(…) Quanto aos atendimentos das recomendações oriundas desta Assessoria de Auditoria Interna (AUD), mensalmente trocamos correspondências com as Unidades Auditadas até o completo atendimento das recomendações. A partir deste exercício, o Chefe desta AUD informa quinzenalmente à Diretoria Administrativa (DE-AF) da Embrapa da situação em relação às referidas recomendações; ainda sobre o assunto, as correspondências que tratam de reiteração devido à falta de resposta no tempo acordado entre as Unidades e esta AUD são encaminhadas com cópia à DE-AF e a partir da quarta reiteração a correspondência é enviada pelo Gabinete do Presidente.”*



## **Análise do Controle Interno**

As medidas utilizadas pela AUD/Embrapa, mediante reiteraões e comunicação quinzenal à Diretoria Executiva de Administração e Finanças de relação de pendências de auditoria mais antigas, não têm sido suficientes para sanar a morosidade na adoção de providências pelas Unidades da Embrapa na resolução das Não-Conformidades, havendo elevado índice de não atendimento ao recomendado. Desta forma, há necessidade de valorizar os trabalhos da Assessoria de Auditoria Interna, que são de suma importância, haja vista que atuam na origem de maneira a corrigir e evitar falhas na gestão das Unidades/Áreas da Embrapa. Para que a atuação da AUD/Embrapa tenha efetividade, devem ser estudadas outras medidas que possam reduzir índices de não atendimento às recomendações e promover maior celeridade no atendimento ao que foi recomendado.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: Instituir mecanismos eficazes de priorização entre os Chefes das Unidades/Áreas da Embrapa visando sanar as Não - Conformidades, alertando-os sobre a responsabilização que pode advir da omissão ou inação em adotar providências tempestivas em proteção à Administração Pública.

### **5.2.1.3 CONSTATAÇÃO**

**Ausência de critérios de ponderação para classificação das Não Conformidades NCs, impossibilitando identificar de forma consolidada situações que envolvam maior materialidade, relevância e risco da gestão das Unidades da Embrapa.**

#### **Fato**

Em análise aos Relatórios referentes ao exercício de 2012, realizados pela Assessoria de Auditoria Interna-AUD/EMBRAPA, verificou-se a existência de Não – Conformidades – NCs variando daquelas de caráter formal (falhas leves) até aquelas que possuíam aspectos de maior gravidade, sem que tais NCs estejam ponderadas de acordo com o risco, relevância e materialidade.

Conforme consta na folha 5 do PAINT 2013, a AUD/EMBRAPA utiliza-se da criticidade pretérita como metodologia baseada em riscos, todavia verificou-se que se baseia no registro de quantitativo das Não – Conformidades ocorridas nas Unidades centrais, nas Unidades descentralizadas e nas conveniadas, não havendo, portanto, uma classificação do nível de gravidade das NCs que diminua a subjetividade na classificação “ranking” das unidades.

Seguem exemplos de NCs que poderiam se classificadas de forma diferenciada:

#### **a) NCs formais:**

**- RA 12 – 2012 IAPAR- NC. 9:**



*“Processo administrativo, a exemplo da Dispensa de Licitação referente ao processo de nº 6.051/2011, encontra-se sem numeração de páginas, contrariando o art. 38 da Lei nº 8.666/1993.”*

**b) NC – não formais:**

**- RA 20 – 2012 CPATC- NC. 10:**

*“Durante a nossa visita aos laboratórios da Unidade, constatamos que em diversos deles existiam produtos químicos armazenados em seu interior, como ácidos reagentes e outros produtos com o prazo de validade vencida”.*

**- RA 25 – 2012 SPM- NC. 16:**

*“Descumprimento de exigências de habilitação, contrariando o art. 27 da Lei nº 8.666/1993 e o inciso XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002. As Empresas Brazpoços Serviços Ltda. e New Line Comércio e Representações de Produtos de Engenharia Ltda., vencedoras dos Pregões nºs 7 e 8/2011, respectivamente, não apresentaram as relações dos equipamentos a serem utilizados nas obras, as quais foram exigidas nos termos de referências dos citados pregões.”*

**- RA 27 – 2012 CNPMS- NC. 10:**

*“Fracionamento de despesas mediante dispensa de licitação, em detrimento das disposições da Lei 8.666/1993. Verificamos que a Unidade realizou, no exercício de 2011, várias contratações por dispensa de licitação, as quais excederam o limite estabelecido para a contratação direta com fundamento no art. 24, inciso II, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, conforme Tabela 12. (Com risco para o patrimônio). Ponto reincidente – NC. 14 do RA 40/2011.”*

**Causa**

Ausência de metodologia para classificação das situações impróprias (Não-Conformidades) detectadas pela AUD/EMBRAPA.

**Manifestação da Unidade Examinada**

A Unidade por intermédio do Documento C.AUD.CPA nº 67/2013, de 30/08/2013, informou o transcrito a seguir:

*“Atualmente, não existe classificação para as Não – Conformidades (NCs), salientamos que todas possuem risco ao patrimônio e em caso de reincidência isto fica evidenciado no Relatório; também não estamos estudando, a princípio, uma forma de classificação para às NCs”.*

Após a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, assim como em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar não foram agregados fatos novos pela Embrapa.

**Análise do Controle Interno**



Apesar de a Unidade ter manifestado que todas as Não – Conformidades - NCs que estão nos Relatórios de Auditoria da Assessoria são de riscos ao patrimônio, tal fato não fica evidenciado, haja vista que foram encontradas NCs de caráter formal, a exemplo da NC 9 do Relatório de Auditoria RA 12 – 2012 IAPAR.

A adoção de critérios de ponderação na classificação das NCs possibilitaria identificar de forma consolidada e rápida as Unidades em situações mais grave, proporcionando a alta gerência da Embrapa uma análise gerencial das áreas mais problemáticas, o que permitir a priorização e facilitaria atuar nas Unidades e áreas mais críticas da Embrapa.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: Adotar critérios de ponderação para classificação das Não Conformidades -NCs, possibilitando identificar de forma consolidada e ágil situações que envolvam maior materialidade, relevância e risco para a gestão das Unidades da Embrapa.

### **5.2.1.4 CONSTATAÇÃO**

#### **Falta de utilização de dados decorrentes da atuação da Ouvidoria da Embrapa no planejamento/escopo dos trabalhos da Assessoria de Auditoria Interna.**

##### **Fato**

Em análise aos Relatórios de Auditoria da AUD/Embrapa, 2012 e 2013, não foram identificados trabalhos decorrentes de dados fornecidos pela Ouvidoria da Embrapa que fossem considerados para efeito de Planejamento. Foi verificado que a AUD/Embrapa não recebe denúncias e que as mesmas são recebidas e apuradas pela Ouvidoria da Embrapa. Caso houvesse melhor interação entre AUD/Embrapa e Ouvidoria/Embrapa no sentido de que a Assessoria de Auditoria Interna passasse a ter conhecimento de dados gerenciais referentes às denúncias, com o objetivo de considerá-las no planejamento dos trabalhos de auditoria, a atuação das duas Unidades teria maior eficácia, na medida em que as causas das denúncias poderiam ser sanadas.

##### **Causa**

Fragilidades no processo de comunicação/interação entre Ouvidoria e Auditoria Interna.

##### **Manifestação da Unidade Examinada**

A Unidade, por intermédio do Documento C.AUD.CPA nº 67/2013, de 30/08/2013, informou o transcrito a seguir:

*“A Ouvidoria e a Auditoria da Embrapa não possuem um canal formal de interação, quando o Ouvidor entende ser pertinente, encaminha alguma denúncia à AUD que verifica a pertinência e a possibilidade de incluí-la como escopo de trabalho. No entanto salientamos que é raro acontecer”.*



Durante a reunião de busca conjunta de soluções, realizada na data de 12/09/2013, com a presença da Diretora – Executiva de Administração e Finanças, houve manifestação do setor de gestão de pessoas, quanto à possível interferência no fluxo de trabalhos da Ouvidoria, e quanto à possível perda da confidencialidade das denúncias, caso a Ouvidoria passasse a repassar o teor de denúncias a AUD/Embrapa.

Foi abordado ainda na reunião, por representante da AUD/Embrapa, que para a elaboração do Plano de Atividades da Auditoria Interna - PAINT, a AUD solicita informações à Ouvidoria anualmente, entretanto, essas informações resumem-se ao quantitativo de denúncias, ocasião em que foi sugerido um detalhamento desses dados contendo os principais assuntos, sem necessidade de encaminhamento de denúncias à AUD.

Após a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, assim como em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar não foram agregados fatos novos pela Embrapa.

### **Análise do Controle Interno**

Em consideração ao que foi manifestado, cabe ressaltar que o intuito é o de promover melhor interação entre a Ouvidoria e Assessoria de Auditoria Interna, no sentido de que haja um conhecimento dos assuntos das principais denúncias ocorridas ao longo do ano na Embrapa. Essa interação tem a finalidade de qualificar o planejamento dos trabalhos de Auditoria Interna, com o objetivo de focar nas áreas de maiores riscos. Não há, portanto, a necessidade de modificar as rotinas da Ouvidoria, ou de quebrar a confidencialidade das denúncias, haja vista que as denúncias não seriam repassadas à AUD/Embrapa e sim uma informação gerencial sobre os assuntos que vieram a ser objeto de denúncias.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: Promover melhor interação entre AUD/Embrapa e a Ouvidoria/Embrapa no sentido de que dados que tratam dos assuntos das principais denúncias, de uma forma gerencial, respeitando a confidencialidade das denúncias, possam ser utilizados pela Assessoria de Auditoria Interna no seu processo de Planejamento de ações de controle.

### **5.2.1.5 CONSTATAÇÃO**

#### **Falta de acompanhamento das recomendações da CGU nos trabalhos de auditoria da AUD/Embrapa.**

#### **Fato**

Em análise aos relatórios elaborados pela Assessoria de Auditoria Interna - AUD/Embrapa, realizados em 2012, não foram identificados trabalhos de acompanhamento das recomendações emitidas por esta Controladoria- Geral da União. O Regimento Interno da AUD/Embrapa, Deliberação nº 15/2010, prevê, na alínea f do item 3, como uma das finalidades da Assessoria, “ *acompanhar a implementação das*



*recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União – TCU”.*

Ademais, tal fato foi objeto de constatação registrada no item 1.1.1.5 do Relatório nº 201211525, de 28/12/2012, referente à auditoria realizada para verificar a atuação da AUD/EMBRAPA, RAIN – 2012.

### **Causa**

Ausência de sistemática metodológica para o acompanhamento da implementação das recomendações da CGU, no âmbito da Assessoria de Auditoria Interna - AUD/Embrapa.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

A Unidade por intermédio do Documento C.AUD.CPA nº 53/2013, de 20/08/2013, informou o transcrito a seguir:

*“Assim que tomamos conhecimento das demandas oriundas do Tribunal de Contas da União (TCU), e dessa Controladoria Geral da União (CGU), acompanhamos os trâmites das documentações até o atendimento das recomendações; e quando da realização de campo, passaremos, a partir da presente data a fazer um followup quanto ao cumprimento do atendimento das referidas recomendações. (...)”*

Após a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, assim como em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar não foram agregados fatos novos pela Embrapa.

### **Análise do Controle Interno**

O acompanhamento efetuado pela AUD/EMBRAPA das recomendações emitidas por esta Controladoria-Geral da União faculta maior efetividade na sua implementação ao mesmo tempo em que aquela Assessoria estaria atendendo as suas finalidades, contidas no Regimento Interno da EMBRAPA. Cabe ressaltar que a AUD/EMBRAPA se manifestou no sentido de que passará a acrescentar em seus trabalhos acompanhamento do que foi recomendado pela CGU.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: Adotar sistemática de controle para acompanhamento da implementação de recomendações desta Controladoria-Geral da União ? CGU, incorporando esta atividade no Plano de Auditoria e no cronograma de trabalhos da AUD/EMBRAPA.

## **5.2.2 AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS**

### **5.2.2.1 INFORMAÇÃO**

#### **Análise das conformidades das peças.**



## Fato

Com objetivo de avaliar a conformidade das peças do processo de contas da Embrapa, considerando os termos da Decisão Normativa/TCU nº 119/2012, alterada pela Decisão Normativa/TCU nº 121/2012, foi verificada a composição da versão preliminar do Relatório de Gestão, encaminhada pela EMBRAPA. Tendo sido verificadas desconformidades, foram apresentadas à EMBRAPA para proceder às alterações pertinentes no Relatório antes de disponibilizá-lo no site do Tribunal de Contas da União. No entanto, verificou-se na versão final do Relatório que não foram alterados os seguintes itens:

**Quadro – Análise das conformidades do Relatório de Gestão**

Itens	INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA EMBRAPA	Desconformidades/Observações
<b>11.</b>	<b>PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.</b>	
<b>11.1.</b>	Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Embrapa no PPA, contendo, no mínimo:	
	Indicadores de desempenho institucionais; comparativos com exercícios anteriores; providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício.	Faltou identificar os indicadores. O texto apresenta somente resultados. Além disso, o texto não se identifica o que precisa ser melhorado.
<b>12.</b>	<b>GOVERNANÇA E CONTROLES</b>	
<b>12.1.</b>	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.	A Informação não foi complementada principalmente quanto a atividades de controle; Informação e Comunicação; e Monitoramento.
<b>12.3.</b>	Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, demonstrando, pelo menos:	
<b>d</b>	d) a descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna	Não está claro o meio pelo qual a Alta Gerência é comunicada dos riscos.
	<b>B. Partes do Relatório de Gestão</b>	
<b>B5</b>	<b>Texto</b> , contemplando, no mínimo, as seguintes seções:	
<b>ii</b>	<b>ii. Introdução:</b> informação sucinta de como está estruturado o RG; de quais os itens do Anexo II desta decisão normativa não se aplicam à realidade da unidade, apresentando os motivos da não aplicação; de quais os itens do Anexo II desta decisão normativa que, apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência; sobre as principais realizações da gestão no exercício; sobre as principais dificuldades encontradas pela UJ para a realização dos objetivos traçados para o exercício de referência.	- Faltou mencionar quais itens que, apesar de se aplicarem à natureza da UJ, não há conteúdo a ser declarado/2012. - Faltou informar sobre as principais dificuldades encontradas pela UJ para a realização de seus objetivos para 2012.



C	Apresentação gráfica:	
C6	6. as páginas do relatório de gestão devem ser numeradas sequencialmente, iniciando a contagem a partir da FOLHA DE ROSTO, sendo a numeração expressa graficamente somente a partir do SUMÁRIO.	As páginas foram contadas considerando a CAPA e a numeração visual não apareceu logo após o sumário.

Fonte: Relatório de Gestão.

## 6 GESTÃO FINANCEIRA

### 6.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO

#### 6.1.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO

##### 6.1.1.1 CONSTATAÇÃO

**Ausência de informações salariais nas Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2012, da Embrapa, em desconformidade com a Resolução CGPAR n.º 3 de 31/12/2010.**

#### Fato

A análise das Demonstrações Financeiras da Embrapa relativas ao exercício de 2012 evidenciou descumprimento ao item “e”, do artigo 1º da Resolução n.º 3 de 31/12/2010 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União- CGPAR, qual seja:

*“e) fazer constar, em nota explicativa às suas demonstrações financeiras, os valores, na data da respectiva elaboração, da maior e menor remuneração pagas a seus empregados e administradores, nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, bem assim o salário médio de seus empregados e dirigentes, fortalecendo a transparência em questão que envolve partes interessadas.”*

Cabe enfatizar que o escopo da verificação efetuada sobre as Demonstrações Financeiras da Embrapa referentes ao exercício de 2012 por essa CGU se limitou a aspectos formais, verificando a compatibilidade de tais Demonstrações às questões de governança explicitamente elencadas pelas Resoluções proferidas pelo CGPAR vigentes à época dos fatos. A análise dos aspectos materiais/contábeis das Demonstrações foi realizada por Auditoria Independente, contratada especificamente pela Embrapa para tal fim.

#### Causa

Fragilidade dos mecanismos de análise das Demonstrações Financeiras da Empresa, cuja competência é atribuída ao seu Conselho Fiscal no inciso IX do artigo 25 do Estatuto da Embrapa.

#### Manifestação da Unidade Examinada





Com relação ao apontamento da incompletude das informações prestadas nas Demonstrações Financeiras 2012, do ponto de vista das orientações proferidas pela CGPAR, a Embrapa apresentou as informações a seguir transcritas por meio da Carta C.CG.PR nº 203/2013, de 27/08/2013.

*“A partir do próximo trimestre será incluída a maior ou a menor remuneração, conforme item “e” do artigo 1º da Resolução CGPAR nº 3, de 31.12.2010.”*

Após Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, e em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar, a Empresa informou, por meio do Documento C.PR nº 218/2013, de 24/09/2013, o que segue: *“As demonstrações contábeis e as notas explicativas, antes de serem submetidas às assinaturas da Diretoria, são analisadas pela Assessoria de Auditoria Interna da Embrapa, para ajustes, se for o caso, e ao Conselho Fiscal para as suas considerações”.*

### **Análise do Controle Interno**

A manifestação apresentada pela Embrapa evidencia o descumprimento da orientação proferida pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, contudo a Empresa informou que as informações sobre a remuneração paga a seus empregados e administradores serão apresentadas nas demonstrações financeiras referentes a 2013.

Quanto à manifestação da Empresa, realizada após envio do Relatório de Auditoria Preliminar, cabe mencionar que não traz elementos novos que altere o fato relatado.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: Fazer constar, nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Embrapa referentes aos próximos exercícios, os valores da maior e da menor remuneração pagas a seus empregados e administradores, nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, bem assim o salário médio de seus empregados e dirigentes.

## **7 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

### **7.1 MOVIMENTAÇÃO**

#### **7.1.1 QUANTITATIVO DE PESSOAL**

##### **7.1.1.1 CONSTATAÇÃO**

**Acumulação indevida de cargos por agentes públicos da Embrapa, em desconformidade com o art. 37, XVI, da Constituição Federal de 1988.**

#### **Fato**

De modo a verificar a existência de acumulação de cargos por empregados da EMBRAPA, foi efetuado confronto entre sistemas corporativos e os dados do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, resultando na identificação de duplicidade de vínculos trabalhistas. Do resultado obtido, foram identificadas ocorrências que denotam acumulação indevida de cargos; ou, nos casos de acumulação de cargo permitidos por lei, ocorrências que indicam inobservância à compatibilidade de



horários para o exercício dos cargos. O quadro a seguir detalha as ocorrências identificadas:

**Quadro: Lista de eventuais irregularidades relacionadas à acumulação indevida de cargos**

CPF	Primeiro Vínculo		Demais Vínculos		Ocorrência
	Empregador	Carga Horária	Empregador	Carga Horária	
***.295.068-**	Embrapa	40	Estado de São Paulo	40	Extrapola a carga horária de 60 horas semanais; não consta desligamento do cargo de Professor.
***.233.234-**	Embrapa	40	Secretaria de Educação	30	Extrapola a carga horária de 60 horas semanais; não consta desligamento do cargo de Professor.
***.384.655-**	Embrapa	40	ABEP – Academia Baiana de Ensino, Pesquisa Ltda.	40	Extrapola a carga horária de 60 horas semanais; não consta desligamento do cargo de Professor.
***.767.933-**	Embrapa	40	Polícia Civil do Estado do Amazonas.	30	Não consta desligamento do Órgão.

Fonte: Base de empregados SIAPE e sistemas corporativos

Consta dos dados extraídos de sistemas corporativos, ano-base 2012, que o empregado de CPF nº \*\*\*.767.933-\*\* acumulava um cargo científico ou técnico, com cargo distinto do estabelecido pela lei, qual seja o de professor. De acordo com a mesma fonte de dados, os empregados de CPF nº \*\*\*.295.068-\*\*, \*\*\*.233.234-\*\* e \*\*\*.384.655-\*\*, acumulavam um cargo de professor, com outro técnico ou científico, conforme estabelece a Constituição, entretanto, a carga horária total exercida pelos servidores é de, respectivamente, 80, 70 e 80 horas semanais. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União tem considerado que cargas horárias elevadas acarretam incompatibilidade de horários, já que não permite condições normais de trabalho e de vida para o servidor.

### Causa

Insuficiência dos mecanismos de controle da EMBRAPA para detectar a acumulação de cargos e inobservância, pelos servidores, dos normativos referentes à obrigação de prestar informações relativas à eventual acúmulo de cargo.

### Manifestação da Unidade Examinada



A Embrapa encaminhou o Memorando DGP nº 83/2013, de 03/09/2013, informando que: *“Os empregados e as respectivas Unidades já foram contatados formalmente a fim de prestarem esclarecimentos em consonância com o disposto aos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal. Assim que obtivermos resposta, comunicaremos a essa Auditoria.”*

Complementarmente, por meio do Memorando DGP/CRT nº 812/2013, de 06/09/2013, a Unidade encaminhou as justificativas apresentadas pelos servidores a respeito das ocorrências identificadas, acompanhadas de documentação comprobatória:

**Quadro: Resposta da Unidade relativa aos questionamentos solicitados**

CPF	Justificativa
***.295.068-**	<i>O empregado nos informou por meio de Declaração, o total de horas semanais na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.</i>
***.233.234-**	<i>“O empregado nos informou que na Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco não há carga horária de 20 horas semanais e então pedirá afastamento.”</i>
***.767.933-**	<i>“O empregado nos encaminhou documentação comprovando sua exoneração da Polícia Civil do Estado do Amazonas.”</i>
***.384.655-**	<i>“O empregado nos encaminhou declaração de que não possui nenhum vínculo com a Academia Baiana de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda.”</i>

Fonte: Memorando DGP/CRT nº 812/2013, enviado pela Embrapa.

### **Análise do Controle Interno**

Conclui-se, portanto, que, das ocorrências supracitadas, apenas a justificativa apresentada pelo CPF nº \*\*\*.767.933-\*\* comprova a regularidade de sua situação funcional. O pedido de afastamento do cargo de Professor, pelo empregado de CPF nº \*\*\*.233.234-\*\*, cessa a irregularidade verificada.

Já o servidor de CPF nº \*\*\*.384.655-\*\* apresentou uma declaração na qual afirma não possuir vínculo com a Instituição ABEP desde 2010. Entretanto, por ocasião da prestação anual de informações ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, anos de 2011 e 2012, a Instituição o lista como um de seus empregados ativos.

Acerca do empregado de CPF nº \*\*\*.295.068-\*\*, verificou-se, posteriormente ao questionamento formal dessa auditoria à Unidade, que o cargo por ele ocupado é de nível médio. Conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, expresso pelo Acórdão 490/2011-Plenário: *“A consideração da jurisprudência se mostra de especial relevância quando da avaliação de regularidade de acumulação de cargo técnico com cargo de professor. Isto porque a definição do que seja cargo técnico já foi objeto de vários julgados no âmbito do Superior Tribunal de Justiça - STJ, havendo, jurisprudência definindo, de forma pacífica, que o cargo público para cuja investidura seja exigida, tão-somente, a escolaridade de nível secundário (2º grau completo) não configura cargo técnico para efeitos do dispositivo constitucional referente às*



*acumulações lícitas de cargos públicos, sendo irrelevantes a definição do cargo e o fato de o servidor ser ou não diplomado em grau de nível superior. São exemplos dessa jurisprudência os seguintes julgados: RMS 6116-SC/95, ROMS 7632-DF/96, ROMS 7570-PB/96.”.*

Portanto, a ocorrência inicialmente apontada como “incompatibilidade de horários”, indica acumulação ilegal de cargos, tendo em vista o fato de que o cargo ocupado pelo servidor não é considerado cargo técnico nos termos definidos pelo Art. 37, inciso XVI, alínea b, da Constituição Federal.

Após a Reunião de Busca Conjunta de Soluções, realizada em 13/09/2013, assim como em resposta ao Relatório de Auditoria Preliminar, não foram agregados fatos novos pela Embrapa.

**Recomendações:**

Recomendação 1: Aprimorar os mecanismos de controle com vistas a evitar a acumulação de cargos, solicitando periodicamente dos empregados, declaração de que não exercem outros cargos incompatíveis com cargo exercido na EMBRAPA.

Recomendação 2: Consultar periodicamente o Ministério do Planejamento, com vistas a verificar a existência de vínculos indevidos dos empregados.

Recomendação 3: Solicitar ao empregado de CPF nº \*\*\*.233.234-\*\*, documento que comprove seu afastamento da função acumulada indevidamente.

Recomendação 4: Notificar o empregado de CPF nº \*\*\*.295.068-\*\* acerca da ilicitude decorrente do acúmulo dos cargos de professor e de técnico de nível médio da Embrapa, tendo em vista que tal cargo público não é considerado ?cargo técnico ou científico?, nos termos definidos no Art. 37 da Constituição Federal, adotando as providências cabíveis para cessar a irregularidade.

Recomendação 5: Informar ao servidor CPF nº \*\*\*.384.655-\*\* que a Instituição de Ensino à qual se vincula informou ao Ministério do Trabalho e Emprego, que sua situação funcional na Instituição constava como ativa nos anos de 2011 e 2012, reiterando ao empregado que comprove o encerramento do vínculo empregatício junto à Instituição.



# Certificado de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

**Certificado:** 201305827

**Unidade Auditada:** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

**Exercício:** 2012

**Processo:** 21148.013821/2013-34

**Município/UF:** Brasília/DF

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art.10 da IN TCU nº 63/2010, praticados no período de **01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012**.

Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria Anual de Contas constante deste Processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

Em função dos exames aplicados sobre os escopos selecionados, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201305827, proponho que o encaminhamento das contas dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63 seja como indicado a seguir, em função da existência denexo de causalidade entre os atos de gestão de cada agente e as constatações correlatas discriminadas no Relatório de Auditoria.

## 1. Regular com ressalvas a gestão do(s) seguinte(s) responsável(is)

### 1.1 – CPF **\*\*\*.135.727-\*\***

**Cargo:** Presidente da EMBRAPA no período de 01/01/2012 a 10/10/2012.

**Referência:** Relatório de Auditoria número 201305827, itens 1.1.2.1, 1.3.1.1 e 1.4.1.1.

### **Fundamentação:**

#### **- 1.1.2.1 e 1.3.1.1:**

O Presidente da EMBRAPA no período de 01/01/2012 a 10/10/2012, segundo o art. 18 do Estatuto da Embrapa, compõe a Diretoria Executiva que, por meio da Deliberação nº 1 de 13/03/2012, publicada no BCA nº 13/2012, promoveu a extinção da Secretaria Executiva do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – SEP, embora o Programa PAC – Embrapa, sob responsabilidade da referida Secretaria, não tenha sido finalizado, havendo Projetos, resultados e metas ainda pendentes de implementação, permanecendo a necessidade de acompanhamento dos projetos de infraestrutura física da Embrapa e das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária – OEPA's.

Extrai-se da Resolução do Conselho de Administração nº 97/13/10/2010, a saber: *“delegar à Diretoria Executiva competência para prorrogar o prazo de vigência da SEP ou extinguí-la, tendo em vista as necessidades de acompanhamento do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – PAC Embrapa”*, que a competência para prorrogar a vigência ou extinguir a SEP está condicionada à permanência da necessidade de acompanhamento do PAC-Embrapa. A decisão de extinção da SEP, inviabilizou o acompanhamento final do Programa em 2012, que tinha como uma de suas atribuições, contidas no seu Regimento Interno: *“providenciar a elaboração de relatórios de acompanhamento da execução e aplicação dos recursos destinados aos projetos do PAC Embrapa”* e a de *“elaborar relatórios de acompanhamento das ações de execução dos projetos de recursos humanos e de infra-estrutura física da Embrapa, dos projetos de infra-estrutura física das OEPAs (...)”*.

#### **- 1.4.1.1:**

O Presidente da EMBRAPA no período de 01/01/2012 a 10/10/2012, único membro remanescente da Diretoria - Executiva que decidiu não se utilizar de Planos de Ação Anuais nos exercícios de 2010 e 2011 (conforme documento M.ANC. Nº 001/2013, de 30/08/2013, assinado pelo ex-chefe da Secretaria Executiva do Plano de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa - SEP), contribuiu para a execução do Orçamento sem aderência aos projetos e metas previstas no Planejamento do Programa PAC-Embrapa, comprometendo o acompanhamento final dos resultados do Programa em 2012.

Com essa decisão de descontinuidade dos Planos de Ação Anuais, a Diretoria – Executiva não observou o Inciso I, do art. 18, do Estatuto da Embrapa, que estabelece a competência para *“cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as normas em vigor e as decisões emanadas do Conselho de Administração”*, especialmente em face do Regimento Interno do Comitê Consultivo do PAC - Embrapa, que tinha dentre suas finalidades *“elaborar planos de ação visando à implementação das atividades previstas no PAC-Embrapa”* e *“mobilizar os meios necessários à elaboração dos planos que irão assegurar a plena execução do PAC-Embrapa.”*, assim como do Regimento Interno da Secretaria Executiva do Plano de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa - SEP, Unidade subordinada ao Diretor – Presidente, que tinha como uma de suas finalidades *“acompanhar e avaliar a execução dos projetos e Planos de Ação do PAC Embrapa, elaborados pelo Comitê Consultivo do PAC-Embrapa e aprovados pela Diretoria Executiva- DE (...)”*.

#### **1.2 – CPF \*\*\*.688.930-\*\***

**Cargo:** Diretor-Executivo de Transferência de Tecnologia no período de 01/01/2012 a 31/12/2012.

**Referência:** Relatório de Auditoria número 201305827, itens 1.1.2.1 e 1.3.1.1

#### **Fundamentação:**

##### **- 1.1.2.1 e 1.3.1.1:**

A Diretoria Executiva, por meio da Deliberação nº 1 de 13/03/2012, publicada no BCA nº 13/2012, promoveu a extinção da Secretaria Executiva do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – SEP, embora o Programa PAC – Embrapa não tenha sido finalizado, havendo Projetos, resultados e metas ainda pendentes de implementação, permanecendo a necessidade de acompanhamento dos projetos de infra-estrutura física da Embrapa e das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária – OEPAs.

Extrai-se da Resolução do Conselho de Administração nº 97/13/10/2010, a saber: *“delegar à Diretoria Executiva competência para prorrogar o prazo de vigência da SEP ou extingui-la, tendo em vista as necessidades de acompanhamento do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – PAC Embrapa”*, que a competência para prorrogar a vigência ou extinguir a SEP está condicionada à permanência da necessidade de acompanhamento do PAC-Embrapa. A decisão de extinção da SEP, inviabilizou o acompanhamento final do Programa pela SEP em 2012, que tinha como uma de suas atribuições, contidas no seu Regimento Interno: *“providenciar a elaboração de relatórios de acompanhamento da execução e aplicação dos recursos destinados aos projetos do PAC Embrapa”* e a de *“elaborar relatórios de acompanhamento das ações de execução dos projetos de recursos humanos e de infra-estrutura física da Embrapa, dos projetos de infra-estrutura física das OEPAs (...)”*.

### **1.3 – CPF \*\*\*.536.107-\*\***

**Cargo:** Diretor-Executivo de Administração e Finanças no período de 01/01/2012 a 31/12/2012.

**Referência:** Relatório de Auditoria número 201305827, itens 1.1.2.1 e 1.3.1.1

**Fundamentação:**

**- 1.1.2.1 e 1.3.1.1:**

A Diretoria Executiva, por meio da Deliberação nº 1 de 13/03/2012, publicada no BCA nº 13/2012, promoveu a extinção da Secretaria Executiva do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – SEP, embora o Programa PAC – Embrapa não tenha sido finalizado, havendo Projetos, resultados e metas ainda pendentes de implementação, permanecendo a necessidade de acompanhamento dos projetos de infra-estrutura física da Embrapa e das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária – OEPAs.

Extrai-se da Resolução do Conselho de Administração nº 97/13/10/2010, a saber: *“delegar à Diretoria Executiva competência para prorrogar o prazo de vigência da SEP ou extingui-la, tendo em vista as necessidades de acompanhamento do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – PAC Embrapa”*, que a competência para prorrogar a vigência ou extinguir a SEP está condicionada à permanência da necessidade de acompanhamento do PAC-Embrapa. A decisão de extinção da SEP, inviabilizou o acompanhamento final do Programa pela SEP em 2012, que tinha como uma de suas atribuições, contidas no seu Regimento Interno: *“providenciar a elaboração de relatórios de acompanhamento da execução e aplicação dos recursos destinados aos projetos do PAC Embrapa”* e a de *“elaborar relatórios de acompanhamento das ações de execução dos projetos de recursos humanos e de infra-estrutura física da Embrapa, dos projetos de infra-estrutura física das OEPAs (...)”*.

### **1.4 – CPF \*\*\*.340.486-\*\***

**Cargo:** Diretor-Executivo de Pesquisas e Desenvolvimento no período de 01/01/2012 a 09/10/2012.

**Referência:** Relatório de Auditoria número 201305827, itens 1.1.2.1 e 1.3.1.1

**Fundamentação:**

**- 1.1.2.1 e 1.3.1.1:**

A Diretoria Executiva, por meio da Deliberação nº 1 de 13/03/2012, publicada no BCA nº 13/2012, promoveu a extinção da Secretaria Executiva do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – SEP, embora o Programa PAC – Embrapa não tenha sido finalizado, havendo Projetos, resultados e metas ainda pendentes de implementação, permanecendo a necessidade de acompanhamento dos projetos de infra-estrutura física da Embrapa e das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária – OEPA's.

Extrai-se da Resolução do Conselho de Administração nº 97/13/10/2010, a saber: *“delegar à Diretoria Executiva competência para prorrogar o prazo de vigência da SEP ou extingui-la, tendo em vista as necessidades de acompanhamento do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa – PAC Embrapa”*, que a competência para prorrogar a vigência ou extinguir a SEP está condicionada à permanência da necessidade de acompanhamento do PAC-Embrapa. A decisão de extinção da SEP, inviabilizou o acompanhamento final do Programa pela SEP em 2012, que tinha como uma de suas atribuições, contidas no seu Regimento Interno: *“providenciar a elaboração de relatórios de acompanhamento da execução e aplicação dos recursos destinados aos projetos do PAC Embrapa”* e a de *“elaborar relatórios de acompanhamento das ações de execução dos projetos de recursos humanos e de infra-estrutura física da Embrapa, dos projetos de infra-estrutura física das OEPA's (...)”*.

Esclareço que os demais agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63, constantes das folhas 02 a 09 do Processo, que não foram explicitamente mencionados neste Certificado têm, por parte deste Órgão de Controle Interno, encaminhamento proposto pela **regularidade** da gestão, tendo em vista a não identificação denexo de causalidade entre os fatos apontados e a conduta dos referidos agentes.

Brasília/DF, 27 de setembro de 2013.

---

**Carlos Moraes de Jesus**

Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Agricultura, Pecuária e Abastecimento



# Parecer de Dirigente do Controle Interno



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

**Relatório:** 201305827

**Exercício:** 2012

**Processo:** 21148.013821/2013-34

**Unidade Auditada:** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

**Município/UF:** Brasília/DF

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da Controladoria-Geral da União quanto à prestação de contas do exercício de 2012 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, expresse opinião sobre o desempenho e a conformidade dos atos de gestão dos agentes relacionados no rol de responsáveis, a partir dos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.

2. Os Programas de Governo 2105 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e 2042 – Inovações para a Agropecuária foram os que apresentaram maior materialidade no exercício de 2012, representando, respectivamente, 88,83% e 10,27% do total das despesas liquidadas pela Entidade. Tendo em vista que no Programa 2105 estão concentradas as despesas de pagamento de pessoal ativo da União (Ação 20TP), foram analisadas as duas Ações de maior materialidade pertencentes ao Programa 2042, que se vinculam às atividades finalísticas desenvolvidas pela Empresa.

3. A Ação 4672 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias de Sistemas Inovadores para a Produção Agropecuária Sustentável, que representou 59,16% das despesas liquidadas no Programa, correspondente a R\$ 122.803.140,76, e a Ação 4668 - Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia para Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos da Agropecuária, que representou 21,95% do montante de despesas liquidadas, com a quantia de R\$ 45.556.599,68. Verificou-se, de maneira geral, que a Entidade não alcançou as metas físicas estabelecidas para as Ações Orçamentárias analisadas, devido, em grande parte, ao incremento desproporcional, promovido por emenda parlamentar das metas físicas em relação aos recursos disponibilizados. Cabe mencionar, ainda, o avanço decorrente de exercícios anteriores advindos do Programa de Fortalecimento e Crescimento da Embrapa - PAC-Embrapa (Ações 20BJ - "*Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa Agropecuária*" Ações 116Z - "*Apoio à Ampliação, à Modernização da Infra - estrutura Física das OEPAs*" e 117A – "*Construção e Implantação de Centros de Pesquisa da Embrapa*"), iniciado em 2008, que, embora não tenha sido acompanhado adequadamente pela Empresa, o aporte financeiro que proporcionou permitiu o crescimento da Embrapa, oxigenando as linhas de pesquisas, revitalizando e modernizando a infraestrutura da Embrapa e das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária - OEPAs.

4. Dentre as constatações efetuadas no presente trabalho, destacam-se a insuficiência de acompanhamento/fiscalização na execução de obras; ausência de elaboração de Planos de Ação para implementação do PAC Embrapa; morosidade na adoção de providências para sanar as Não-Conformidades detectadas pela Assessoria de Auditoria Interna-AUD/Embrapa; baixo

índice de atendimento às recomendações da Controladoria-Geral da União; a ausência de utilização do Sistema de Custos - SIC por Unidades descentralizadas da Embrapa e inobservância a resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União- CGPAR.

5. Dentre as principais causas estruturantes das constatações identificadas, observaram-se a ausência de instrumento eficaz para sanar e evitar a ocorrência de impropriedades detectadas pela Assessoria de Auditoria Interna - AUD/Embrapa, sendo recomendado instituir mecanismos de priorização, alertando-os sobre os riscos de responsabilização que podem advir da ausência de providências tempestivas e suficientes; ausência de sistemática para o acompanhamento das recomendações da CGU, sendo recomendado acompanhar a implementação das recomendações cobrando respostas e ações efetivas para sanar as pendências verificadas.

6. Quanto aos resultados do PAC-Embrapa houve fragilidades nos mecanismos de controles internos na fiscalização de convênios e de obras, caracterizado pela carência de pessoal técnico especializado para atuar nessas fiscalizações; sendo recomendado dimensionar quantitativa e qualitativamente a equipe/Unidade incumbida de efetuar o acompanhamento/fiscalização. Observou-se, ainda, a ausência de priorização da Diretoria-Executiva na aderência ao planejamento inicial previsto para o PAC-Embrapa, tendo se recomendado efetuar o diagnóstico do Programa, a título de prestação de contas, comparando os resultados obtidos de cada projeto com as metas propostas, registrando os impactos positivos na gestão da Embrapa, os motivos de não atingimento dos objetivos pretendidos e as providências que estão sendo adotadas quanto aos Projetos que ainda não foram finalizados.

7. Quanto ao Plano de Providências Permanente, observou-se índice reduzido de atendimento às recomendações. Dentre as recomendações não atendidas, destacam-se aquelas referentes à apuração de responsabilidades, haja vista que não foram apresentados resultados conclusivos das sindicâncias instauradas, e aquelas que envolvem reposição ao erário, cujo atendimento não foi comprovado. Podem ser citadas ainda as recomendações que dizem respeito a falhas nos controles de contratos e convênios e as que tratam da contratação de empregados da Embrapa aprovados em concurso sem obedecer à ordem de classificação do certame, cujo Edital nº 05/2006 findou-se sem que houvesse o atendimento às recomendações. Dessa forma, torna-se evidente a morosidade no atendimento às recomendações da CGU.

8. Quanto aos Controles Internos Administrativos, observou-se que a Embrapa precisa aperfeiçoá-los com relação aos componentes: Ambiente de Controle, Avaliação de Risco, Procedimentos de Controle e Monitoramento para assegurar o permanente atingimento dos objetivos estratégicos. Quanto ao ambiente de controle, a Empresa dispõe de arcabouço normativo para gestão dos principais processos finalísticos e das áreas de gestão avaliadas, no entanto, há necessidade de instituição ou aprimoramento de normativos definindo procedimentos e responsabilidades na celebração de acordos de cooperação e no gerenciamento dos projetos de pesquisa por parte das Unidades Descentralizadas da Empresa. Os trabalhos de auditoria demonstraram que a Instituição possui instrumentos para avaliação e tratamento dos riscos inerentes à sua atividade finalística, ressaltando-se, a necessidade de implantação de instrumentos efetivos de avaliação de riscos identificados nas ações de controle promovidas pela Assessoria de Auditoria Interna-AUD/Embrapa. Foi evidenciado que a Embrapa possui Política de Comunicação formalmente instituída, embora detectada fragilidade de interação entre a Ouvidoria e a AUD/Embrapa. Quanto ao Componente Monitoramento, as áreas avaliadas precisam se aprimorar, pois não existem rotinas para atender às recomendações emanadas pelos órgãos de controle (CGU e TCU).

9. Durante o exercício de 2012, a Embrapa utilizou, dentre outros Sistemas, o IDEARE e o “Agropensa”, auxiliando positivamente o monitoramento operacional da Empresa. O IDEARE consolida informações sobre os projetos de pesquisa, permitindo aos diversos atores envolvidos uma visão mais ampla da situação da pesquisa, e ainda, a integração efetiva entre o Planejamento Estratégico da Empresa e a operacionalização de sua atividade finalística. O Sistema “Agropensa” auxiliará no delineamento de cenários prospectivos e na identificação de tendências do setor agropecuário, dessa forma permitindo orientar a decisão e o planejamento da Embrapa, com externalidades positivas aos parceiros e à sociedade de modo mais amplo.

10. Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/n.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria n.º 201305827, acolho a proposta expressa no Certificado de Auditoria conforme quadro a seguir:

<b>CPF</b>	<b>Cargo</b>	<b>Proposta de Certificação</b>	<b>Fundamentação</b>
***.135.727-**	Presidente da EMBRAPA no período de 01/01/2012 a 10/10/2012	Regularidade com Ressalvas	Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 201305827, itens 1.1.2.1, 1.3.1.1 e 1.4.1.1
***.688.930-**	Diretor-Executivo de Transferência de Tecnologia no período de 01/01/2012 a 31/12/2012	Regularidade com Ressalvas	Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 201305827, itens 1.1.2.1 e 1.3.1.1
***.536.107-**	Diretor-Executivo de Administração e Finanças no período de 01/01/2012 a 31/12/2012	Regularidade com Ressalvas	Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 201305827, itens 1.1.2.1 e 1.3.1.1
***.340.486-**	Diretor-Executivo de Pesquisas e Desenvolvimento no período de 01/01/2012 a 09/10/2012	Regularidade com Ressalvas	Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 201305827, itens 1.1.2.1 e 1.3.1.1
	Demais gestores integrantes do Rol de Responsáveis	Regularidade	Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 201305827

11. Desse modo, o Processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília/DF, 27 de setembro de 2013.

---

**Lucimar Cevallos Mijan**  
Diretora de Auditoria da Área de Produção e Tecnologia